

Universidade Federal do Rio-Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

**A QUESTÃO DE TAIWAN:
suas implicações políticas e militares para as relações entre
Estados Unidos – Taiwan – China (1991-2004)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial para a obtenção do grau
de Mestre em Relações Internacionais

Arthur Coelho Dornelles Júnior

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio C. Cepik

Porto Alegre, 2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha esposa, Ana Paula e a meus filhos Cícero e Alice, sem os quais esta dissertação jamais teria sido concluída.

Agradeço ao meu orientador, Professor Marco Cepik, amigo e mentor.

Agradeço também ao Professor e amigo Gerson Prade, pelas sugestões e observações.

Por fim, agradeço a todos os professores da pós-graduação em Relações Internacionais e, a Beatriz Accorsi, secretária do programa.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é descrever a disputa territorial entre a República Popular da China (RPC) e a República da China (RC) pelo controle de Taiwan e, analisar as implicações políticas e militares dessa disputa para a relação triangular entre Estados Unidos – RPC – RC. O primeiro capítulo descreve a política interna da RC de 1987 a 2004, abordando o processo de democratização do regime e as características dos novos partidos políticos. O segundo descreve as novas relações políticas entre Taipei e Pequim durante a primeira metade dos anos noventa, quando o governo da RC começou a afastar-se da idéia de reunificação com a China Continental. O capítulo seguinte analisa a crise ocorrida no Estreito de Taiwan em 1995-96, quando a China realizou massivos exercícios militares para forçar o governo norte-americano a mudar sua política diante da RC e, para coagir o eleitorado de Taiwan a votar “contra a independência” nas eleições de 1995 e 1996. O último capítulo analisa o impacto do ataque terrorista de 11 de setembro sobre as relações entre Washington – Pequim – Taipei e, descreve um novo padrão de relacionamento da Casa Branca com as duas partes.

PALAVRAS-CHAVE: Taiwan; China; Disputa territorial; Estados Unidos; Relações políticas; Relações militares.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to describe the territorial dispute between the People's Republic of China (PRC) and the Republic of China (ROC) for the control of Taiwan, and to analyze the political and military implications of this dispute for the triangular relation among United States – PRC – ROC. The first chapter describes the internal politics of the ROC from 1987 to 2004, approaching the process of democratization of the regime and the features of the new political parties. The second describes the new political relations between Taipei and Beijing during the first half of the nineties years, when the government of the ROC began to go away from the idea of reunification with the Mainland China. The next chapter analyzes the crisis occurred on the Taiwan Strait in 1995-96, when the China did massive military exercises to force American government to change its policy toward ROC, and to coerce the electorate of Taiwan to vote “against independence” on the elections of 1995 and 1996. The last chapter analyzes the impact of the terrorist attack of September 11 over the relations among Washington – Beijing – Taipei and describes a new pattern of relationship of the White House with the two parts.

KEY WORDS: Taiwan; China; Territorial dispute; United States; Political relations; Military relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. A DEMOCRATIZAÇÃO DE TAIWAN E SUA NOVA POLÍTICA (1987-2004)...	21
1.1 Panorama histórico.....	21
1.2 Da abertura política.....	23
1.3 A fragmentação do Kuomintang: o fim de sua dominância?.....	26
1.4 O crescimento do Partido Democrático Progressista: pragmática moderação.....	28
1.5 A composição étnica e lingüístico-cultural de Taiwan: seu significado para o tema da independência X unificação.....	31
1.6 A disputa político-eleitoral em Taiwan e a eleição presidencial de 2004.....	35
2. AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE TAIWAN – CHINA E A NOVA ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL DE TAIPEI (1991-1995).....	40
2.1 A nova política de “uma China”.....	40
2.2 “Diplomacia Pragmática”: a busca por reconhecimento internacional.....	47
2.3 Os acordos Wang – Koo: primeira e segunda rodada.....	50
2.4 Os “oito pontos” de Jiang Zemin e os “seis pontos” de Lee Teng-hui.....	51
2.5 Fatores internacionais que possibilitaram a nova relação política entre Taiwan – China e a nova atuação internacional de Taipei.....	55
3. A CRISE DE 1995-96 NO ESTREITO DE TAIWAN: seu significado político e militar para as relações entre Estados Unidos – China – Taiwan (1995-1998).....	57
3.1 A concessão do visto a Lee Teng-hui.....	57
3.2 A ampliação das relações não-oficiais entre Estados Unidos – Taiwan.....	59
3.3 As razões da concessão do visto a Lee.....	61

3.4 A reação chinesa.....	62
3.5 O anúncio secreto dos “três não” e seu significado nas relações EUA-RPC...	66
3.6 A Conferência de Nova York: a busca pela normalização.....	67
3.7 Os exercícios bélicos de 1995-96.....	69
3.8 A reação japonesa e a revisão da aliança com os Estados Unidos.....	76
3.9 Custos e benefícios para Pequim.....	78
3.10 Custos e benefícios para Washington.....	79
4. AS RELAÇÕES POLÍTICO-MILITARES ENTRE ESTADOS UNIDOS – TAIWAN – CHINA NO CONTEXTO DA “GUERRA AO TERRORISMO” (1999-2004).....	83
4.1 Os antecedentes: a “teoria de dois Estados”.....	83
4.2 A inclinação inicial de Washington em favor de Taipei.....	90
4.3 Washington e Pequim: unidas na “Guerra ao Terrorismo”.....	95
4.4 O fim da moderação do Presidente taiwanês: a reação chinesa e norte-americana.....	103
4.5 A complexa cooperação política entre Estados Unidos e China e o referendo taiwanês.....	107
4.6 O novo “aviso” de Pequim a Taipei e a proposta do Presidente taiwanês de reengenharia constitucional.....	114
4.7 A sucessão da liderança chinesa.....	120
CONCLUSÃO.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
FONTES.....	140
APÊNDICE.....	145

INTRODUÇÃO

Em 1º de outubro de 1949, as forças do Partido Comunista Chinês (PCC) tomaram o poder, após longos anos de guerra civil e então, proclamaram a República Popular da China (RPC). Quando o governo do Kuomintang (KMT) foi derrotado em 1949, era presidido pelo general Chiang Kai-shek, dirigente máximo da República da China (RC)¹ fundada em 1912.

Com a vitória dos comunistas, Chiang e seus seguidores refugiaram-se na ilha de Taiwan e lá instalaram a RC, de onde pretendiam, um dia, retomar o controle da China continental. A ilha de Taiwan era uma antiga possessão chinesa, perdida para o Japão em 1895², mas reconquistada em outubro de 1945 pelas forças do general nacionalista Chen Yi. Em 1951, através do Tratado de São Francisco, o Japão abriu mão de sua soberania sobre Taiwan e ilhas Penghu. É importante destacar que no tratado, o Japão apenas abriu mão de sua soberania sobre as referidas ilhas, ou seja, ele não a cedeu, especificamente, para a RC ou para a RPC³. Nem o governo nacionalista nem o governo comunista foram parte do Tratado de São Francisco, sequer foram convidados para a Conferência de São Francisco.

¹ No intuito de evitar excessivas repetições, o nome “Taiwan” é utilizado ao longo do texto como sinônimo de RC. É importante salientar também que o conjunto de ilhas sob a jurisdição da RC vai além da ilha principal – Taiwan – e seu pequeno arquipélago, pois abarca também as ilhas Penghu, Kinmem e Matsu. Assim, quando nos referirmos a Taiwan, ou a RC, estaremos nos referindo não somente a ilha principal, mas sim a totalidade do território controlado pelo governo taiwanês.

² Treaty of Shimonoseki, April 17, 1895. (firmado entre China e Japão após a derrota da China na guerra sino-japonesa de 1895).

³ Treaty of Peace with Japan, September 8, 1951, article 2(b). (Tratado de São Francisco).

No Tratado de Paz entre a República da China e o Japão, firmado pelas duas partes em 1952, a questão da soberania é novamente deixada de lado, pois o tratado, em seu artigo 2, apenas reconhece que em 1951, no Tratado de São Francisco, o Japão renunciou sua soberania sobre Taiwan e ilhas Penghu.⁴

De 1949, ano da transferência da RC para Taiwan, até 1978, os Estados Unidos mantiveram relações oficiais com Taiwan, pois a considerava o único governo da China. No entanto, a partir do início dos anos 70, a China passou a ser vista pelo governo norte-americano como um contra-peso significativo na luta contra a União Soviética. Por essa razão, em julho de 1971, o então Secretário de Estado, Henry Kissinger, fez uma viagem secreta a China, no intuito de negociar o restabelecimento das relações oficiais entre Washington e Pequim.⁵

Em outubro de 1971, a RC perdeu seu assento da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo prontamente substituída pela RPC, o que colocou a China comunista no Conselho de Segurança (CS) da ONU, como membro permanente. Esse desfecho foi o resultado da nova política da Casa Branca para Taiwan, então sob a diplomacia de Nixon e Kissinger.⁶

Em 28 de fevereiro de 1972, o governo norte-americano e o chinês divulgaram um Comunicado Conjunto, o qual marcou a primeira iniciativa pública entre Estados Unidos e RPC para o reconhecimento internacional do governo de Pequim. Este comunicado tratou, especificamente, da nova política externa norte-americana para a China, pois através dele a Casa Branca divulgou o abandono de sua política de “uma China, uma Taiwan”, ou “duas Chinas”, que vigorou de 1949

⁴ Treaty of Peace between the Republic of China and Japan, April 28, 1952.

⁵ Bush, 2005, p. 20.

⁶ Bush, 2004, p. 114.

até então, passando a adotar a política de “uma China”, postulada pela RPC e pela RC.⁷ Assim, o governo norte-americano declarou que:

“Os Estados Unidos reconhecem que todos os chineses, nos dois lados do Estreito de Taiwan, sustentam que há somente uma China e que Taiwan é uma parte da China. O governo dos Estados Unidos não desafia esta posição.”⁸

Com isso, percebe-se que os Estados Unidos não disseram, em 1972, que há somente uma China, da qual Taiwan é uma parte, pois:

“o governo dos Estados Unidos reconheceu que ambas as partes, nos dois lados do Estreito de Taiwan, concordavam que havia somente uma China que inclui Taiwan. (...) É importante notar que os Estados Unidos em si não disse, em 1972, que há somente uma China da qual Taiwan é uma parte. (...) Ao invés disso, Washington reconheceu o fato que ambas as partes (...) sustentavam que havia **um** governo chinês. E é claro, cada um alegava que era esse governo.”⁹

Ainda no comunicado de 1972, os Estados Unidos demonstraram sua nova disposição em relação ao uso da força, pois afirmaram que a resolução do conflito entre China e Taiwan deveria ser pacífica e negociada, ou seja, sem alterações unilaterais do status quo vigente no Estreito de Taiwan. A RPC, por sua vez, afirmou que a questão de Taiwan é um assunto doméstico, portanto, devendo ser resolvido sem a ingerência de terceiros.¹⁰

Em 1º de janeiro de 1979, Estados Unidos e China divulgaram um segundo Comunicado Conjunto, no qual Washington reconheceu a RPC como a única e legítima governante do povo chinês. Com esse Comunicado, os Estados Unidos

⁷ Joint Communiqué between U.S – PRC, February 28, 1972.

⁸ Ibid. (Tradução nossa)

⁹ Auer, 2004, p. 9. (tradução nossa).

¹⁰ Joint Communiqué between U.S – PRC, February 28, 1972.

obtiveram a normalização de suas relações políticas e diplomáticas com a China, rompidas em 1949. No Comunicado de 1979, a China apenas reiterou seu compromisso com o que fora acordado no Comunicado Conjunto de 1972.¹¹

O restabelecimento das relações entre Washington e Pequim implicou na ruptura das relações oficiais entre Estados Unidos e Taiwan¹², obrigando o governo norte-americano a manter apenas representação não-oficial na RC¹³. Assim, a Casa Branca declarou em 1979 que:

“O Estados Unidos da América reconhecem o governo da República Popular da China como o único governo legal da China. Dentro desse contexto, o povo dos Estados Unidos manterá relações culturais, comerciais e outras relações não-oficiais com o povo de Taiwan.”¹⁴

Apesar do rompimento das relações oficiais entre Washington e Taipei, o congresso norte-americano por meio do *Taiwan Relations Act* (TRA), aprovado em de 10 de abril de 1979, assegurou o duplo compromisso dos Estados Unidos de fornecer a Taiwan armamento apropriado para sua defesa e, de garantir a segurança da RC contra qualquer tentativa da RPC de reintegrá-la pela força.¹⁵ Deste modo, consta no TRA que os Estados Unidos comprometeram-se a:

¹¹ Joint Communiqué between U.S – PRC, January 1, 1979.

¹² Após a Casa Branca transferir o reconhecimento político-diplomático de Taiwan para a China, a esmagadora maioria dos demais Estados adotou a mesma atitude e, igualmente, transferiram o reconhecimento político-diplomático de Taiwan para a China. Até o fim de 2005, vinte e cinco países reconheciam Taiwan como um Estado. No entanto, a RC está representada em 122 Estados, pois tem relações não-oficiais com 97 países.

¹³ As relações não-oficiais entre Estados Unidos e Taiwan, são mantidas através do American Institute in Taiwan (AIT), situado em Taipei e, do Taipei Economic and Cultural Representative Office (TECRO), localizado em Washington.

¹⁴ Joint Communiqué between U.S – PRC, January 1, 1979. (Tradução nossa).

¹⁵ Taiwan Relations Act, April 10, 1979/ section 2(b) 4, 5, 6/ Public Law 96-8. Para uma análise detalhada da história congressional do TRA, ver Goldstein & Schriver, 2001.

“(...) considerar qualquer esforço para determinar o futuro de Taiwan por meios não pacíficos, incluindo boicotes ou embargos, uma ameaça à paz e a segurança do Pacífico Ocidental, de grave preocupação para os Estados Unidos; prover Taiwan com armas de caráter defensivo; e a manter a capacidade dos Estados Unidos de resistir a qualquer recurso a força ou outras formas de coerção que possam pôr em risco a segurança, ou o sistema econômico ou social do povo em Taiwan.”¹⁶

O congresso norte-americano não desejava ver o compromisso dos Estados Unidos com a segurança de Taiwan mantido apenas por um acordo executivo, pois tal dispositivo não tem força de lei. Assim, o congresso investiu em uma resposta bipartidária ao fim das relações oficiais entre Washington e Taipei. Vale notar que em 1979, quando da aprovação do TRA, os democratas eram maioria tanto no senado quanto na câmara e, seguramente, poderiam tê-lo vetado, ou no mínimo o abrandado, uma vez que foi seu Presidente que assinou a normalização das relações entre Estados Unidos e China.¹⁷

Em virtude do fim das relações oficiais entre Estados Unidos e Taiwan, o governo norte-americano denunciou, em 1979, o Tratado de Defesa Mútua (TDM) que havia firmado com a RC em dezembro de 1954. No artigo 2 e no artigo 7 do tratado, percebe-se a extensão do compromisso que a Casa Branca possuía com Taiwan, pois consta que:

“(...) as Partes separadamente e conjuntamente, por auto-ajuda ou ajuda mútua, manterão e desenvolverão suas capacidades coletivas e individuais de resistir a ataques armados e a atividades subversivas comunistas, dirigidas contra sua integridade territorial e sua estabilidade política.”¹⁸ (...) “O Governo da República da China concede, e o Governo dos Estados Unidos da América aceita, o direito de dispor suas forças terrestres, aéreas e navais em Taiwan e Pescadores (...)”¹⁹

¹⁶ Taiwan Relations Act, April 10, 1979/ section 2(b) 4, 5, 6/ Public Law 96-8 (tradução nossa).

¹⁷ Tucker, 2004, p. 50.

¹⁸ Mutual Defense Treaty between the United States of America and the Republic of China, December 2, 1954, article 2.

¹⁹ Ibid, article 7.

Em 17 de agosto de 1982, Estados Unidos e China fizeram um terceiro Comunicado Conjunto, abordando o tema da venda de armamentos norte-americanos a Taiwan. No Comunicado, a Casa Branca declarou que forneceria apenas armamentos de caráter defensivo ao governo taiwanês, mas garantiu que através dessas vendas não pretendia dotar as forças armadas taiwanesas de superioridade militar no estreito. O governo de Washington também garantiu que as vendas seriam reduzidas com o passar dos anos, até o ponto de cessarem, mas para isso a China deveria tomar medidas favoráveis a resolução pacífica da disputa com Taiwan. No Comunicado, a China reiterou que a questão de Taiwan é um assunto eminentemente doméstico. Os Estados Unidos declararam que não tem intenção de infringir a soberania e a integridade territorial da RPC e, reafirmaram seu compromisso com os Comunicados Conjuntos de 1972 e 1979.²⁰

O resultado desses eventos é a permanência de uma disputa territorial entre Pequim e Taipei, isto porque a RPC alega que Taiwan não é um Estado, mas uma província chinesa rebelada, que precisa ser reintegrada ao território da China. De acordo com Pequim, a disputa constitui-se em assunto doméstico e, por essa razão, o governo chinês oficialmente não aceita a interferência de terceiros na resolução do problema. Taiwan, no entanto, depende da ingerência dos Estados Unidos para não ser tomada militarmente pela RPC.

Deste modo, o que está em disputa é a soberania sobre a ilha, porém, para Taiwan isso implica em autodeterminação, enquanto que para a RPC isso significa integridade territorial. À luz do direito internacional, a declaração da independência

²⁰ Joint Communiqué between U.S – PRC, August 17, 1982.

de Taiwan poderia ser interpretada como um ato de secessão, pois violaria o princípio da integridade territorial, consagrado na Carta Magna da ONU. Embora o princípio de autodeterminação também tenha sido contemplado na Carta, ele é um tema bastante controverso, pois não encontra uma definição clara no texto da ONU, o que reduz as chances de Taiwan reclamá-lo com êxito.²¹

Do ponto de vista de Pequim, a unificação assinalaria o fim da Guerra Civil entre a China comunista e a China Nacionalista. Para os líderes chineses, a unificação também significaria o retorno do último território chinês tomado por potências imperialistas, o que serviria como indicador do atual poder da China comunista, contrastando com a condição chinesa à época da conquista de Taiwan pelo Japão (1895). Em outras palavras, a reunificação reforçaria a legitimidade do regime comunista chinês, contribuindo para a manutenção da estabilidade doméstica da RPC.²²

Além disso, para a China, a unificação tem importantes implicações sobre os movimentos separatistas²³ dentro de seu território. Por essa razão, Pequim não se dispõe a fazer concessões à Taiwan, pois teme que concessões respaldem as reivindicações territoriais dos separatistas. Assim, para a RPC, a unificação representa integridade territorial, porém, não apenas diante do território controlado

²¹ Lai, 2003, p. 6.

²² Swaine, 2003, p. 6-7.

²³ O principal grupo separatista da China é o “Movimento Islâmico do Turquestão Leste” (MITL), constituído basicamente por membros da etnia Uighur. O MITL milita pela secessão da província chinesa de Xinjiang. O MITL emprega meios violentos em suas ações, o que permitiu a Pequim rotulá-lo de grupo terrorista após o 11 de setembro. Os Uighur, falam uma língua de origem túrquica e professam o islamismo. Tais características facilitaram a associação feita por Pequim entre esse movimento independentista e o terrorismo internacional. (Chung, 2002, pp. 8-9; Guangcheng, 2001, pp. 161-165).

por Taiwan, mas também em relação ao território já sob o controle do governo de Pequim.²⁴

Os Estados Unidos tratam com cuidado a questão de Taiwan²⁵, pois dela poderiam resultar severos danos aos seus interesses políticos, militares e econômicos no leste asiático. Em outras palavras, se Taiwan decretar sua independência jurídica²⁶ a RPC irá - como já declarou várias vezes²⁷ - invadir Taiwan no intuito de solucionar, de uma vez por todas, o problema dessa “província rebelde”.

Deste modo, se a China decidisse atacar²⁸ Taiwan, o governo norte-americano teria que escolher entre entrar em guerra contra a RPC, ou permitir a unificação. A segunda opção abalaria profundamente a credibilidade dos Estados Unidos frente a seus aliados regionais²⁹, pois de acordo com Michael Swaine:

“Primeiro, a política de Washington para Taipei afeta diretamente a credibilidade do compromisso dos EUA para com outros temas globais ou regionais, potencialmente desestabilizadores. Segundo, o apoio dos

²⁴ Buzan & Waever, 2003, p. 151.

²⁵ A literatura especializada convencionou denominar como “Questão de Taiwan” a disputa territorial entre China e Taiwan.

²⁶ Segundo Kenneth Lieberthal, a independência jurídica, possivelmente, tomaria a forma de uma alteração constitucional que criasse uma entidade política distinta da República da China, instalada na ilha desde 1949. Essa mudança constitucional criaria a República de Taiwan, como os proponentes da independência gostariam de denominar o governo da ilha. (Lieberthal, 2005, p. 59)

²⁷ Ver por exemplo a matéria “Independence Declaration leads to War” de 19/11/2003, publicada no People’s Liberation Army Daily, onde Wang Zaixi, vice-ministro chinês do Taiwan Affairs Office, assevera abertamente que se Taiwan declarar independência, a China irá atacá-la.

²⁸ Um ataque do ELP a Taiwan poderia significar uma invasão, feita através de um ataque anfíbio. Em tal cenário, o desembarque anfíbio seria precedido por ataques de mísseis balísticos contra os centros militares de comando e controle de Taiwan e contra suas bases aéreas, no intuito de debilitar a capacidade de resposta das forças armadas taiwanesas e de conquistar o espaço aéreo. (O’Hanlon, 2000, pp. 57-62) Mais informações sobre cenários de guerra entre Taiwan/Estados Unidos e China, ver: Shlapak, Orletsky, Wilson, 2000; Christensen, 2001.

²⁹ Aqui definimos os aliados da Casa Branca usando um critério específico, que são os tratados de defesa mútua. A partir desse critério, podemos dizer que Japão, Coreia do Sul, Austrália, Tailândia e Filipinas são aliados dos Estados Unidos na região. (Nathan, 2000, p. 101)

EUA para Taiwan está atado ao interesse dos EUA em nutrir democracias recém estabelecidas, especialmente aquelas que estão ameaçadas por governos autoritários. E terceiro, é sempre importante demonstrar lealdade para amigos de longa-data." (Swaine, 2004, p. 43)

Além disso, Taiwan tem um grande valor geoestratégico para os Estados Unidos, pois se China obtiver a reunificação, sua capacidade de projeção de poder marítimo e aéreo será consideravelmente aumentada, tanto no seu litoral leste quanto sul. Com isso, Pequim poderá controlar o Mar da China Meridional e o Mar da China Oriental e, deste modo, obter o controle das principais ligações marítimas entre o Oceano Índico e o Pacífico. Tal desdobramento ameaçaria a capacidade de projeção de poder dos Estados Unidos na região, bem como, poria em risco a segurança energética do Japão, pois os petroleiros vindos do Oriente Médio para o Japão estariam à mercê da marinha chinesa, o que causaria grande preocupação a Tóquio, em virtude de sua alta dependência do petróleo importado³⁰ do Oriente Médio.³¹

A disputa territorial entre Taiwan – China é relevante porque encerra riscos políticos, econômicos e militares para a estabilidade do leste asiático e, para o sistema internacional, principalmente, no campo econômico, pois China e Estados Unidos hoje ocupam uma posição central no mercado mundial, seja no setor produtivo, comercial ou financeiro. E, sem dúvida, esses setores seriam mundialmente prejudicados se os Estados Unidos entrassem em guerra contra a

³⁰ Atualmente, o Japão consome cerca de 5,8 milhões de barris de petróleo por dia, suas reservas naturais estão estimadas em 60 milhões de barris, ou seja, as reservas naturais japonesas podem abastecer o país por apenas dez dias. Por essa razão, o Japão importa 100% do petróleo consumido no país e, 75% desse petróleo vem do Oriente Médio. Sem dúvida alguma, não é do interesse norte-americano ver seu grande aliado no Pacífico nas mãos do governo chinês. (Klare, 2002, pp. 116-117).

³¹ McDevitt, 2006, pp. 74-75; Tucker, 2002, pp. 22-23.

China para defender Taiwan.³² Segundo Robert Suettinger, a dimensão do problema é a seguinte:

“Nenhuma outra questão – nem direitos humanos, liberdade religiosa, não-proliferação, ou mesmo disputas comerciais – podem fazer tanto dano tão rapidamente para as relações da China com os Estados Unidos, ou qualquer outro país, como a questão de Taiwan. (...) as relações entre EUA – China são, no fim, reféns da condição das relações Taiwan – RPC.” (2004, p. 1 - tradução nossa)

Segundo Bates Gill, “Taipei é o mais importante tema de segurança dividindo Washington e Pequim. (...) Essa disputa contém o maior potencial para uma guerra entre Estados Unidos e China.”³³

Adicionalmente, Jiang Zemin³⁴ em encontro com Condoleezza Rice no dia 08 de julho de 2004, asseverou que “a questão de Taiwan é o tema mais sensível e vital nas relações entre China e Estados Unidos.” E afirmou ainda que “(...) a integridade territorial e a soberania da China são primordiais e a vontade nacional de 1,3 bilhões de chineses é inviolável.” Portanto, “(...) se a autoridade de Taiwan buscar seu próprio caminho para independência, ou se as forças externas interferirem, nós nunca iremos sentar e assistir.”³⁵

Assim, percebe-se que o estudo da disputa territorial entre Taiwan e China é de suma importância, porque dela depende não só o futuro de Taiwan, enquanto entidade política, mas principalmente, o futuro das relações entre Estados Unidos e China. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Triangle Institute for Security

³² Murata, 2001, pp. 137-138.

³³ Gill, 1999, pp. 73-74. (Tradução nossa).

³⁴ Presidente da Comissão Militar Central (CMC) da RPC, ou seja, Chefe das Forças Armadas. Ver: Constituição da República Popular da China, artigo 93.

³⁵ “China will never tolerate Taiwan’s independence”. People’s Liberation Army Daily (PLA Daily), July 9, 2004. (Tradução nossa).

Studies, em 2000 “(...) os americanos médios, elites civis e elites militares estão mais dispostos a derramar o sangue dos soldados americanos em Taiwan do que em guerras humanitárias em países do terceiro mundo”³⁶ Essa constatação torna ainda mais plausível um confronto militar entre Estados Unidos e China, em função de Taiwan.

Além disso, observamos que no Brasil há uma carência significativa de pesquisas sobre a questão de Taiwan, o que obriga o pesquisador a depender quase inteiramente da literatura norte-americana, a qual tem uma longa tradição de pesquisa sobre o tema. Essa carência de estudos sobre a disputa entre Pequim e Taipei, contribui somente para a desinformação do público brasileiro a respeito da complexidade das relações entre Estados Unidos – China – Taiwan. Assim, a relevância deste estudo decorre, também, da necessidade de desenvolver no Brasil pesquisa sistemática e aprofundada sobre a importância da questão de Taiwan nas relações entre Estados Unidos e China.

Em nossa pesquisa, utilizamos declarações oficiais feitas sob a forma de Pronunciamentos. Por Pronunciamentos dos Estados Unidos, da China e de Taiwan, entendemos as declarações divulgadas pelas respectivas Presidências, pelas Chancelarias e pelos Ministérios de Defesa, independentemente de serem divulgadas por escrito ou através de porta-vozes. E, as declarações feitas em público pelos respectivos Presidentes, ou pelos Vice-Presidentes, ou pelos Chanceleres, ou ainda pelos Ministros da Defesa, tanto através de discursos – lidos ou improvisados – quanto de entrevistas, sejam elas coletivas ou exclusivas.

³⁶ Wortzel, 2002, p. 95. (Tradução nossa).

Empregamos Pronunciamentos dirigidos – direta ou indiretamente – à Presidência dos referidos atores (Estados Unidos – China – Taiwan), que versem sobre a relação política e militar entre os governos de Washington – Pequim – Taipei.

Em nossa pesquisa pretendemos responder a seguinte questão: quais foram as implicações – de ordem política e militar – que a disputa territorial entre China e Taiwan trouxe para as relações entre Estados Unidos – China – Taiwan, no período entre 1991 e 2004?

Para responder adequadamente a essa questão, devemos cumprir os seguintes objetivos: 1) descrever a política doméstica de Taiwan, de 1987 a 2004; 2) descrever as relações políticas entre Taiwan e China, de 1991 a 1995; 3) descrever e analisar a crise política e militar vivida em 1995-96 por Estados Unidos, China e Taiwan; 4) descrever e analisar as relações políticas e militares entre Estados Unidos, China e Taiwan, do pós 11 de setembro até 2004.

Esta dissertação possui quatro capítulos, além da Introdução, Conclusão e Referências Bibliográficas. A presente Introdução destina-se, em primeiro lugar, a fornecer um panorama do tema, destacando sua relevância científica e social, além dos objetivos da pesquisa. Em segundo lugar, ela destina-se a apresentar um resumo da estrutura da dissertação.

O primeiro capítulo, “A democratização de Taiwan e sua nova política (1987-2004)”, descreve, em linhas gerais, as transformações político-institucionais e político-partidárias sofridas pela RC, entre o início da abertura política em 1987 e, a vitória do PDP na eleição presidencial de 2004. Neste período, observamos a redução do peso político do KMT e dos chineses “continentais”. Também

observamos um aumento expressivo do peso político dos taiwaneses (Hoklo), o que possibilitou a consolidação do PDP na disputa político-eleitoral de Taiwan.

O segundo capítulo, “As relações políticas entre Taiwan – China e a nova orientação internacional de Taipei (1991-1995)”, aborda o distanciamento de Taiwan da proposta chinesa de reunificação e, a busca de Taiwan por mais espaço na comunidade internacional. É nesse sentido, que em 1991 o governo taiwanês propôs uma nova interpretação do princípio de “uma China” e passou a declarar que através do estreito “há duas entidades políticas, com jurisdições distintas, mas uma herança cultural comum”. Em sua busca por mais espaço político na cena internacional, Taiwan pretendeu ingressar na ONU e, para tanto, iniciou em 1993 uma intensa campanha publicitária nos Estados Unidos, assim como, procurou cooptar vários países do sudeste asiático, no intuito de ganhar seu apoio político.

O capítulo três, “A crise de 1995-96 no Estreito de Taiwan: seu significado político e militar para as relações entre Estados Unidos – China – Taiwan (1995-1998)”, investiga as causas e as conseqüências da crise deflagrada entre Washington e Pequim, de meados de 1995 até março de 1996, graças à inédita viagem do Presidente de Taiwan aos Estados Unidos, realizada em junho de 1995. Nesse episódio o Exército de Libertação Popular (ELP) conduziu uma série de exercícios militares no Estreito de Taiwan, a fim de amedrontar a população taiwanesa e impedir a reeleição do Presidente taiwanês nas eleições de março de 1996.

O capítulo quatro, “As relações político-militares entre Estados Unidos – Taiwan – China no contexto da ‘Guerra ao Terrorismo’ (1999-2004)”, aborda a

política dos Estados Unidos para Taiwan e China no período anterior e posterior ao 11 de setembro, descrevendo uma nova política norte-americana onde a Casa Branca, pela primeira vez, buscou equilibrar suas relações com Pequim e com Taipei. Além disso, o capítulo trata da reação de Taiwan ao incremento das relações entre Washington e Pequim após o 11 de setembro, buscando determinar também suas conseqüências no relacionamento entre o governo norte-americano e o chinês.

Por fim, na Conclusão, fazemos um balanço das considerações preliminares dos capítulos um, dois, três e quatro e, chegamos as conclusões finais de nossa pesquisa.

Para a realização desta dissertação utilizamos fontes primárias e secundárias. As fontes primárias consistem, basicamente, nas declarações oficiais feitas sob a forma de pronunciamentos e, nos relatórios do Serviço Congressional de Pesquisa. As fontes secundárias são compostas, em sua maioria, por estudos de pesquisadores norte-americanos e, em menor medida, de pesquisas realizadas por taiwaneses e chineses, mas que apesar de seu reduzido número, cumprem a tarefa de revelar outras perspectivas a respeito da disputa entre Pequim e Taipei.

1.

A DEMOCRATIZAÇÃO DE TAIWAN E SUA NOVA POLÍTICA (1987-2004)

A partir de 1987, com o fim da lei marcial, tem início a abertura política de Taiwan, levada adiante pelo KMT, partido que governara a ilha por quatro décadas sob regime de exceção. Neste capítulo, abordamos o processo da democratização taiwanesa, assim como, a nova composição político-partidária da ilha. Cumpre destacar que tratamos da política doméstica de Taiwan porque, com a democratização as novas disputas interpartidárias e intrapartidárias tornaram-se fundamentais para a compreensão da política de Taiwan para a comunidade internacional e, especialmente, para a China.

1.1 Panorama histórico

A República da China em Taiwan foi governada pelo general Chiang Kai-shek, de 1949 até 1975. Dois anos antes da transferência da RC para a ilha, o governo nacionalista em Taiwan se viu diante de uma onda de violência dos taiwaneses contra os chineses da ilha. Tal onda de violência foi deflagrada em 28 de fevereiro de 1947, em função de um evento de brutalidade policial contra uma vendedora de cigarros. Essa onda de violência foi duramente sufocada pelas tropas de Chiang em poucos dias, resultando em milhares de taiwaneses mortos

pelas tropas nacionalistas e, outros milhares perseguidos posteriormente pelo serviço de inteligência do governo.³⁷

Em 19 de maio de 1949, o Presidente Chiang decretou lei marcial em Taiwan. A lei marcial apenas veio a aprofundar o poder do governo nacionalista na ilha, uma vez que em 1948 Chiang havia decretado em toda RC o início do “Período de Mobilização Nacional para a Supressão da Rebelião Comunista”. Essas duas leis forneceram a moldura jurídica sobre a qual o governo nacionalista pôde dispor livremente da força contra aqueles que se opuseram a ele.

Após 1949, o governo do KMT em Taiwan foi erigido sobre uma estrutura composta de quatro pilares: 1) regime de partido único altamente centralizado; 2) simbiose entre Estado e partido; 3) sistema legal extra-constitucional, amparado em medidas de exceção; 4) pluralismo eleitoral controlado, implementado somente em nível local, onde os candidatos não filiados ao KMT concorriam como independentes.³⁸

Em dezembro de 1979, houve uma grande manifestação de taiwaneses em Kaohsiung, localizada no extremo sul de Taiwan. Os manifestantes valeram-se do fim das relações oficiais entre Washington e Taipei para questionar a legitimidade do governo do KMT. A manifestação foi duramente rechaçada pelas forças do governo nacionalista, resultando na prisão de centenas de manifestantes e no endurecimento do regime, que desde 1978 vinha relaxando as restrições à liberdade de expressão.³⁹

³⁷ Bush, 2005, p. 17. Maiores informações em: Bush, 2004, pp. 41-49; e também no “Memorandum on the Situation in Taiwan” April 18, 1947. By General Chen Yi.

³⁸ Chu & Lin, 2001, p. 113.

³⁹ Bush, 2005, p. 23. Mais detalhes em: Bush, 2004, pp. 76-82.

Em função de tais desdobramentos, tanto de ordem externa quanto interna, o novo Presidente da RC, Chiang Ching-kuo⁴⁰, filho de Chiang Kai-shek, adotou uma nova estratégia diante dos taiwaneses. A partir de seu governo os taiwaneses começaram a ser incluídos em número significativo no KMT e nos postos menores do Estado. A nova política de cooptação chegou ao ápice em 1984, quando o taiwanês Lee Teng-hui foi escolhido para o cargo de vice-Presidente da República.⁴¹

Além disso, após os acontecimentos de 1979, Chiang adotou um programa de reforma a fim de compensar os novos desafios postos à legitimidade e a autoridade do governo nacionalista de Taiwan. Deste modo:

“(...) Chiang deu início a um programa de reforma multifacetada, desenhada para construir uma base de apoio político, econômico e social mais forte para o regime Nacionalista. O elemento chave desse programa incluiu esforços do governo para fomentar um rápido desenvolvimento econômico e uma rápida modernização, envolvendo uma relativamente equitativa distribuição da riqueza e dos benefícios sócio-educacionais; o fim da flagrante discriminação em favor dos Continentais dentro do KMT e do governo (...)”⁴²

1.2 Da abertura política

Em julho de 1987, Chiang Ching-kuo decretou o fim da lei marcial, o que em termos concretos, representou o fim da proibição a formação de novos partidos políticos e, a redução da censura sobre a liberdade de expressão. Assim, Taiwan

⁴⁰ Chiang Ching-kuo foi eleito Presidente em 1978, através dos votos da Assembléia Nacional, a qual o reelegeu em 1984, para mais um mandato de seis anos.

⁴¹ Bush, 2005, p. 21

⁴² Swaine e Mulvenon, 2001, p. 18. (Tradução nossa)

deu um importante passo rumo à abertura política. Segundo Paulo Pinto, isso aconteceu porque:

“(...) na medida em que se fortalecia na ilha a convicção de que seria impossível retomar pela força o poder no continente, a liderança local passou a identificar a necessidade de justificar o KMT, interna e externamente, como o partido capaz de conduzir a China a um sistema de governo democrático.”⁴³

Aos 13 de janeiro de 1988, Chiang Ching-kuo morreu, deixando a presidência nas mãos de seu vice, Lee Teng-hui, que em 1990 foi eleito Presidente pela Assembléia Nacional. Inicialmente, especulou-se que a pressão da ala conservadora do KMT sobre Lee seria esmagadora, significando a continuidade da política dos Chiangs. No entanto, Lee conseguiu marginalizar a ala conservadora do KMT, dominante sob os Chiangs e, com isso, pôde dar início ao desmantelamento da estrutura política do regime autoritário do KMT.⁴⁴

É nesse sentido, que em junho de 1990, o Conselho da Grande Justiça⁴⁵, decretou que os membros da Assembléia Nacional, eleitos ainda no continente⁴⁶, deveriam abandonar seus cargos até dezembro de 1991. Esses membros da Assembléia permaneceram ocupando seus assentos com o argumento de que era impossível convocar novas eleições gerais, uma vez que a grande maioria da

⁴³ Pinto, 2005, p. 50.

⁴⁴ Bush, 2005, p. 25.

⁴⁵ O Conselho é composto de quinze membros, todos nomeados pelo Presidente e aprovados pelo Yuan Legislativo, seu mandato é de nove anos. Cabe ao Conselho “interpretar a Constituição e unificar a interpretação das leis e ordenações”. Taiwan’s Year Book 2005, published by Government Information Office, Executive Yuan, Taipei, ROC. (arquivo em formato HTML, o que impossibilita a indicação da página)

⁴⁶ A maior parte da Assembléia Nacional era composta por representantes eleitos no continente, a minoria restante era proveniente das eleições realizadas em Taiwan, segundo uma estrutura de representação refletindo toda a população chinesa. Com isso, poucos parlamentares eram eleitos, já que o número de assentos em disputa era pequeno.

população chinesa estava no continente, sob o governo de Pequim. Assim, esses membros da Assembléia pretendiam ocupar seus cargos até que novas eleições gerais pudessem ser convocadas, ou seja, quando os Chiangs cumprissem sua promessa de retomar a China continental. A segunda Assembléia Nacional foi eleita em 1991, composta por 325 membros. Em 1994, a Assembléia emendou a constituição, no intuito de permitir a eleição direta para Presidente em 1996 e de reduzir o mandato presidencial de seis para quatro anos.⁴⁷

Em 1992, foram realizadas as eleições para a formação do segundo Yuan Legislativo (YL)⁴⁸ de Taiwan, pois o primeiro também havia sido eleito no continente e, mantido com a mesma alegação que sustentou a Assembléia Nacional até 1991. Os membros do YL eleitos no continente eram a maioria na casa, assim como na Assembléia. Periodicamente, eram realizadas eleições proporcionais para o YL, o que de forma alguma implicava na renovação da casa, ao menos até 1972, quando o número de assentos em pleito foi significativamente aumentado. Para se ter uma idéia, em 1969 foram eleitos apenas 11 novos

⁴⁷ Swaine & Mulvenon, 2001, p. 23.

⁴⁸ O YL é uma Câmara Baixa, porém, concentra mais poder do que a maioria das Câmaras ocidentais, na medida em que quase todas as aprovações feitas pelo YL não vão a Assembléia Nacional para uma segunda aprovação, pois a Assembléia vota apenas matérias constitucionais. Para as eleições do YL, realizadas a partir de 1992, o mandato parlamentar foi limitado em três anos e, isso faz com que as eleições para o Yuan Legislativo e para o Yuan Executivo sejam feitas em diferentes anos, pois os cargos executivos em Taiwan são de quatro anos. Segundo John Tkacik, tal singularidade causa uma séria disfunção na democracia taiwanesa, uma vez que o executivo é obrigado a lidar um ano com um corpo legislativo e, os três anos seguintes com outro. Como não se trata de eleições parciais, onde somente parte do legislativo é eleito, essa peculiaridade do sistema político-eleitoral taiwanês tende a dificultar a governabilidade do executivo. (Tkacik, 2003(a), p. 220) Além disso, a diferença de duração dos mandatos eleva a frequência das eleições, o que também se torna um fator limitador da capacidade do executivo de implementar políticas públicas, pois dezoito meses após a eleição presidencial de 2000, ocorreram as eleições para o Yuan Legislativo e, somente sete meses após a eleição presidencial de 2004, novamente foram realizadas as eleições para o Yuan Legislativo. Isso faz com que o executivo governe, boa parte de seu mandato, em ritmo de campanha eleitoral. (Bush, 2005, p. 166)

representantes, de um total de 380 assentos, mas já em 1972, no início da crise de legitimidade interna do regime, em função de sua expulsão da ONU, o número de assentos em disputa aumentou para 51. Em 1975, esse número subiu para 52, em 1980, após o fim das relações oficiais com os Estados Unidos, foram eleitos 97 novos representantes e, em 1983 foram 98. Já em 1986, às vésperas do fim da lei marcial, foram eleitos 100 novos membros do YL e, em 1989 esse número aumentou para 130. Com o gradual processo de abertura política, o povo de Taiwan pôde em 1996 – pela primeira vez na história da ilha – eleger o Presidente da República.⁴⁹

1.3 A fragmentação do KMT: o fim de sua dominância?

O KMT foi fundado na China continental, em 1894, com uma orientação republicana. Em 1912, após tomar o poder, o KMT proclamou a República da China. Desde então, o partido passou a operar em simbiose com o Estado chinês, ou seja, sem uma separação clara entre Estado e partido. Entre o período de sua fundação e princípio dos anos 1990, o KMT se manteve coeso, pois altamente centralizado e autoritário dentro de suas fileiras. No entanto, a coesão do partido foi quebrada em 1993, quando vários de seus membros, descontentes com a política do Presidente Lee Teng-hui, resolveram abandonar a legenda, para no mesmo ano criar o Novo Partido (NP). Quando de sua fundação, o NP era composto principalmente por simpatizantes da unificação, que percebiam como

⁴⁹ History of the Legislative Yuan, published by Press office, Legislative Yuan, Taipei, ROC. (formato HTML).

temerária as tentativas do governo Lee de reformular a política de “uma China”.⁵⁰ Em 2000, durante a eleição presidencial, o KMT sofreu uma nova ruptura, pois James Soong, ex-governador da província de Taiwan⁵¹ pelo KMT (1994-1998), desejava concorrer a Presidência como o candidato do partido, porém, Lee se opôs ao nome de Soong e na época Lee era o presidente do partido. Em vista disso, Soong decidiu romper com o KMT e concorrer como candidato independente. Soong recebeu 36,84% dos votos, terminando a disputa em segundo lugar, bem na frente do candidato do KMT, Lien Chan, que obteve 23,10% dos votos. Logo após a eleição, ainda em março de 2000, Soong fundou o Partido Primeiro o Povo (PPP), conseguindo atrair inúmeros membros do KMT descontentes com o governo Lee. Em março de 2000, Lee renunciou a presidência do partido e em setembro do mesmo ano foi expulso do KMT, tendo sido responsabilizado pela derrota na eleição presidencial.⁵²

A derrota na eleição de 2000 marcou um ponto de inflexão para o KMT, pois pela primeira vez em cinco décadas o partido não detinha mais o controle do governo central. Apesar de sua derrota na eleição, o KMT continua sendo a principal força política de Taiwan, devido a inúmeros fatores. O primeiro deles, é o histórico do partido em termos de desenvolvimento econômico, pois entre 1953 e 1985, a economia taiwanesa cresceu em média 8,6% ao ano, o que atualmente permite aos taiwaneses possuir uma renda per capita de, aproximadamente, 15

⁵⁰ As tentativas de Lee de reformular a política de “uma China” são discutidas no capítulo 3.

⁵¹ Em Taiwan há dois governos provinciais, o maior deles é Província de Taiwan (PT), que comporta 21 cidades, o outro é a Província de Fuchien (PF), que abarca duas cidades. A PT equivale ao território da ilha principal do arquipélago taiwanês, ao passo que a PF administra somente as ilhas de Kinmen e Matsu. Taiwan's Year Book 2005, published by Government Information Office, Executive Yuan, Taipei, ROC.

⁵² Tkacik, 2003(a), pp. 223-224; Bush, 2005, p. 164; Rigger, 2000, p. 109.

mil dólares.⁵³ O segundo fator é o poder financeiro do KMT, uma vez que segundo as estimativas do próprio partido, divulgadas no início de 2001, ele possui 2,6 bilhões de dólares entre bens e capital financeiro. No entanto, um relatório do jornal *Taipei Times*, publicado em março de 2000, estima a fortuna do KMT em cerca de 6,7 bilhões de dólares. De qualquer forma, os recursos financeiros do KMT são muito superiores aos do segundo maior partido da ilha, que no princípio de 2001 declarou possuir apenas 900 mil dólares.⁵⁴ O terceiro fator é a influência do KMT sobre a grande mídia taiwanesa, devido tanto à riqueza do partido, quanto ao fato de que até 1987, todos os canais de televisão de Taiwan pertenciam ao Estado. E, os grandes jornais como o *United Daily News* e o *China Times*, operavam em estreita cooperação com o partido, de tal modo que os editores destes jornais eram eleitos dentro do Comitê Central do KMT. A cooperação dos grandes jornais com o governo trazia importantes “incentivos financeiros” a eles e, para não perder esses “incentivos”, boa parte da mídia impressa continua alinhada com o KMT.⁵⁵

1.4 O crescimento político do Partido Democrático Progressista: pragmática moderação

O Partido Democrático Progressista (PDP) tem sua origem no movimento democrático “*dangwai*”, que significa “fora do partido”. O movimento foi formado no final dos anos sessenta e fortaleceu-se significativamente ao longo dos setenta,

⁵³ Cepik & Martins, 2004, p. 63; Hsieh, 2001, p. 938.

⁵⁴ Rigger, 2001, p. 950.

⁵⁵ *Ibid.*

em função da crise de legitimidade sofrida pelo governo do KMT, graças à perda de seu assento da ONU e, ao fim das relações oficiais com os Estados Unidos. Como esses eventos abalaram a legitimidade do governo nacionalista, acabaram fortalecendo o movimento “*dangwai*”, pois o regime justificava a ausência de democracia com a afirmação de que a RC era o governo de toda China, não apenas de Taiwan e, com o fim do reconhecimento internacional do governo nacionalista, erodiu-se a principal fonte de legitimação do regime de exceção. Assim, a partir do início da crise do regime em 1971, os membros do movimento conseguiram aumentar substancialmente sua presença nas assembleias locais, no entanto, sem nunca ameaçar a maioria legislativa do KMT.⁵⁶

Em setembro de 1986, foi criado o PDP, primeiro partido de oposição ao governo do KMT. Em 1986, ainda não havia sido revogada a lei marcial, o que impedia a formação de novos partidos políticos, mas apesar disso, o KMT permitiu que o PDP concorresse nas eleições legislativas de dezembro de 1986, uma vez que o governo já planejava a suspensão da lei marcial. Nas eleições de 1986, o PDP e os demais candidatos independentes ganharam cerca de 20% dos assentos nas assembleias locais.

O PDP possui várias facções, entre elas duas se destacam tanto por suas dimensões quanto por sua influência dentro do partido. Uma delas é a “Nova Corrente”, facção radical, que tem a independência de Taiwan como sua principal bandeira, a outra é a “Formosa”, facção moderada, que desde a fundação do partido militou pela democratização de Taiwan. Em 1991, após o Congresso Nacional do PDP, a carta de fundação do partido foi emendada, graças à pressão

⁵⁶ Bush, 2005, pp. 155-156; Rigger, 2001, pp. 945-946.

da “Nova Corrente”, que nessa ocasião conseguiu tornar a independência um dos objetivos maiores do partido. O resultado político-eleitoral dessa mudança foi contraproducente, de tal modo que na eleição presidencial de 1996, na qual o PDP adotou um discurso pró-independência, ele conquistou apenas 21% dos votos. O PDP teve tal desempenho porque a maioria dos eleitores taiwaneses não é favorável a independência, pelo contrário, eles preferem a manutenção do status quo. Em vista da preferência do eleitorado, a “Formosa” conseguiu afastar o partido do discurso independentista, o que causou muito descontentamento entre os radicais da “Nova Corrente”, levando muitos membros do PDP a retirarem-se da legenda em 1996 e, a formarem o Partido da Independência de Taiwan (PIT), ainda no mesmo ano. No entanto, importantes membros da “Nova Corrente” permaneceram no partido, motivando a negociação da posição oficial do PDP a respeito da independência.⁵⁷

Após o racha de 1996, as duas facções discutiram por três anos qual seria a posição oficial do partido sobre o tema da independência, até que em novembro de 1999, o PDP declarou que:

“Taiwan é uma nação com domínio independente, denominada República da China de acordo com a atual constituição. Taiwan não é uma parte da República Popular da China. Taiwan e a República Popular da China são dois Estados e, nenhum dos dois pertence ao outro”.⁵⁸

Com essa abordagem, as lideranças do partido acreditavam que não era mais necessário declarar independência, pois segundo a nova posição do PDP,

⁵⁷ Bush, 2005, pp. 157-158; Rigger, 2001, pp. 953-954; Hsieh, 2001, p. 936.

⁵⁸ Democratic Progressive Party. White Paper on China Policy for the 21st Century. November 30, 1999. (Tradução nossa). (Documento em formato HTML)

Taiwan já é um Estado independente, com uma jurisdição territorial específica, que exclui completamente a China continental.⁵⁹

Com o cisma de 2000 nas fileiras do KMT, o PDP pôde vencer a eleição presidencial daquele ano, elegendo Chen Shui-bian⁶⁰ como Presidente e Annete Lu como vice. Chen foi o primeiro candidato de oposição eleito como Presidente da RC. Lee Teng-hui, por sua vez, após ter sido expulso do KMT passou a apoiar abertamente o PDP e, em agosto de 2001 fundou o partido União Solidariedade de Taiwan (UST), o qual tornou-se o maior aliado do PDP no YL.

1.5 A composição étnica e lingüístico-cultural de Taiwan: seu significado para o tema da independência X unificação

Taiwan tem uma composição étnica homogênea, no entanto, sua composição lingüístico-cultural é bastante heterogênea, pois apesar de 98% da população ser descendente de chineses Han, esse percentual está dividido em três grupos lingüística e culturalmente distintos. O maior deles é o Hoklo, (Minnan, Fujianês, Holo), constituído por descendentes de chineses Han, oriundos do sul da província chinesa de Fujian, que chegaram a Taiwan entre os séculos XVII e XVIII. Outro grupo importante é o Hakka, composto por chineses Han provenientes da costa meridional da China, que migraram para Taiwan em meados do século XIX. Quando da chegada dos Hakka, seu convívio com os Hoklo foi bastante violento, em função de disputas pela posse de terras. Como os Hoklo eram mais

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ Chen Shui-bian foi um dos principais advogados de defesa no julgamento dos responsáveis pela manifestação de Kaohsiung, em 1979.

numerosos, os Hakka acabaram ficando com as piores terras, sendo marginalizados não apenas economicamente, mas também socialmente, uma vez que a língua, os costumes e as crenças dos dois grupos eram, significativamente, diferentes. O terceiro grupo é o Continental, também constituído por chineses Han, vindos para Taiwan após a queda do governo nacionalista no continente em 1949. Entre 1949 e 1950, estima-se que 2 milhões de chineses fugiram do continente e se estabeleceram em Taiwan, juntamente com o governo do KMT. Na ilha, também habitam aborígenes de descendência malaio-polinésia, que foram os primeiros habitantes de Taiwan. Atualmente os aborígenes não chegam a 500 mil, e estão concentrados nas regiões montanhosas da ilha, graças à ocupação dos Hoklo a partir do século XVII.⁶¹

Atualmente, o convívio entre os quatro grupos é pacífico, mas até pouco tempo os Hoklo eram marginalizados economicamente e perseguidos politicamente pelo governo nacionalista. Entre os taiwaneses mortos no incidente de 28 de Fevereiro de 1947, a maior parte era de jovens estudantes de origem Hoklo. Em 1949, o governo do KMT iniciou uma dura reforma agrária, que resultou no confisco de grande parte das terras dos Hoklo, para serem repassadas aos Hakka. Com isso, percebe-se que o regime nacionalista implementou uma política de segregação contra os Hoklo, causando seu empobrecimento e sua exclusão da esfera política.⁶²

⁶¹ Tkacik, 2003(a), p. 222; Cheng & Tam, 2005, pp. 4-5.

⁶² Tkacik, 2003(a), p. 223.

Os Hoklo representam 64% da população de Taiwan (14,7 milhões) e, em relação à independência, de forma geral, preferem a manutenção do status quo⁶³. No entanto, é deste grupo que provém a maioria dos independentistas. A maior parte dos Hoklo está localizada na região central e sul de Taiwan e, tendem a apoiar o PDP. Os Hakka perfazem 20% da população de Taiwan (4,6 milhões), a grande maioria deles não apóia a independência, pois preferem a preservação do status quo. Em termos político-partidários, os Hakka tendem a votar no KMT e no PPP. Já os aborígenes representam apenas 2% da população taiwanesa (450 mil) e, normalmente, votam no KMT e no PPP. Quanto ao tema da independência, apóiam a manutenção do status quo. Os Continentais perfazem 14% da população de Taiwan (3,2 milhões) e, usualmente, votam no KMT e no PPP. Os Continentais, atualmente, estão inclinados à preservação do status quo, mas a maioria deles não abandonou a possibilidade de uma futura reunificação.⁶⁴

A questão da independência é a principal controvérsia na clivagem política de Taiwan, dividindo os quatro grupos em três segmentos. Em uma das extremidades do espectro político estão aqueles dispostos a apoiar a reunificação, na outra, estão os apoiadores da independência e, no centro, estão aqueles que preferem a manutenção do status quo, os quais representam a maioria do eleitorado taiwanês. Em outubro de 2000, o Centro de Pesquisas Eleitorais da Universidade Nacional Chengchi, realizou uma longa pesquisa de opinião em

⁶³ Entendido pelos taiwaneses como “nem unificação, nem independência”.

⁶⁴ Cheng & Tam, 2005, p. 6.

Taiwan e, constatou que 84% dos taiwaneses são favoráveis a preservação do status quo.⁶⁵

Embora existam outros importantes temas dividindo os taiwaneses⁶⁶, as diferenças entre os quatro grupos quanto à questão da independência, tem sido a principal clivagem política de Taiwan, pois ela serve como a fundação das duas grandes coalizões políticas da ilha. Uma delas é a aliança pan-azul, composta pelo KMT, pelo PPP, pelo NP e outros partidos menores⁶⁷. A outra coalizão é a aliança pan-verde, constituída pelo PDP, União Solidariedade de Taiwan (UST) e outros pequenos partidos.⁶⁸

A preferência dos taiwaneses pela preservação do status quo se explica por dois fatores. O primeiro deles é o medo taiwanês de uma resposta militar chinesa, caso o governo da ilha declare independência. O segundo fator é o fortalecimento da identidade nacional taiwanesa, ocorrido a partir do início dos anos noventa. O quadro abaixo evidencia esse processo:

Tabela 1: A distribuição da identidade nacional

Datas das pesquisas de opinião	Eu sou taiwanês (%)	Eu sou taiwanês e chinês (%)	Eu sou chinês (%)	Não souberam ou não opinaram (%)
Junho/1992	17,3	45,4	26,2	11,1
Junho/1996	23,1	50,9	15,8	10,2
Junho/2000	36,9	43,8	13,1	6,2
Dezembro/2001	43,2	41,8	10,3	4,7

⁶⁵ Rigger, 2000, p. 114; Cheng & Tam, 2005, p. 6; Hsieh, 2001, pp. 934-935.

⁶⁶ Outros dois temas importantes na clivagem política de Taiwan são as questões ambientais e, o debate sobre o tamanho e o escopo do Estado.

⁶⁷ Em 2005, Taiwan contava com 110 partidos políticos. Taiwan's Year Book 2005, published by Government Information Office, Executive Yuan, Taipei, ROC.

⁶⁸ Cheng & Tam, 2005, p. 4.

Dezembro/2003	43,2	42,9	7,7	6,2
---------------	------	------	-----	-----

Fonte: Wang, 2004, p. 35.

Com isso, percebe-se que em pouco mais de uma década, a identidade chinesa declinou rapidamente em Taiwan, onde os habitantes passaram a se ver cada vez mais como taiwaneses. Embora o percentual daqueles que se dizem taiwaneses e chineses tenha se mantido relativamente estável, sofrendo apenas uma ligeira redução, o número dos que não souberam responder reduziu-se expressivamente, indicando que entre 1992 e 2003 ficou mais fácil para a população de Taiwan determinar qual é sua identidade nacional.

1.6 A disputa político-eleitoral em Taiwan e a eleição presidencial de 2004

Ao longo dos anos noventa, KMT e PDP digladiaram-se pelos votos dos eleitores taiwaneses. E, apesar das realizações econômicas do KMT enquanto governo e, dos imensos recursos financeiros do partido, ele não conseguiu impedir o crescimento eleitoral do PDP, como podemos observar abaixo.

Tabela 2: Número de assentos ganhos pelos partidos políticos de Taiwan no YL

Ano das eleições	KMT	PDP	NP	PPP	UST	Independentes
Dez. 1992 (161 assentos no total)	92	50				19

Dez. 1995	85	54	21			1
Dez. 1998 (225 assentos no total)	123	66	11			25
Dez. 2001	68	87	1	46	13	10

Fonte: Garver, 1997, pp. 94-95; Tkacik, 2003(a), p. 230.

Como visto acima, em 2001 o PDP conseguiu ganhar mais lugares no YL que o KMT, em parte graças à cisão ocorrida no partido nacionalista em 2000, mas principalmente, em virtude do fortalecimento da identidade taiwanesa, habilmente explorada pelo PDP nas eleições de dezembro de 2001.

Em 1994, na primeira eleição direta para prefeito, o PDP conquistou a prefeitura de Taipei. Essa vitória foi obtida graças à separação da coalizão entre o KMT e NP e, com essa cisão, o candidato do PDP, Chen Shui-bian, conseguiu eleger-se com 44% dos votos. No entanto, em 1998 a coalizão entre KMT e NP foi refeita e o PDP não conseguiu manter-se à frente da prefeitura, mesmo Chen tendo alcançado 70% de aprovação popular ao longo de seu mandato. Em 1998, o PDP ganhou 12 das 21 prefeituras⁶⁹ de Taiwan, obtendo uma média geral de 43% dos votos.⁷⁰

⁶⁹ Em Taiwan, existem três tipos de cidades. Em escala de importância, primeiro vem as "Municipalidades Especiais" (ME), as quais estão sob a jurisdição direta do governo central. Taipei e Kaohsiug são as duas únicas MEs de Taiwan. Em seguida, vem as "Municipalidades Provinciais" (MP), que estão sob a jurisdição da Província e, em terceiro lugar, vem as "Municipalidades de Condado" (MC), que estão sob a jurisdição do governo do Condado. Uma ME deve ter no mínimo 1,25 milhões de habitantes, uma MP deve ter pelo menos 500 mil habitantes e, uma MC deve ter no mínimo 150 mil habitantes. As MEs e as MPs são divididas em distritos. Os distritos e as MCs são divididos em aldeias, que é a menor unidade político-administrativa de Taiwan. Distritos, MCs e aldeias não têm prefeitos eleitos, apenas representantes nomeados pela instância imediatamente superior.

Em 2000, Chen Shui-bian venceu a eleição presidencial, com uma margem de pouco mais de 2,5% sobre James Soong. A vitória de Chen se explica, em primeiro lugar, pelo cisma ocorrido no KMT poucos meses antes da eleição de 2000. Em segundo lugar, pelo crescimento político-eleitoral do PDP, como observado acima. E, em terceiro lugar, pelo abrandamento do discurso do partido quanto ao tema da independência, sobretudo, a partir de 1999.

Para a eleição presidencial de 2004, Lien Chan do KMT e James Soong do PPP, uniram-se para conquistar a Presidência, pois a soma dos votos recebidos pelos dois candidatos em 2000, representava cerca de 60% dos votos e, acreditando que poderiam repetir o feito da eleição passada, apostaram na unificação de suas candidaturas. Apesar da nova estratégia do KMT e do PPP, Chen conseguiu reeleger-se, dessa vez com uma margem ainda menor, pois teve apenas 30 mil votos a mais que Lien e Soong, o que significa pouco mais de 0,2% (50.1% vs. 49.9%).⁷¹ A nova derrota do KMT-PPP, pode ser explicada por várias razões, uma delas é a inexperiência dos dois partidos em disputar a Presidência como oposição, o que se tornou bastante evidente na campanha, pois o PDP conseguiu estabelecer a pauta do debate eleitoral, evitando que seus adversários capitalizassem para si o baixo crescimento econômico de Taiwan e o aumento do desemprego sob o governo Chen.⁷²

Além disso, Chen concentrou seu discurso sobre a questão da identidade taiwanesa e, ainda propôs o estabelecimento de uma nova constituição e a

(Taiwan's Year Book 2005, published by Government Information Office, Executive Yuan, Taipei, ROC.)

⁷⁰ Rigger, 2001, p. 948; Rigger, 2000, p. 111.

⁷¹ Wang, 2004, pp. 33-34.

⁷² Camões & Tam, 2005, p. 11; Bush, 2005, p. 178.

realização de um referendo versando sobre as relações através do estreito. Com isso, Lien e Soong colocaram-se em posição defensiva, uma vez que ambos são descendentes de continentais, líderes de partidos inclinados à unificação. Uma nova constituição poderia fornecer os dispositivos legais necessários para a declaração de independência, ao passo que o referendo abriria um importante precedente para consultas posteriores, que também poderiam levar à declaração de independência.⁷³

A imagem do KMT também competiu para a derrota de Lien e Soong em 2004, pois a imagem do partido está diretamente associada a ditadura dos Chiangs e a corrupção eleitoral. O PPP, por sua vez, esforça-se para não ser identificado pela maioria Hoklo como um partido de continentais,⁷⁴ tendente à unificação, mas apesar disso o PPP é identificado dessa forma pela maior parte do eleitorado Hoklo, tanto em função de sua aliança com o KMT, quanto em virtude da origem política e lingüístico-cultural da liderança do partido.

Em agosto de 2004, foi aprovada uma emenda constitucional que alterou a duração do mandato dos membros do YL, pois os parlamentares tiveram seus mandatos estendidos para quatro anos, a fim de que as eleições do YL sejam realizadas sempre no mesmo ano da eleição presidencial.⁷⁵

Nas eleições legislativas de dezembro de 2004, o PDP conquistou 89 assentos, dois a mais do que tinha em 2001, o UST obteve 12. Já o KMT ganhou 79 lugares, ao passo que o PPP contabilizou 34 lugares. O NP ganhou apenas 1

⁷³ Camões & Tam, 2005, p. 11; Wang, 2004, p. 36; Bush, 2005, pp. 175-176.

⁷⁴ Para evitar essa imagem, James Soong decidiu aprender o dialeto Hoklo.

⁷⁵ Bush, 2005, pp. 179-180.

assento. Com isso, a aliança pan-azul manteve-se como a maioria da casa, perfazendo 114 lugares de um total de 225.

Com o processo de abertura política e o subsequente desenvolvimento de um sistema político multipartidário, pode-se classificar Taiwan como uma “democracia em construção”⁷⁶, pois apesar da eleição presidencial de 2000 ter inaugurado a rotatividade entre oposição e situação na chefia do governo central, a democracia taiwanesa ainda enfrenta sérias limitações, tanto em função de sua juventude quanto dos vícios políticos herdados do governo dos Chiangs.

Com a democratização da RC, alguns elementos novos foram acrescentados às relações entre Washington –Taipei – Pequim. O primeiro deles é a dinâmica político-eleitoral da ilha, que favorece o emprego eleitoral do tema da identidade nacional e da disputa entre unificação e independência. O segundo elemento é a vontade dos 23 milhões de taiwaneses, os quais segundo os altos índices de participação nas eleições presidenciais de 2000 e 2004 (cerca de 85%), não estão dispostos a abrir mão do direito de escolher seu futuro.

⁷⁶ No relatório de 2005 da *Freedom House* (relativo a 2004), Taiwan recebeu conceito “2”, o que significa que os direitos civis e políticos dos taiwaneses ainda estavam aquém das democracias ocidentais (EUA, França, Alemanha, Inglaterra) que receberam conceito “1” no relatório de 2005. A escala da *Freedom House* vai de “7” a “1”. *Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights and Civil Liberties 2005*. Freedom House.

2.

AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE TAIWAN – CHINA E A NOVA ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL DE TAIPEI (1991-1995)

O KMT sustentou a política de “uma China” entre 1949 e 1991, pois o partido não buscava a independência da ilha, pelo contrário, os Chiangs alegavam que a RC ainda iria reconquistar a China continental, já que afirmavam ser o único governo legítimo de toda a China. Após a morte de Chiang Ching-kuo, o vice-presidente Lee Teng-hui assumiu a Presidência,⁷⁷ adotando uma nova posição diante da RPC e da comunidade internacional. Neste capítulo tratamos do novo diálogo travado entre o governo taiwanês e o chinês na primeira metade dos anos 90 e, da busca da RC por mais espaço político na cena internacional.

2.1 A nova política de “uma China”

Durante seu discurso de posse em maio de 1990, o Presidente Lee apresentou uma nova abordagem para as relações através do estreito. Ele afirmou que quando a RPC estiver disposta a renunciar ao uso da força contra Taiwan, a implementar a democracia e o livre mercado e, a não interferir nas relações exteriores de Taiwan baseadas na política de “uma China”, o governo taiwanês

⁷⁷ Lee Teng-hui foi presidente da RC entre 1988 e 2000, tendo sido eleito pela Assembléia Nacional em 1990 para um mandato de seis anos e, pelo voto direto em 1996, para um mandato de quatro anos, no que foi a primeira eleição direta para presidente de Taiwan.

estará disposto a estabelecer canais de comunicação com a China continental. Essa comunicação poderia envolver o intercâmbio econômico, comercial, cultural, científico, tecnológico. Segundo Lee, se a RPC observasse essas três condições, o governo taiwanês estaria disposto a discutir o tema da reunificação nacional, desde que o povo de Taiwan não fosse contrário a tal medida. Lee também destacou que a igualdade entre os dois lados do estreito não deveria ser desrespeitada pelo governo chinês. Esse discurso representou a primeira oferta de Taipei a Pequim para alcançar a unificação.⁷⁸

Em 7 de outubro de 1990, o Presidente Lee reuniu-se com representantes dos maiores partidos políticos e das organizações civis de Taiwan, a fim de estabelecer o “Conselho para Unificação Nacional” (CUN), sob o Gabinete do Presidente. Ao CUN, caberia sugerir políticas para as relações através do estreito. Em 30 de janeiro de 1991, é formalmente estabelecido o “Conselho para Assuntos do Continente” (CAC), sob o Yuan Executivo. Ao CAC foi destinada a tarefa de formular e coordenar as políticas de Taiwan para a China. Durante o mês de fevereiro de 1991, o CAC produziu as “Diretrizes para Unificação Nacional” (DUN), as quais rapidamente tornaram-se os princípios fundamentais da política de Taiwan para a China, pois em 23 de fevereiro de 1991 o CUN adotou as “Diretrizes ...” e, em 14 de março do mesmo ano, o Yuan Executivo também.⁷⁹

As “Diretrizes” trouxeram uma visão nova a respeito do princípio de “uma China”, pois em tal documento, esse princípio foi definido por fatores étnicos, culturais e geográficos, ao invés de políticos, como até então era feito, tanto pela

⁷⁸ Bush, 2005, p. 41.

⁷⁹ Major Events across the Taiwan Straits, published by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC.

RPC quanto pela RC. Além disso, para alcançar a unificação, a China deveria reconhecer que através do estreito há “duas entidades políticas” distintas, entre as quais permanece a possibilidade de unificação política, desde que em bases de “paridade” e “reciprocidade” e, após a democratização da RPC.⁸⁰

Com a afirmação de que através do estreito há duas “entidades políticas”, a RC abandonou a alegação de que havia apenas um único governo de toda a China e, que ela era tal governo. Com isso, indiretamente, a RC reconheceu a soberania da RPC sobre a China continental.⁸¹ Assim, sob a presidência de Lee Teng-hui, Taiwan rompeu com uma tradição de quatro décadas, no entanto, isso não significou o rompimento com o princípio de “uma China”, uma vez que as diretrizes inspiraram a fórmula taiwanesa de “um país, duas entidades políticas”, ou “um país, dois governos”. Apesar de Taiwan não ter rompido com a política de “uma China”, ela procurou alterar seu significado, pois para o Presidente Lee e seus apoiadores, dentro e fora do KMT, o conceito de “uma China” tornou-se não-estatal, na medida que seus componentes definidores passaram a ser étnicos e culturais.⁸²

Para a China, o ponto nevrálgico das “Diretrizes” não reside na afirmação de que através do Estreito há duas “entidades políticas”, pois mesmo sob essas condições tais entidades políticas poderiam compor um arranjo como a proposta chinesa de “um país, dois sistemas”. No entanto, a idéia de “paridade” contradiz o princípio de subordinação implícito na proposta de Pequim. A nova definição do

⁸⁰ Guidelines for National Unification, March 14, 1991, published by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC.

⁸¹ McDevitt, 2003, p. 90.

⁸² Swaine & Mulvenon, 2001, p. 24.

princípio de “uma China” também preocupou a liderança chinesa, na medida em que ela não se referia mais a organização do Estado, apenas a características culturais compartilhadas pelos dois lados do estreito. No entanto, como a nova definição da política de “uma China” ressaltava a identidade chinesa – ao invés da taiwanesa, como esperava o PDP – Pequim decidiu não rejeitá-la.⁸³

No início de 1991, Pequim e Taipei concordaram em estabelecer um canal de contato para levar adiante o diálogo sobre a reunificação. Os dois lados do estreito decidiram que as conversações seriam realizadas através de um canal semi-oficial. Assim, em 19 de fevereiro de 1991, Taiwan fundou a *Strait Exchange Foundation* (SEF), presidida desde então por Koo Chen-fu e, em 16 de dezembro de 1991, a RPC fundou a *Association for Relations Across the Taiwan Strait* (ARATS), presidida por Wang Daohan.⁸⁴ Sob os termos de sua carta de fundação, a ARATS é uma organização social incorporada ao Estado e por essa razão, opera no âmbito do Gabinete para Assuntos de Taiwan (GAT), que é uma agência do Conselho de Estado.⁸⁵ Segundo o governo taiwanês, a SEF “é a única organização não-governamental” autorizada a negociar com a RPC em nome da RC. A SEF interage com a ARATS a partir das orientações fornecidas pelo CAC.⁸⁶

Em 30 de abril de 1991, Lee anunciou que Taiwan não iria “empregar a força para alcançar a reunificação nacional” e que o governo da China comunista não seria mais considerado um regime rebelde pela RC, ao invés disso, ele passaria a ser tratado como a entidade política governante da China continental.

⁸³ Garver, 1997, p. 28.

⁸⁴ Major Events Across the Taiwan Straits, published by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taiwan.

⁸⁵ Charter of the Association for Relations Across the Taiwan Straits. Released by Taiwan Affairs Office, State Council, PRC.

⁸⁶ Taiwan's Year Book 2005, published by Government Information Office, Executive Yuan, Taiwan.

Ainda em de 30 de abril, Lee anunciou o fim da lei de 1948 que instaurou o “Período de Mobilização Nacional para a Supressão da Rebelião Comunista”. Com essas duas ações, o governo taiwanês considerou decretado o fim do estado de guerra entre RC e RPC.⁸⁷

No dia 1º de agosto de 1992, o CUN aprovou uma importante resolução, através da qual buscou clarificar sua posição em relação à política de “uma China”. Na resolução, consta que:

“Ambos os lados do Estreito de Taiwan concordam que há somente uma China. Entretanto, os dois lados do Estreito têm diferentes opiniões quanto ao significado de ‘uma China’. Para Pequim, ‘uma China’ significa a ‘República Popular da China’ (RPC), com Taiwan tornando-se uma ‘Região Administrativa Especial’ após a unificação. Taipei, por outro lado, considera que ‘uma China’ significa a República da China (RC), fundada em 1912 e com soberania jurídica sobre toda a China. A RC, entretanto, atualmente têm jurisdição somente sobre Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu. Taiwan é parte da China e, a China continental é parte da China também.”⁸⁸

Com essa resolução, publicada logo após sua aprovação, o governo taiwanês esperava fazer avançar sua tese de que a China é um “País Dividido”, com duas entidades políticas, cada uma, governando sua margem do estreito.⁸⁹

Durante o 14º Congresso do PCC, realizado em outubro de 1992, Jiang Zemin rejeitou a declaração feita por Taiwan em agosto, pois reiterou que a RPC é contrária a criação de “uma China, uma Taiwan”, ou “duas Chinas”, ou a qualquer ação destinada a criar uma Taiwan independente. Jiang também ressaltou a necessidade de avançar as negociações para a unificação pacífica de Taiwan e,

⁸⁷ Swaine & Mulvenon, 2001, p. 25; Bush, 2005, p. 43; Pinto, 2005, p. 20.

⁸⁸ Shirley A. Kan, China/Taiwan: Evolution of the “one China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Tapei, CRS Report for Congress, March 12, 2001, p. 17. Washington, D.C: Congressional Research Service.

⁸⁹ Bush, 2005, p. 44.

ainda observou que as negociações deveriam ser entre o PCC e o KMT, não entre as duas “entidades políticas”, como queria Taiwan.⁹⁰

Em outubro de 1992 os representantes da SEF e da ARATS reuniram-se em Hong Kong, a fim de tratar de temas técnicos. Nessa ocasião, a China se dispôs a pôr de lado a discussão sobre temas políticos, como o princípio de “uma China”, no intuito de fazer avançar as negociações, uma vez que em abril de 1993 seria realizado o primeiro encontro entre o dirigente da SEF e o da ARATS. Apesar de Taiwan e China não tratarem do princípio de “uma China” durante o encontro dos representantes da SEF e da ARATS em outubro de 1992, ambos declararam que reconheciam o princípio de “uma China”, no entanto, os dois também declararam que possuíam diferenças quanto ao seu significado.⁹¹

Durante o mês seguinte, em novembro de 1992, Taiwan e China acordaram que cada parte tinha liberdade para interpretar como quisesse o princípio de “uma China”, desde que essa interpretação fosse apenas verbal. O representante taiwanês da SEF fez a proposta à sua contraparte da ARATS e, após algumas consultas, a RPC aquiesceu. O governo taiwanês argumentou que buscava a unificação e não discordava da política de “uma China”, mas afirmou que possuía algumas reservas quanto ao seu significado e, por isso, demandava a liberdade de interpretá-la oralmente. Desse acordo nasceu o “consenso de 1992”, ou princípio de “uma China, respectivas interpretações”, o qual não vicejou, pois com ele China e Taiwan apenas “concordavam em discordar”.⁹²

⁹⁰ Ibid., pp. 44-45.

⁹¹ Bush, 2005, p. 45.

⁹² Suettinger, 2003, p. 201; Garver, 1997, pp. 28-29.

Em agosto de 1993, a RPC publicou seu “Livro Branco” sobre a questão de Taiwan. Nele a China afirmou que “no mundo só há uma China” e que seu “governo central fica em Pequim”. Além disso, a RPC enfatizou que a questão de Taiwan é um assunto puramente doméstico, por tratar-se da relação do governo central com uma província rebelada, o que significava que a “autodeterminação para Taiwan está fora de questão”. E, como qualquer Estado soberano, a China declarou que estava habilitada – legalmente e materialmente – para empregar os meios que fossem necessários a fim de garantir sua integridade territorial. Por último, a RPC asseverou que se oporia ao ingresso de Taiwan na ONU, pois de nenhum modo seu caso se assemelhava ao das alemanhas ou ao das coreias, na medida em que, a representação paralela desses Estados foi o resultado da necessidade de compor um arranjo político entre as potências vitoriosas do pós-Segunda Guerra.⁹³

Em julho de 1994, em resposta ao “Livro Branco” da RPC, o CAC fez uma longa declaração sobre as relações através do estreito, essa declaração ficou conhecida como o “Livro Branco” de Taiwan. Com a posição exposta no “Livro Branco”, o governo de Taipei afastou-se ainda mais da reunificação, pois afirmou que “a RC sempre foi um Estado independente e soberano”, entretanto, isso não significou o abandono da política de “uma China”, pois nessa mesma declaração Taiwan anunciou a fórmula de “uma China, duas entidades políticas iguais”. Além disso, o governo taiwanês, formalmente, rejeitou a proposta chinesa de “um país, dois sistemas”, em função da subordinação de Taiwan ser uma premissa dessa

⁹³ “The Taiwan Question and Reunification of China” – August 1993, published by Taiwan Affairs Office & Information Office, State Council, Beijing, PRC.

proposta. No entanto, Taiwan manteve a possibilidade de uma futura unificação, desde que o governo de Pequim se comprometesse a não atacar a ilha e a implementar instituições liberais e democráticas na China continental. A RPC, prontamente, rejeitou o “Livro Branco” de Taiwan, afirmando que o governo da ilha pretendia “criar duas Chinas sob a bandeira de uma China”.⁹⁴

2.2 “Diplomacia Pragmática”: a busca por reconhecimento internacional

A partir do final de 1993, Taipei deu início à “expansão de seu espaço internacional”, como afirmou o Presidente Lee. A essa reorientação da atuação internacional de Taiwan, Lee denominou de “Diplomacia Pragmática”. O governo taiwanês buscava aumentar sua participação política na comunidade internacional através da conquista de novos parceiros. No entendimento do Presidente taiwanês, a ilha deveria ocupar um espaço político mais amplo na cena internacional, um espaço proporcional ao tamanho da economia de Taiwan, que em 1993 era apontada como a 14ª economia do mundo.

Em setembro de 1993 o Presidente Lee declarou que Taiwan iria ingressar na ONU. Nessa ocasião ele afirmou que:

“Em 1991, nós aceitamos o fato de que a nação foi dividida e, que anteriormente a unificação da China, a autoridade política do governo da RC e dos comunistas chineses existe. O governo da RC e dos comunistas chineses exercem autoridade política nas áreas sob seu controle *de facto*. Cada um tem o direito de representar os residentes do território sob seu controle *de facto* e a participar em atividades da comunidade internacional. (...) Participar das Nações Unidas é agora

⁹⁴ Suettinger, 2003, p. 203; Garver, 1997, p. 29. “Relations Across the Taiwan Straits” – July 1994, published by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC.

uma política fixa e um objetivo do governo e dos partidos de oposição da RC.”⁹⁵

A presidência pretendia utilizar a fórmula de “Estado Dividido”⁹⁶ para ingressar na ONU, uma vez que em 1991 as Coreias haviam obtido a representação paralela na ONU sob essa fórmula. Para tanto, iniciou uma longa e cara campanha de publicidade e ajuda financeira a países do antigo Terceiro Mundo. Com isso, ainda em 1993 sete países solicitaram à Assembléia Geral da ONU que fosse debatido o pedido taiwanês de ingresso na organização. A matéria foi votada na Assembléia e Taiwan recebeu 23 votos a favor de sua entrada. Em 1994, 12 Estados solicitaram à Assembléia Geral que debatesse o pedido taiwanês de ingresso. O pedido não foi votado graças à tenaz oposição da RPC. No ano seguinte, em 1995, Taiwan conseguiu que seu pedido de ingresso fosse apresentado novamente à Assembléia Geral, dessa vez, o pedido foi votado e Taiwan recebeu 29 votos a favor. Em 1995, Taiwan comprometeu-se a doar 1 bilhão de dólares a ONU, caso seu pedido de ingresso fosse aceito. Entre 1994 e 1995, o governo de Taiwan gastou milhões de dólares em propaganda, colocando anúncios de sua campanha em jornais como o New York Times, Washington Post, Wall Street Journal e revistas como Newsweek, Time e Foreign Affairs.⁹⁷

Concomitantemente a campanha publicitária, houve também a campanha de ajuda financeira a determinados países. Assim, em janeiro de 1994 o Primeiro-ministro taiwanês Lien Chan fez uma “viagem de férias” a Cingapura e Filipinas,

⁹⁵ Shirley A. Kan, China/Taiwan: Evolution of the “one China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Tapei, CRS Report for Congress, March 12, 2001, p. 19. Washington, D.C: Congressional Research Service. (Tradução nossa).

⁹⁶ Essa fórmula permitiu a representação paralela das Alemanhas durante a Guerra Fria.

⁹⁷ Garver, 1997, pp. 30-31; Swaine & Mulvenon, 2001, pp. 27-28.

reunindo-se com representantes do primeiro escalão do governo em cada país. Em fevereiro de 1994, o Presidente Lee Teng-hui fez uma “viagem privada” às Filipinas, Indonésia e Tailândia, onde se encontrou com os Presidentes Ramos e Suharto e, por pressão chinesa, não pode reunir-se com o Primeiro-ministro tailandês, apenas com o Rei Adulyadej. Nessas viagens o governo de Taiwan buscou estabelecer mecanismos com os países do sudeste asiático para redirecionar os investimentos taiwaneses que, desde o início dos anos 1990, afluíam para a China continental. A presidência de Taiwan batizou essa manobra como “Política de Levar os Investimentos para o Sul”. Essa política previa ainda a concessão de empréstimos taiwaneses para a modernização de alguns pólos industriais da região, como o de Hanói e Ilha Batan (Filipinas). Com essa manobra, Taiwan pretendia, em primeiro lugar, cooptar politicamente seus novos parceiros, a fim de que apoiassem seu pedido de ingresso na ONU. Em segundo lugar, o governo da ilha esperava diminuir a atração econômica exercida pela RPC, de modo a limitar a dependência taiwanesa do mercado e da mão-de-obra chinesa.⁹⁸

Cabe salientar que nenhum alto oficial do governo de Pequim veio a público opor-se às viagens e as manobras políticas dos líderes de Taiwan. Essa inação foi duramente criticada dentro do PCC após a viagem do Presidente Lee aos Estados Unidos, em 1995, uma vez que a viagem de Lee foi percebida dentro do PCC como uma consequência da leniência do governo chinês para com a “Diplomacia Pragmática” de Taiwan.

⁹⁸ Swaine & Mulvenon, 2001, p. 27; Garver, 1997, pp. 31-32.

2.3 Os acordos Wang – Koo

Os representantes da SEF e da ARATS tiveram vários encontros entre o fim de 1992 e o início de 1993, esse diálogo conduziu-os ao “Encontro Wang – Koo”, realizado em Cingapura durante abril de 1993, onde Wang Daohan e Koo Chen-fu assinaram importantes acordos. Os quais são: o “*Cross-Strait Agreement on the Use and Inspection of Affidavits*”; o “*Cross-Strait Agreement on Matters Related to Inquiry by Registered Letters and Relevant Compensation*”; o “*Agreement on the System for Connection and Talks between the Two Sides*”; e o “*Joint Agreement of the Wang – Koo Meeting*”. Desde então, os dois lados conduziram quinze rodadas de negociações e a segunda rodada de negociação Wang – Koo foi programada para 20 de julho de 1995.⁹⁹

A segunda rodada de negociações entre Koo Chen-fu e Wang Daohan, foi cancelada em função da visita do Presidente Lee Teng-hui aos Estados Unidos em junho de 1995, o que gerou uma grave crise entre China, Taiwan e Estados Unidos. A partir do fim de 1996, a tensão entre os três atores começou a declinar e, em outubro de 1998, Koo viajou a China para dar início a segunda rodada de negociações com Wang. Nessa segunda rodada, os negociadores produziram um “consenso de quatro pontos”, que consiste em: 1) manter o diálogo sobre vários temas, incluindo questões políticas e econômicas; 2) aumentar as trocas comerciais através do estreito; 3) conceder maior atenção às questões funcionais, tais como o provimento de ajuda em casos que envolvam a segurança pessoal ou a perda de propriedade; 4) e, retornar a visita do negociador da SEF, promovendo

⁹⁹ Swaine & Mulvenon, 2001, p. 33; Sheng, 2002, pp. 7-8.

a próxima reunião em Taiwan. Apesar deste consenso, a China manteve sua posição de que a discussão das questões políticas deve ter precedência sobre as econômicas e técnicas.¹⁰⁰

Após esta rodada de negociações entre os presidentes da ARATS e da SEF, várias outras rodadas tomaram lugar, no entanto, levadas adiante por Li Yafei, sub-secretário da ARATS e, por Jan Jih-horng, sub-secretário da SEF. Em fim de junho de 1999, Wang Daohan anunciou que em outubro próximo, iria retribuir a visita de Koo, a fim de dar continuidade às negociações. Em preparação para a visita de Wang a Taiwan, a ARATS planejou criar no fim de agosto um seminário de discussões sobre as relações entre China e Taiwan. Para o evento, foram convidados acadêmicos e estadistas taiwaneses, dedicados ao estudo dos laços econômicos entre China e Taiwan. Porém, em 9 de julho de 1999, o Presidente Lee Teng-hui, em entrevista à rádio alemã Deutche Welle, afirmou que as relações através do estreito são relações “entre dois Estados, ao menos uma relação especial entre dois Estados”. A declaração do Presidente taiwanês¹⁰¹ deflagrou uma crise entre China e Taiwan, resultando, entre outras coisas, no adiamento indefinido das negociações entre ARATS e SEF.¹⁰²

2.4 Os “oito pontos” de Jiang Zemin e os “seis pontos” de Lee Teng-hui

Em 30 de janeiro de 1995, o Presidente da RPC, Jiang Zemin, apresentou uma nova proposta ao governo taiwanês. Ela ficou conhecida como “os oitos

¹⁰⁰ Sheng, 2002, p. 8; Bush, 2005, p. 51.

¹⁰¹ Tal declaração será analisada no capítulo 5.

¹⁰² Sheng, 2002, p. 9.

pontos” e, balizava o caminho para alcançar a unificação sob a fórmula de “um país, dois sistemas”.

Essa proposta de reunificação foi elaborada inicialmente pelo ex-presidente do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo, Ye Jianying, em 1981. Em 1982, Deng Xiaoping forjou a expressão que deu nome a proposta e, em 1984 divulgou sua definição conceitual de um “país, dois sistemas”. Segundo a fórmula de Deng, a reunificação não significaria o fim de Taiwan como os taiwaneses a conhecem, pois o sistema econômico e social de Taiwan não seria alterado, o que significa que o estilo de vida taiwanês seria preservado. Além disso, a ilha poderia estabelecer laços não-governamentais com outros países e possuiria um alto grau de autonomia interna, contando com um poder judiciário taiwanês, completamente independente do poder central. Taiwan ainda poderia manter suas forças armadas e seu sistema partidário. O governo de Pequim não deslocaria tropas para a ilha e alguns cargos no governo central seriam destinados a taiwaneses.¹⁰³

Em seu terceiro ponto, Jiang Zemin sinalizou que estava disposto a reconhecer o término oficial das hostilidades e, no oitavo ponto se dispunha, pela primeira vez, a receber as autoridades taiwanesas. Apesar dessas inovações na posição de Pequim, o governo de Taiwan não se sentiu tentado pela proposta, pois já havia unilateralmente decretado o fim das hostilidades quando terminou o “Período de Mobilização Nacional ...”, em 1991. Pequim, no entanto, insistia que o fim oficial das hostilidades fosse decretado consensualmente e conjuntamente pela liderança da ilha e pelo governo chinês. No primeiro e no segundo ponto, Jiang declarou que a “Diplomacia Pragmática” de Lee era uma estratégia do

¹⁰³ Pinto, 2005, pp. 18-19, 21; Bush, 2005, pp. 37-38.

governo taiwanês para alcançar a independência. No entanto, o tema da independência não era a única razão para o governo de Pequim se opor à nova diplomacia de Taiwan, pois com sua nova orientação internacional a ilha conseguiu desviar para o sudeste asiático importantes investimentos que, até então, tinham a China como destino certo. Por essa razão, Jiang observou que era preciso aumentar o intercâmbio econômico entre os dois lados do estreito. E, para o aumento do intercâmbio, era vital que fosse suspensa a proibição – mantida por Taiwan – das ligações diretas em matéria de comércio, transporte e comunicação.¹⁰⁴

Os oito pontos de Jiang suscitaram a resposta de Lee Teng-hui. Assim, em 8 de abril de 1995, Lee anunciou seus “seis pontos”. Logo no primeiro ponto, Lee reafirmou que há duas entidades políticas através do estreito e que essas entidades não são, de nenhuma forma, subordinadas uma a outra. Com essa afirmativa, o Presidente taiwanês reiterou que a proposta de “um país, dois sistemas” era inaceitável para Taiwan, uma vez que na proposta chinesa a subordinação de Taiwan à China é uma premissa. Além disso, o Presidente Lee condicionou a discussão sobre a política de “uma China” ao reconhecimento de que, através do estreito, há duas entidades políticas com jurisdições distintas. Com isso, Lee não abandonou a política de “uma China”, mas esclareceu que não a aceitaria nos termos da RPC. Enquanto o governo de Pequim, em seu quinto ponto, buscou o aumento do intercâmbio econômico – o que passa pelo tema das três ligações diretas – o governo de Taipei, em seu terceiro ponto, se mostrou

¹⁰⁴ Shirley A. Kan, China/Taiwan: Evolution of the “one China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei, CRS Report for Congress, March 12, 2001. Washington, D.C: Congressional Research Service.

receoso e, aconselhou o estudo detalhado sobre os impactos do fim da proibição das ligações diretas, uma vez que o governo taiwanês teme tornar-se excessivamente dependente da economia chinesa.¹⁰⁵

No quinto ponto, o Presidente Lee destacou que as negociações poderiam evoluir de forma mais célere se a China se dispusesse a renunciar publicamente ao uso da força contra Taiwan. O que, provavelmente, a China nunca fará, tendo em vista o quarto ponto de Jiang, onde ele reafirmou a possibilidade de emprego da força para a resolução da questão de Taiwan. De acordo com o quarto ponto de Lee, o ingresso paralelo de Taiwan e China em organizações internacionais poderia melhorar as relações através do estreito e assim, acelerar o processo de negociação para a unificação. No entanto, de acordo com o segundo ponto de Jiang, a RPC se opõe visceralmente ao ingresso de Taiwan em organizações internacionais reservadas a Estados.¹⁰⁶

Apesar de pequenas as inovações apresentadas por Pequim com os “oito pontos”, isso demonstrou que o governo chinês estava disposto a fazer concessões em certas questões tópicas. Graças à viagem do Presidente Lee aos Estados Unidos em 1995, Pequim alterou completamente o tom de seu diálogo com Taipei, passando a adotar uma estratégia de coação da população taiwanesa, através da realização de exercícios militares no Estreito de Taiwan, entre agosto de 1995 e março de 1996.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ Ibid.

2.5 Fatores internacionais que possibilitaram a nova relação política entre Taiwan – China e a nova atuação internacional de Taipei

Devemos destacar que não foi apenas a vontade política dos membros do governo Lee e a democratização que engendraram a mudança na política de Taiwan para a China e para a comunidade internacional, pois o governo taiwanês contou com fatores externos determinantes para pôr em prática suas novas políticas. O primeiro fator foi a perda de prestígio da China, ocasionada tanto pelo incidente da Praça de Tiananmen, em 1989, quanto pelas subseqüentes violações dos direitos humanos, perpetradas pelo regime em resposta ao movimento democrático chinês. A postura chinesa contrastou duramente com a emergência de uma democracia em Taiwan, encorajando Taipei a estabelecer um novo diálogo com Pequim e a buscar o aumento de seu espaço político na comunidade internacional.¹⁰⁷

O segundo fator foi o fim da União Soviética, pois isso reduziu sensivelmente a importância estratégica da China para os Estados Unidos e as demais potências ocidentais. Com a redução da importância da China para o governo norte-americano, a liderança de Taipei encontrou mais um estímulo para rever o princípio de “uma China” e tentar colocar suas relações com Pequim em pé de igualdade e, para adotar a “política externa” de um “país normal”.

Outro fator que competiu para a nova política de Taiwan foi o aumento de seu peso no comércio internacional, sobretudo, em itens de alto valor agregado, o que auxiliou na capitalização do Estado taiwanês, possibilitando sua política de

¹⁰⁷ Swaine & Mulvenon, 2001, p. 31.

empréstimos para o sudeste asiático, em troca de apoio político na cena internacional.¹⁰⁸

Com a revisão do princípio de “uma China” e com sua busca por mais espaço político na comunidade internacional, Taiwan conseguiu demonstrar à Pequim que a unificação não é do interesse taiwanês. Com isso, o governo da ilha contribuiu para o drástico aumento da preocupação da liderança chinesa com o futuro de Taiwan, pois enquanto os Chiangs alegavam que a RC era a única governante de toda a China, o governo chinês não tinha muito com que se preocupar, tanto porque os Chiangs não buscavam a independência, quanto porque não dispunham de recursos militares para reconquistar o continente.

Graças ao afastamento de Taiwan da reunificação e, de sua nova política externa, aumentaram os riscos de Pequim usar a força para levar adiante a reunificação, o que preocupou a Casa Branca, conduzindo-a a dispensar um apoio militar maior a Taipei, traduzido, em grande medida, pela venda a Taiwan de 150 aviões de caça, em 1992.

Assim, o aumento da preocupação chinesa com Taiwan representou o custo da nova política de Taipei, enquanto que o aumento do apoio militar dos Estados Unidos a ilha representou o maior ganho obtido pelo governo taiwanês com essa política.

¹⁰⁸ Ibid.

3.

A CRISE DE 1995 – 1996 NO ESTREITO DE TAIWAN: seu significado político e militar para as relações entre Estados Unidos – China – Taiwan (1995-1998)

No início de 1995, a Casa Branca concedeu visto ao Presidente Lee Teng-hui. Para a RPC a viagem de Lee foi o ápice de suas “ações independentistas”, o que deflagrou a resposta militar de Pequim. Assim, em resposta a Washington e Taipei o governo chinês realizou vários lançamentos de mísseis, bem como, exercícios bélicos no Estreito de Taiwan, entre meados de 1995 e março de 1996. Neste capítulo abordamos o significado da concessão do visto, suas razões e suas conseqüências tanto políticas quanto militares para as relações entre Estados Unidos, China e Taiwan.

3.1 A concessão do visto ao Presidente Lee Teng-hui

Em 22 de maio de 1995, a Casa Branca anunciou a concessão de visto ao Presidente taiwanês, que pretendia viajar aos Estados Unidos no início de junho de 1995, a fim de visitar em “caráter privado” a Universidade de Cornell. No início de 1995, Lee havia sido avisado pela Universidade que seria homenageado, na

condição de um notável ex-aluno¹⁰⁹. No anúncio da concessão do visto, a Casa Branca declarou que:

“O Presidente Clinton decidiu permitir a Lee Teng-hui fazer uma visita privada aos Estados Unidos em junho, por expressar o propósito de participar de uma reunião *alumni*, na Universidade de Cornell, como um distinto *alumnus*. A ação seguiu uma revisão das diretrizes da Administração para permitir ocasionais visitas privadas por líderes de Taiwan, incluindo o Presidente Lee. O Presidente Lee irá visitar os EUA em capacidade estritamente privada e não irá empreender qualquer atividade oficial. É importante reiterar que essa não é uma visita oficial. A concessão do visto nesse caso, é consistente com a política dos EUA de manter somente relações não-oficiais com Taiwan. Isso não expressa qualquer alteração em nossas relações com a República Popular da China, com a qual mantemos relações oficiais e reconhecemos como a única governante legal da China. Nós continuaremos comprometidos com os três Comunicados Conjuntos que formam a base de nossas relações com a China.”¹¹⁰

Nesse incidente houve dois elementos que geraram a reação violenta da RPC. O primeiro deles foi a concessão do visto em si, algo que os Estados Unidos não fazia desde 1979, quando cortou suas relações oficiais com Taiwan. O segundo elemento foi o conteúdo do discurso do Presidente Lee. No discurso, o Presidente taiwanês fez uma rápida referência a seus tempos de aluno em Cornell e, em seguida passou a destacar as realizações econômicas de Taiwan, que na época era a 14ª economia do mundo. Maior ênfase foi dada às conquistas políticas de Taiwan, pois segundo o Presidente, a ilha avançava a passos largos rumo à consolidação democrática. Neste sentido, Lee afirmou em Cornell que:

“As necessidades e os desejos do meu povo, têm sido o meu guia em todos os passos de meu caminho. Eu apenas espero que os líderes no

¹⁰⁹ Em 1968, Lee concluiu seu doutorado em economia agrária na Universidade de Cornell.

¹¹⁰ Shirley A. Kan, *China/Taiwan: Evolution of the “one China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Tapei*, CRS Report for Congress, March 12, 2001, p. 24. Washington, D.C: Congressional Research Service. (Tradução nossa).

continente sejam capazes de um dia serem similarmente guiados (...) nossas realizações em Taiwan podem certamente ajudar no processo de liberalização econômica e na causa da democracia na China continental.”¹¹¹

Implicitamente, Lee buscava contrastar o rápido desenvolvimento político da ilha com a ausência de democracia na RPC. O Presidente taiwanês terminou seu discurso pedindo um maior reconhecimento internacional para o governo de Taiwan, tanto pelos Estados quanto pelas organizações internacionais. Com o conteúdo de seu discurso, Lee conseguiu deixar a liderança de Pequim enfurecida, uma vez que o Presidente além de não manter a viagem em caráter privado, como garantido, ainda usou a oportunidade para criticar a RPC e fazer propaganda das realizações de Taiwan. Em virtude da inclinação de Washington em favor de Taipei, Pequim decidiu responder com uma demonstração de sua disposição em usar a força para resolver a questão de Taiwan. Assim, em julho de 1995, a China iniciou exercícios bélicos em águas próximas ao Estreito de Taiwan, fato inédito até então. A viagem de Lee foi motivada por interesses eleitoreiros, uma vez que a eleição presidencial da ilha estava programada para março de 1996. Lee pretendia demonstrar aos eleitores taiwaneses que era capaz de extrair concessões dos Estados Unidos e utilizá-las a favor de Taiwan.¹¹²

3.2 A ampliação das relações não-oficiais entre Estados Unidos - Taiwan

A decisão de Washington foi surpreendente para o governo chinês, mas algumas mudanças nas relações entre Estados Unidos e Taiwan já haviam sido

¹¹¹ “Always in My Heart”, by President Lee Teng-hui.

¹¹² Ibid., p. 161.

anunciadas no *Taiwan Policy Review* (TPR), publicado pelo Departamento de Estado em setembro de 1994. O TPR representou uma revisão no escopo das relações não-oficiais entre Washington e Taipei, pois a partir dele a Casa Branca fez uma série de concessões à RC, resultado tanto da pressão congressional, quanto da posição do *National Security Council*. Entre as concessões feitas a Taiwan, estão: a possibilidade do chefe do AIT receber em Taiwan o Presidente, o Premier, ou o Chanceler taiwanês; o apoio norte-americano à entrada da RC no GATT e em outras organizações internacionais não reservadas somente a Estados; a permissão para a liderança do governo taiwanês fazer “paradas de trânsito” nos Estados Unidos, sob condições previamente acordadas. Porém, continuavam proibidas as viagens oficiais ou privadas da liderança do governo taiwanês.¹¹³

Apesar dessas concessões, o governo Clinton declarou no TPR que o núcleo de sua política para Taiwan havia sido preservado, ou seja, que os Estados Unidos permaneciam comprometidos com os três Comunicados Conjuntos entre EUA – RPC e com a política de “uma China”. E, que as relações entre Washington e Taipei continuariam não-oficiais, como anunciado no TRA. O mais importante, é que a administração Clinton se comprometeu a não ceder às pressões do congresso para conceder visto aos funcionários do primeiro escalão do governo taiwanês, assim como, se comprometeu a não enviar a Taiwan nenhuma

¹¹³ Suettinger, 2003, pp. 206-207.

autoridade desse nível. No entanto, o governo norte-americano acabou cedendo às pressões de um congresso marcadamente pró-Taiwan.¹¹⁴

3.3 As razões da concessão do visto ao Presidente Lee

A decisão da Casa Branca de conceder o visto ao Presidente Lee Teng-hui, foi o resultado de intensa mobilização parlamentar a favor de Taiwan. Nas eleições parciais de novembro de 1994, os republicanos tornaram-se maioria no Senado e na Câmara, o que não acontecia desde 1948. Além disso, no primeiro semestre de 1995, o Presidente Clinton apresentou seus menores índices de aprovação pela opinião pública, o que levou muitos congressistas democratas a buscar a dissociação com a figura do Presidente. Assim, em 2 de maio de 1995, a Câmara aprovou uma resolução solicitando ao governo que emitisse o visto à Lee. A resolução foi aprovada por 396 votos a 0. A Câmara advertiu o Presidente de que se ele ignorasse a resolução, uma vez que ela não tem força de lei, a Câmara votaria uma legislação para permitir a concessão do visto ao Presidente taiwanês. Em 9 de maio, o Senado aprovou uma resolução semelhante, por uma margem igualmente considerável, pois a resolução do Senado foi aprovada por 97 votos a 1. Com esse quadro político, o Presidente Clinton se viu obrigado a conceder o visto, pois além do congresso ser favorável a tal medida, a opinião pública também era, o que deixou o Presidente sem escolha.¹¹⁵

¹¹⁴ Shirley A. Kan, *China/Taiwan: Evolution of the "one China" Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei*, CRS Report for Congress, March 12, 2001. Washington, D.C: Congressional Research Service.

¹¹⁵ Suettinger, 2003, p. 215; Ross, 2000, p. 89; Garver, 1997, p. 68.

Em 9 de março foi concedido um visto de três meses a Gerry Adams, líder do Sinn Fein, braço político do IRA. Adams desejava viajar aos Estados Unidos para recolher donativos para sua organização. O governo britânico respondeu a isso com protestos e profunda indignação, pois seu aliado maior se mostrava conivente com um dos grandes inimigos do governo britânico. Além disso, o Presidente Clinton recebeu Adams na Casa Branca. A ação da administração democrata nesse episódio deu aos republicanos argumentos para exigir a concessão do visto ao Presidente Lee, que, segundo as alegações dos republicanos, era o líder de uma democracia e não de uma “organização terrorista”, como Adams.¹¹⁶

Sem dúvida, a posição do congresso norte-americano também foi o resultado da influência do lobby taiwanês, feito tanto pelo governo de Taiwan quanto pelos dois principais partidos políticos da ilha (KMT – PDP). No entanto, o fato da decisão do congresso norte-americano ter sido quase unânime, diminui o peso do lobby neste caso, pois parece altamente improvável que o governo taiwanês, o KMT, ou o PDP, conseguissem cooptar todos os deputados e, praticamente, todos os senadores norte-americanos.¹¹⁷

3.4 A reação chinesa

No dia seguinte ao anúncio da decisão norte-americana, Qian Qichen, Ministro das Relações Exteriores da RPC, declarou sua profunda indignação com

¹¹⁶ Garver, 1997, pp. 68-69.

¹¹⁷ Suettinger, 2003, p. 213.

o governo dos Estados Unidos, por ter dado tantas garantias a Pequim de que não concederia o visto a Lee, para então, de repente, concedê-lo. Segundo a liderança da RPC, esse ato dos Estados Unidos descumpria o que fora acordado nos três Comunicados Conjuntos e, indicava que a Casa Branca estava levando adiante uma política que visava criar “duas Chinas”, ou “uma China, uma Taiwan”. A mudança de posição dos Estados Unidos motivou os elementos da chamada “linha-dura” do governo chinês a crer que a concessão do visto não se devia a questões de política interna, como o Secretário de Estado, Warren Christopher, havia garantido a Qian Qichen. A concessão, segundo a “linha-dura” do governo chinês, fazia parte de um plano mais amplo da Casa Branca, que pretendia conter a China, de maneira semelhante ao que fez com a União Soviética durante os anos da Guerra Fria. Segundo a “linha-dura” do governo chinês, com essa ação os Estados Unidos pretendiam institucionalizar e perpetuar a separação entre a ilha e o continente, com o que impediriam a RPC de se fortalecer através da reunificação. Em função da postura da Presidência George H. Bush – que em 2 de setembro de 1992 autorizou a venda de 150 aviões de caça, modelo F-16, ao governo de Taiwan¹¹⁸ – os elementos da “linha-dura” de Pequim tinham respaldo para interpretar a ação norte-americana dessa forma e, principalmente, credibilidade para convencer a alta cúpula do governo de que era necessário adotar uma postura mais dura diante dos Estados Unidos.¹¹⁹

¹¹⁸ Essa ação da Casa Branca suscitou graves protestos da parte de Pequim, que alegava que tal venda de armamentos descumpria o que fora acordado no Comunicado Conjunto de 1982 e, poderia ainda, pôr em risco o equilíbrio de poder através do estreito. (Ross, 2000, p. 90)

¹¹⁹ Garver, 1997, pp. 69-70; Scobell, 1999, pp. 7-8.

Além do perfil do governo de George H. Bush, a “linha-dura” do governo chinês ainda contava com um importante precedente que os autorizava a duvidar da justificativa apresentada pelo Secretário de Estado. Isso porque durante os anos 1950, os Estados Unidos adotaram uma estratégia de cisão do bloco comunista. Deste modo, publicamente, a Casa Branca alegava que a aliança Sino-soviética representava uma ameaça monolítica, enquanto que em suas ações práticas, o governo de Washington buscava afastar a China da órbita soviética. Tal estratégia culminou no racha Sino-soviético de 1959. É importante destacar que a posição da “linha-dura” chinesa não representava a opinião da maioria, nem dentro do governo, nem dentro das forças armadas, nem no meio acadêmico, mas em virtude do choque causado a Pequim pela decisão norte-americana, a posição desses elementos tornou-se predominante naquele momento.¹²⁰

Em 23 de maio, Pequim suspendeu a viagem aos Estados Unidos de uma delegação de sete membros, liderada pelo comandante da força aérea do ELP. No dia 26 de maio, a RPC anunciou que o Ministro da Defesa, Chi Haotian, não viajaria aos Estados Unidos como programado, desde outubro de 1994. Essa viagem seria feita pelo ministro Chi para retribuir a viagem feita a China pelo Secretário de Defesa, William Perry. Já em 28 de maio, Pequim anunciou o cancelamento da reunião que deveria ser realizada entre representante de seu governo e o diretor da *U.S Arms Control and Disarmament Agency*. Neste encontro, o representante chinês e o norte-americano tratariam da cooperação nuclear entre os dois países. Além disso, os Estados Unidos se dispuseram a

¹²⁰ Garver, 1997, p. 70.

enviar à Pequim o sub-Secretário de Estado, Peter Tarnoff, a fim de esclarecer à liderança chinesa quais as razões que motivaram a concessão do visto.¹²¹

Em 16 de junho, o Ministério das Relações Exteriores da China, chamou de volta a Pequim o representante chinês em Washington, embaixador Li Daoyu, sob a alegação de que ele deveria prestar relatório sobre suas atividades. Poucos dias depois, o embaixador dos Estados Unidos na China, Stapleton Roy, foi designado para assumir a embaixada norte-americana em Jacarta, uma vez que seu tempo de serviço em Pequim (previsto para 4 anos) expirara ainda em junho. Para substituir o antigo embaixador, a Casa Branca, ainda no início do ano, havia sugerido a RPC o nome de James Sasser, ex-senador de inclinação pró-Taiwan. Quando da sugestão norte-americana, a China se mostrou relutante em aceitar o nome indicado, mas após a viagem de Lee aos Estados Unidos, a RPC rejeitou inteiramente o nome de Sasser.¹²²

Para tentar minorar os impactos de sua decisão, o governo norte-americano esforçou-se para conferir um caráter privado a visita de Lee. Para tanto, o Departamento de Estado teve que cancelar uma entrevista coletiva que seria dada por Lee no mesmo dia de seu discurso na Universidade de Cornell. Além disso, a Casa Branca proibiu qualquer autoridade do governo de se encontrar com o Presidente taiwanês. No entanto, quando Lee chegou a Los Angeles, no dia 8 de junho, foi recebido pelo Prefeito da cidade. No dia seguinte, em Siracusa, estado de Nova York, conseguiu se encontrar com três senadores republicanos.¹²³

¹²¹ Suettinger, 2003, p. 219; Garver, 1997, p. 72; Ross, 2000, p. 91.

¹²² Garver, 1997, p. 73; Suettinger, 2003, p. 221.

¹²³ Suettinger, 2003, p. 219; Garver, 1997, p. 72.

3.5 O anúncio secreto dos “Três Não” e seu significado nas relações EUA-RPC

Após a viagem de Lee, a China pressionou a Casa Branca para que se estabelecesse um quarto Comunicado Conjunto, através do qual os Estados Unidos deveriam esclarecer sua posição em relação a Taiwan. Pequim também desejava que Washington se comprometesse a não conceder novamente visto a qualquer alta autoridade taiwanesa. O Presidente Clinton recusou-se a estabelecer um quarto Comunicado Conjunto e afirmou que as autoridades taiwanesas poderiam continuar visitando os Estados Unidos, no entanto, ressaltou que essas visitas seriam raras e somente em caráter privado. Apesar de sua recusa em atender as demandas chinesas, Clinton enviou uma carta secreta para Jiang Zemin, através do secretário Warren Christopher, que se reuniria com o chanceler Qian Qichen na Conferência anual da *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC), realizada em Brunei no dia 1º de agosto.¹²⁴ De acordo com a versão divulgada pelo Diário Imparcial – jornal de Hong Kong controlado pelo PCC – Clinton afirmou a Jiang que:

“Os Estados Unidos reconhecem a RPC como o único governo legítimo da China. Os Estados Unidos **respeitam** a posição da China de que há somente uma China no mundo e que Taiwan é parte dela. O governo dos EUA tratará a questão de Taiwan com base na política de uma China. O governo dos EUA **é contra** a independência de Taiwan e não apóia a admissão de Taiwan nas Nações Unidas.”¹²⁵

Essa declaração secreta ficou conhecida como os “Três Não” a Taiwan. Com ela Clinton fez grandes concessões a Pequim, uma delas é a afirmação de

¹²⁴ Garver, 1997, p. 78; Ross, 2000, pp. 92-93.

¹²⁵ Citado segundo Garver, 1997, p. 79. Tradução nossa.

que a Casa Branca é “contra” a independência de Taiwan, pois a posição tradicional dos Estados Unidos sustenta apenas que o governo norte-americano “não apóia” a independência de Taiwan. O uso do termo “respeita” também representa uma concessão do governo Clinton, pois no Comunicado Conjunto de 1979, os Estados Unidos declararam que “reconhecem a posição chinesa de que há somente uma China e que Taiwan é parte dela.”¹²⁶ O termo “reconhece” significa que a Casa Branca não rejeitava a posição de Pequim, no entanto, a palavra “respeita” implica em não fazer nada em contrário.¹²⁷

3.6 A Conferência de Nova York: uma normalização transitória e o fortalecimento político de Jiang

Em 24 de outubro de 1995, foi realizada em Nova York uma Conferência entre Clinton e Jiang. A Conferência foi um encontro não-oficial entre os presidentes, o que segundo a Casa Branca, refletia melhor o patamar das relações entre Estados Unidos e China na ocasião. Com essa escolha, o governo norte-americano desagradou a liderança chinesa, que desejava uma visita de Estado, com todas as cerimônias e honrarias dignas de um Chefe de Estado. O governo chinês esperava conseguir uma visita de Estado para contrastar com a visita “privada” de Lee. Durante o encontro, a questão de Taiwan foi abordada brevemente por Jiang, que tentou explicar a Clinton as razões que tornam Taiwan um tema tão importante para a China. Clinton também tratou rapidamente de

¹²⁶ Joint Communiqué between U.S – PRC, January 1, 1979.

¹²⁷ Garver, 1997, p. 80.

Taiwan, pois apenas reafirmou a Jiang que as viagens das altas autoridades taiwanesas aos Estados Unidos continuariam sendo permitidas, mas garantiu que elas seriam “privadas, raras e não-oficiais”. Poucos dias após o encontro, o embaixador Li Daoyu retornou a seu posto em Washington e o ex-senador James Sasser pode assumir a embaixada norte-americana em Pequim. A Conferência produziu uma atmosfera de normalidade nas relações entre as duas capitais.¹²⁸

Jiang voltou para casa fortalecido politicamente, pois conseguiu estabilizar as relações chinesas com o governo norte-americano, o que era imprescindível naquele momento, uma vez que a liderança chinesa pretendia realizar em novembro de 1995 uma nova onda de lançamento de mísseis no estreito, de modo a influenciar nas eleições legislativas de dezembro. Além disso, em 28 de setembro, foi concluída a 5ª Plenária do 14º Comitê Central, o que já havia fortalecido politicamente a liderança de Jiang, pois com a Plenária ele obteve um significativo incremento em sua autoridade e prestígio, na medida em que a Plenária formalizou o expurgo de seu rival, Chen Xitong, ex-prefeito de Pequim. Adicionalmente, a Plenária decidiu nomear dois novos vice-presidentes da Comissão Militar Central (CMC)¹²⁹ do PCC, um deles era o Ministro da Defesa, Chi Haotian e, o outro, o Chefe do Estado Maior, Zhang Wannian, ambos leais a Jiang. Isso representou uma alteração na balança de poder dentro da CMC, pois Liu Huaqing e Zhang Zhen, partidários de Deng Xiaoping, ficaram praticamente

¹²⁸ Ross, 2000, pp. 94-95; Suettinger, 2003, p. 242.

¹²⁹ Segundo David Shambaugh, a CMC “É o principal corpo deliberativo e tomador de decisão de todas as grandes decisões militares e estratégicas que envolvam o ELP. A autoridade de comando e o completo poder de tomar a decisão de dispor as forças armadas da China, residem na CMC (...)” (Shambaugh, 2002, p. 95 – Tradução nossa). Ver também: Nan, 2002.

isolados na comissão, reduzindo assim, a influência de Deng em assuntos militares.¹³⁰

3.7 Os exercícios bélicos da RPC de 1995 e 96

Entre julho de 1995 e março de 1996, a RPC conduziu exercícios militares nas proximidades de Taiwan. Em 18 de julho, ela anunciou publicamente que realizaria testes de mísseis entre 21 e 28 de julho em águas próximas a Taiwan. Estes lançamentos integravam parte de um conjunto maior de manobras militares iniciadas pelo ELP no final de junho. Nessa primeira onda, foram disparados quatro mísseis modelo M-9, com alcance de 600 Km e, outros dois mísseis modelo DF-21, com alcance de 1000 milhas. O exercício chinês ainda envolveu simulação de ataques aéreos e navais, bem como, disparos da artilharia costeira. Os lançamentos de mísseis foram realizados a cerca de 85 milhas ao norte de Taiwan, em um perímetro de dez milhas de raio, ou seja, próximos às linhas de comunicação marítima e aérea entre Japão e Taiwan.¹³¹ Em 1º de agosto, durante a comemoração do sexagésimo oitavo aniversário do ELP, o Ministro da Defesa, Chi Haotian, afirmou que o governo chinês:

“não irá abrir mão do uso da força, e não irá sentar-se preguiçoso se forças externas interferirem na reunificação da China e envolverem-se na independência de Taiwan, ou se as autoridades taiwanesas insistirem em dividir a China.”¹³²

¹³⁰ Ross, 2000, pp. 95-96; Suettinger, 2003, p. 241.

¹³¹ Whiting, 2001, p. 116; Suettinger, 2003, pp. 225-226; Ross, 2000, p. 91.

¹³² Citado de acordo com Garver, 1997, p. 74. Tradução nossa.

Aos lançamentos de mísseis da China, Taiwan respondeu em fim de julho, com exercícios navais ao norte da ilha principal do arquipélago. E, em 27 de julho, o Presidente Lee discursou na Assembléia Nacional, onde afirmou que Taiwan deveria rapidamente aumentar sua capacidade de dissuasão militar, a fim de impedir a China de agir “negligentemente” contra Taiwan. Além disso, o Presidente Lee anunciou que em setembro e outubro as forças armadas taiwanesas realizariam uma operação conjunta no estreito. Ao discurso de Lee, Pequim respondeu em 11 de agosto com o anúncio de mais uma série de manobras militares, incluindo novos lançamentos de mísseis nas águas próximas a Taiwan. Washington apenas reiterou que os exercícios não “conduziriam à paz e à estabilidade da região”. Apesar dessa declaração amena da Casa Branca, em 17 de agosto ela decidiu adotar um tom bem mais severo, ao censurar duramente a China por seu segundo teste nuclear em menos de três meses.¹³³

Entre 15 e 25 de agosto de 1995, o ELP realizou a segunda onda de lançamento de mísseis nas imediações de Taiwan, desta vez foram disparados seis mísseis, a cerca de 90 milhas ao norte de Taiwan. Em novembro, os exercícios militares foram retomados, porém, agora no sul do estreito a 100 milhas da costa taiwanesa. Desta vez, os exercícios ficaram restritos a simulações de ataques anfíbios e bombardeios aéreos. Durante os exercícios realizados pelo ELP entre julho de 1995 e março de 1996, foram empregadas 40 embarcações, 260 aeronaves de combate e, um contingente estimado em 150 mil tropas.¹³⁴

¹³³ Suettinger, 2003, pp. 226-227.

¹³⁴ Scobell, 1999, p. 5; Ross, 2000, p. 93.

Com sua demonstração de força, a China esperava afastar o governo taiwanês de suas ações independentistas, ou seja, suas tentativas de reformular o princípio de “uma China” e, sua busca por mais espaço na comunidade internacional. Além disso, a RPC esperava coagir os Estados Unidos a rever sua política para Taiwan, uma vez que desde a venda dos 150 aviões de caça ao governo taiwanês, em 1992, Washington vinha se mostrando cada vez mais inclinada a atender as demandas de Taipei.¹³⁵ Através de seus exercícios militares, a RPC também testou a resolução norte-americana de intervir militarmente em favor de Taiwan e, em vista da inação da Casa Branca, o governo de Pequim teve fortes indícios para crer que os Estados Unidos não estavam dispostos a empregar sua força militar para defender a ilha. No entanto, em dezembro de 1995, o Pentágono decidiu responder aos exercícios do ELP e, ordenou ao porta-aviões *USS Nimitz* que cruzasse o Estreito de Taiwan, o que não era feito desde 1979. Assim, em 19 de dezembro, o *Nimitz* cruzou o estreito, no intuito de sinalizar para a liderança chinesa que os Estados Unidos não descartavam o uso da força para manter seus interesses na região.¹³⁶

Os exercícios militares da RPC também tinham como alvo o Presidente Lee, pois a liderança chinesa esperava minar o apoio dos taiwaneses ao Presidente e, com isso, impedir que Lee se reelegesse nas eleições presidenciais de março de 1996. Do ponto de vista de Pequim, as ações de Lee tinham como objetivo a independência de Taiwan. Assim, para a liderança chinesa, impedir a continuidade do governo de Lee significava reduzir as chances de Taiwan decretar

¹³⁵ Ross, 2000, p. 101; Whiting, 2001, p. 116; Scobell, 1999, pp. 5-6.

¹³⁶ Garver, 1997, pp. 74-76; O'Hanlon, 2000, p. 52.

independência e, conseqüentemente, de haver guerra no estreito. Em outras palavras, a China pretendia coagir o eleitorado taiwanês a votar contra a independência, não apenas contra Lee, mas também contra o PDP nas eleições de dezembro de 1995.¹³⁷

Em 15 de novembro, duas semanas antes das eleições legislativas de Taiwan, o ELP iniciou um grande exercício militar, do qual participaram as três forças. O exercício simulou um ataque anfíbio a ilha chinesa Dongshan, localizada a cerca de 100 Km de Quemoy, território taiwanês. As manobras ainda envolveram disparos da artilharia costeira e ataques aéreos, realizados pelos mais modernos bombardeiros da Força Aérea chinesa. O exercício do ELP mobilizou entre 16 e 18 mil homens e simulou um ataque anfíbio a Taiwan, o que teve um significativo impacto sobre o eleitorado taiwanês, de modo que o KMT perdeu sete assentos no Yuan Legislativo, mas manteve uma apertada maioria na casa. O Novo Partido – favorável à unificação e altamente crítico da atuação internacional do governo Lee – triplicou sua representatividade, pois conquistou vinte e um assentos, tendo todos os seus candidatos eleitos. Já o PDP, cresceu ligeiramente nessas eleições, mas teve seus maiores defensores da independência derrotados.¹³⁸

No dia 5 de março 1996, a RPC anunciou que iniciaria uma nova onda de lançamento de mísseis, prevista para acontecer entre 8 e 15 de março, desta vez os testes seriam feitos em duas áreas, uma a cerca de 40 milhas ao norte de Taiwan e a outra a 50 milhas ao sul. Durante a madrugada de 7 para 8 de março,

¹³⁷ Ross, 2000, p. 91; Suettinger, 2003, p. 243.

¹³⁸ Suettinger, 2003, pp. 244-245; Whiting, 2001, p. 116; Garver, 1997, pp. 93-95; Ross, 2000, pp. 96-97.

o ELP lançou três mísseis modelo M-9, em águas relativamente próximas a Taiwan. O governo chinês decidiu mirar seus mísseis mais próximos da ilha principal, a fim de tornar os lançamentos mais impactantes para a opinião pública taiwanesa. Com o novo lançamento de mísseis, a Casa Branca percebeu que era preciso demonstrar à RPC que os Estados Unidos mantinham-se comprometidos com a segurança e a estabilidade do leste asiático, assim, Washington passou a considerar seriamente uma ação militar que servisse de recado para Pequim. No dia 7 de março, durante um encontro em Washington entre Willian Perry, Secretário de Defesa e, Liu Huaqiu, vice-Chanceler chinês, Perry afirmou a Liu que o governo dos Estados Unidos tem “(...) capacidade militar mais do que suficiente para proteger seus interesses vitais de segurança na região, e está preparado para demonstrar isso.”¹³⁹

A despeito do aviso do Secretário de Defesa, em 9 de março a China anunciou que entre 12 e 20 de março realizaria exercícios aéreos e navais em águas próximas a Taiwan. Com isso, tornou-se evidente que a RPC estava testando a disposição norte-americana em intervir militarmente a favor de Taiwan. Deste modo, em 9 de março, o Secretário Perry, o Secretário Christopher, o Conselheiro de Segurança Nacional, Anthony Lake, o diretor da CIA, John Deutch e, o presidente da Junta de Chefes do Estado Maior, Gen. John Shalikashvili, concordaram em enviar dois porta-aviões com escolta às imediações de Taiwan. No mesmo dia apresentaram a proposta ao Presidente Clinton, que a aceitou. Essa abordagem foi o resultado do papel moderador desempenhado por Christopher e Shalikashvili, que não concordaram com o plano inicial de Perry,

¹³⁹ Ross, 2000, pp. 100-101; Suettinger, 2003, pp. 251-253; Garver, 1997, pp. 100-101.

pois ele pretendia enviar os porta-aviões e suas respectivas escoltas através do Estreito de Taiwan. Christopher argumentou que esta seria uma manobra excessivamente ofensiva, Shalikashvili, por outro lado, discordou da proposta de Perry por temer a exposição dos porta-aviões à artilharia costeira da RPC. Então, no dia 10 de março, o Departamento de Estado anunciou que o porta-aviões *USS Independence*, baseado em Okinawa, estava sendo deslocado para a costa leste de Taiwan. No dia 11 de março, o Departamento de Estado declarou que o porta-aviões *USS Nimitz*¹⁴⁰, baseado no Golfo Pérsico, estava a caminho da costa oeste das Filipinas e que alcançaria seu destino em 23 de março, data da eleição presidencial em Taiwan. A disposição dos porta-aviões nas proximidades de Taiwan e Filipinas, representou a maior concentração de forças navais norte-americanas na região desde a guerra do Vietnã.¹⁴¹

Em 13 de março, o governo chinês respondeu a Washington com o lançamento de mais quatro mísseis modelo M-9. No dia 15 de março, a RPC anunciou que entre 18 e 25 de março seriam realizadas novas manobras militares, dessa vez, a cerca de 10 milhas de distância de uma ilha controlada por Taiwan. Segundo o anunciado pela China, esse novo exercício envolveria manobras conjuntas entre forças terrestres, navais e aéreas. Por tratar-se de um exercício conjunto nos moldes de um ataque anfíbio, a Casa Branca observou com receio a ação das forças armadas chinesas, mas o governo norte-americano decidiu não enviar outra mensagem de natureza militar, por julgar que o recado já havia sido

¹⁴⁰ O *USS Independence* foi escoltado pelos Destroyers *Hewitt* e *O'Brien*, pelo Cruzador *Bunker Hill* e pela Fragata *McClusky*. O *USS Nimitz* contou com a escolta dos Destroyers *Callaghan* e *Olendorf*, do Cruzador *Port Royal*, da Fragata *Ford* e do submarino *Portsmouth*. (Whiting, 2001, p. 117; Garver, 1997, pp. 102-103)

¹⁴¹ Ross, 2000, pp. 101-102; Suettinger, 2003, pp. 255-256; Garver, 1997, pp. 102-103.

dado. A despeito da tentativa chinesa de coagir o eleitorado taiwanês a votar contra Lee, ele conseguiu se reeleger, recebendo 54% dos votos.¹⁴²

A ação militar norte-americana não visava apenas dissuadir a RPC e comunicá-la que os Estados Unidos estavam dispostos a recorrer a força para assegurar a resolução pacífica da questão de Taiwan, pois com a resposta militar a Pequim, a Casa Branca pretendeu também defender sua reputação perante os governos da região, uma vez que ela possui tratados de defesa mútua com Japão, Coréia do Sul, Filipinas, Tailândia e Austrália. Além disso, os Estados Unidos também mantém compromissos estratégico-militares não-formais com boa parte dos membros da *Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)*¹⁴³. Nesse sentido, Robert Ross sustenta que:

“A confrontação do Estreito de Taiwan refletiu a interação da diplomacia coercitiva chinesa e a diplomacia de dissuasão dos EUA. A China usou a diplomacia coercitiva para ameaçar os Estados Unidos e Taiwan até eles mudarem suas políticas. Os Estados Unidos usou a diplomacia de dissuasão para comunicar aos líderes chineses e aos líderes regionais a credibilidade de seus compromissos estratégicos. Washington usou a força não para defender sua política para Taiwan, mas para defender sua reputação estratégica, influenciando as percepções da resolução dos EUA.”¹⁴⁴

Cumpra ainda destacar que a ausência de uma resposta concreta dos Estados Unidos durante a maior parte dos exercícios do ELP, foi uma escolha consciente do governo Clinton, feita no intuito de evitar que a China julgasse que a

¹⁴² Suettinger, 2003, pp. 259-260; Ross, 2000, pp. 102-103; Whiting, 2001, p. 117.

¹⁴³ Os membros da ASEAN são: Cingapura, Malásia, Tailândia, Indonésia, Filipinas, Brunei, Vietnã, Laos e Birmânia. Para mais informações sobre as alianças militares norte-americanas no leste e sudeste asiático, especialmente nos anos subseqüentes a crise de 1995-96, ver: A National Security Strategy for a New Century. pp. 41-47. 1998. Washington, D.C: White House.

¹⁴⁴ Ross, 2000, p. 88. (Tradução nossa)

Casa Branca estava apoiando a independência da ilha e, para desencorajar os elementos pró-independência do governo taiwanês.¹⁴⁵

3.8 A Reação Japonesa aos exercícios militares da RPC e a revisão da Aliança nipo-americana

O Japão reagiu aos exercícios militares da China, inicialmente, através de reprovações verbais, feitas no começo de março de 1996. No entanto, em 13 de março, o governo japonês resolveu ser mais enfático na reprovação das ações militares da RPC, pois nesta data anunciou que seriam adiadas as negociações com a China, nas quais seria discutida a concessão de um novo empréstimo do governo japonês ao chinês. No início de abril, o chanceler chinês Qian Qichen reuniu-se em Tóquio com Yukihiko Ikeda, chanceler japonês. Nesta ocasião, Yukihiko afirmou a Qian que as pesquisas de opinião realizadas no país indicavam que a esmagadora maioria da população japonesa percebia os exercícios militares da RPC como uma tentativa de influenciar as eleições presidenciais de Taiwan, realizadas durante o mês de março de 1996. Yukihiko ainda avisou a Qian de que os partidos políticos japoneses haviam solicitado em uníssono a suspensão dos empréstimos à China, por um período indeterminado.¹⁴⁶ Qian respondeu que a questão de Taiwan é um assunto puramente doméstico da RPC e, afirmou que seu país não desejava ver a aliança entre Estados Unidos e Japão tornar-se uma

¹⁴⁵ Suettinger, 2003, p. 226.

¹⁴⁶ O valor total dos empréstimos que o Japão concederia à China, perfaziam um total de 580 bilhões de Yens e, seriam repassados ao governo chinês ao longo de três anos. Segundo a proposta de Pequim, este dinheiro seria investido em obras de infra-estrutura. (Ibid., p. 137)

aliança anti-china, uma vez que Washington e Tóquio estavam prestes a anunciar uma revisão nos termos de sua aliança.¹⁴⁷

O resultado dessa revisão foi anunciado em 17 de abril de 1996, durante encontro entre o Presidente Clinton e o Premier Hashimoto, a bordo do porta-aviões norte-americano *USS Independence*. Nessa ocasião, os dois líderes emitiram a “Declaração Conjunta entre EUA-Japão sobre Segurança: Aliança para o Século XXI”. É importante destacar que o processo de reavaliação da aliança entre Estados Unidos e Japão havia começado em fevereiro de 1995, mas sem dúvida, ele foi profundamente influenciado pela crise no Estreito de Taiwan, pois na “Declaração Conjunta ...” consta que:

“O Presidente e o Primeiro Ministro concordam que os dois governos devem, conjuntamente e individualmente, esforçar-se para alcançar um ambiente de segurança mais pacífico e estável na região da Ásia-Pacífico (...) Os dois líderes acentuam a importância da resolução pacífica de problemas na região. Eles enfatizam que é extremamente importante para a estabilidade e a prosperidade da região que a China desempenhe um positivo e construtivo papel e, nesse contexto, acentuam o interesse de ambos países em levar adiante a cooperação com a China.”¹⁴⁸

Apesar da linguagem diplomática, os dois governos sinalizaram para a RPC que se opunham à tentativa chinesa de coagir Taiwan, bem como, a qualquer ação dessa natureza. Apesar disso, Estados Unidos e Japão se mostraram dispostos a manter um bom relacionamento com a China, desde que ela não desempenhe um papel desestabilizador na região.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Ibid., pp. 137-138. Para maiores detalhes sobre a história das relações entre Taiwan e Japão, ver Soeya (2001). Para mais informações sobre as relações entre China e Japão, ver Sutter (2002).

¹⁴⁸ Ibid., p. 140. Tradução nossa.

¹⁴⁹ Ibid., pp. 140-141.

Segundo Wu Xinbo, a influência da crise de 1995-96 sobre a revisão de 1996 da aliança norte-americana – japonesa e, sobre a revisão de 1997, pode ser percebida através do perfil que a aliança passou a ter, uma vez que:

“As revisões de 1996 e 1997 das diretrizes de defesa dos EUA-Japão, transformaram um arranjo de segurança da Guerra Fria – um instrumento para proteger o Japão contra ameaças externas – em uma aliança desenhada para enfrentar contingências na península Coreana e no Estreito de Taiwan, bem como, para contra-balançar uma China ascendente. O papel do Japão na aliança expandiu-se significativamente, na medida que Tóquio passou de protegida à parceira. (...) O escopo da cooperação de segurança entre EUA-Japão foi focado na região da Ásia-Pacífico, definindo os parâmetros da aliança como regionais antes do que globais.”¹⁵⁰

3.9 Custos e benefícios para Pequim

Entre as maiores conquistas obtidas pela China com seus exercícios militares de 1995-96, está a mudança da política dos Estados Unidos para Taiwan, uma vez que o governo norte-americano se viu, praticamente, obrigado a fazer importantes concessões a Pequim, a fim de recuperar o dano provocado às suas relações com a China, sobretudo, após março de 1996, quando foram deslocados os dois porta-aviões para as imediações de Taiwan, o que gerou um clima de confrontação entre Washington e Pequim.

Entre estas concessões, está o primeiro anúncio público dos “Três Não” a Taiwan, feito à imprensa por James Rubin, sub-Secretário de Estado, durante a Conferência de Cúpula entre Clinton e Jiang, realizada em Washington no mês de outubro de 1997. Nesse anúncio é importante destacar dois pontos. O primeiro é

¹⁵⁰ Xinbo, 2005-06, p. 120. (Tradução nossa). Mais informações sobre a revisão da aliança militar entre Estados Unidos e Japão, em: “The United States Security Strategy for the East Asia-Pacific Region.” Washington, D.C: Department of Defense, 1998, pp. 19-22.

que na declaração do Departamento de Estado, foi dito que os Estados Unidos “não apóiam” a independência de Taiwan, ao invés de “se opõe”, como escrito na carta de Clinton a Jiang. O segundo elemento reside no fato de que a declaração não foi feita pelo Presidente Clinton, como esperava a liderança chinesa.¹⁵¹

Em 30 de junho de 1998, durante a Conferência de Cúpula em Pequim, o Presidente Clinton em pessoa reafirmou os “Três Não” a Taiwan.¹⁵² Esse anúncio foi ainda mais significativo que o de 1997, pois feito pelo próprio Presidente dos Estados Unidos em território chinês. Além disso, “tal enunciado sempre foi a interpretação chinesa de como deveria atuar a diplomacia norte-americana com respeito a Taiwan – e não uma retórica costumeira”.¹⁵³

Os exercícios militares da RPC tornaram o povo de Taiwan ainda menos inclinado à unificação, o que a eleição de Chen Shui-bian em 2000 veio apenas a confirmar. Apesar disso, o governo chinês não considera a redução da simpatia dos taiwaneses pela unificação uma perda considerável, pois os líderes chineses acreditam que a atração econômica do continente sobre a ilha cumprirá a tarefa que a diplomacia não conseguiu. Na perspectiva de Pequim, a diplomacia serve apenas para manter estáveis as relações através do estreito, enquanto que a dissuasão militar serve para evitar a declaração de independência de Taiwan.¹⁵⁴

3.10 Custos e benefícios para Washington

¹⁵¹ Shirley A. Kan, *China/Taiwan: Evolution of the “one China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Tapei*, CRS Report for Congress, March 12, 2001. Washington, D.C: Congressional Research Service.

¹⁵² *Ibid.*

¹⁵³ Pinto, 2005, p. 35.

¹⁵⁴ Ross, 2000, pp. 106-107.

Entre os ganhos dos Estados Unidos, está a redução da incerteza chinesa quanto à resolução norte-americana em intervir a favor de Taiwan. Depois da crise, os chineses passaram a contar com a intervenção norte-americana em favor de Taiwan, caso ela seja atacada sem declarar independência. Sem dúvida, isso alterou o cálculo estratégico-militar da RPC e, tende a deixar o governo chinês menos inclinado a recorrer à força para resolver a questão de Taiwan – salvo no caso de uma declaração de independência. Além disso, os Estados Unidos conseguiram demonstrar a seus aliados no leste asiático que seu compromisso com a estabilidade da região não é um objetivo prescindível. Com isso, reforçou-se a credibilidade do governo norte-americano frente ao Japão e seus demais aliados regionais, assim como, fortaleceu-se a legitimidade da presença militar norte-americana no leste asiático.¹⁵⁵

Com a ação norte-americana durante a crise, especialmente no mês de março de 1996, a liderança chinesa alterou sua percepção sobre os Estados Unidos, pois a eles pareceu que estavam sob um componente típico da “diplomacia das canhoneiras”. Como consequência disso, a China passou a direcionar, ainda mais, suas aquisições bélicas para um conflito armado com os Estados Unidos. Assim, a ação do governo norte-americano na crise serviu também para tornar a China uma potência mais capacitada militarmente para enfrentá-lo. Além disso, com sua intervenção na crise, a Casa Branca aumentou a confiança dos elementos pró-independência de Taiwan, para buscarem com mais segurança seu objetivo maior. Essas consequências não servem ao interesse

¹⁵⁵ Garver, 1997, pp. 149-150; Ross, 2000, pp. 107-108; Ross, 2002, pp. 68-69.

norte-americano de manter a paz e a estabilidade da região, por isso, representam os custos de sua intervenção na crise.¹⁵⁶

Com suas ações militares, em primeiro lugar, a China esperava reverter a inclinação dos Estados Unidos a Taiwan, a qual vinha lentamente crescendo desde a venda dos 150 aviões de caça à Taiwan, em 1992. Em segundo lugar, a RPC esperava coagir o governo taiwanês a abandonar suas ações independentistas, o que poderia precipitar a guerra através do estreito. Em terceiro lugar, o governo chinês esperava coagir o eleitorado taiwanês a votar contra os candidatos pró-independência nas eleições legislativas de dezembro de 1995 e, contra Lee na eleição presidencial de março de 1996.

Os Estados Unidos, por sua vez, não desejavam ter sua reputação estratégica abalada perante a China e os governos do leste asiático, sobretudo, diante daqueles que a Casa Branca tem acordos de defesa mútua. Washington percebeu que a inação diante das ações de Pequim estava abalando sua imagem na região, pois a retomada das ações militares do ELP, em março de 1996, indicava que os Estados Unidos estavam encorajando a China a continuar coagindo militarmente Taiwan. É nesse sentido, que o governo norte-americano ordenou que os dois porta-aviões rumassem para as imediações de Taiwan, com o que esperavam comunicar à China e aos demais governos da região que os Estados Unidos continuavam dispostos a empregar a força para assegurar a manutenção de seus interesses estratégicos na região.

Assim, percebe-se que China e Estados Unidos perseguiram objetivos diferentes. Por essa razão e, em vista dos ganhos e das perdas de cada um,

¹⁵⁶ Ross, 2000, pp. 108-109; Ross, 2002, p. 70.

comentadas acima, pode-se dizer que ambos alcançaram seus objetivos, se não inteiramente, ao menos parcialmente, pois a China não conseguiu evitar que Lee fosse reeleito.

4.

AS RELAÇÕES POLÍTICO-MILITARES ENTRE ESTADOS UNIDOS – TAIWAN – CHINA NO CONTEXTO DA “GUERRA AO TERRORISMO” (1999-2004)

Nos nove meses que antecederam os atentados de 11 de setembro, o governo norte-americano demonstrou uma significativa inclinação em favor de Taiwan, enquanto que as relações entre Washington e Pequim deterioravam-se. Com os atentados de 11 de setembro, a Casa Branca iniciou uma ampla ofensiva contra o terrorismo internacional e, neste novo cenário, a cooperação do governo chinês tornou-se fundamental para os Estados Unidos, o que compeliu Washington a imprimir um novo perfil à suas relações políticas e militares com Pequim e Taipei. Neste capítulo, tratamos da política da Casa Branca para China e Taiwan após o 11 de setembro, assim como, buscamos determinar as conseqüências dessa política para as relações entre China e Taiwan.

4.1 Os antecedentes: a “Teoria de Dois Estados”

Após o último anúncio dos “Três Não”, realizado em Pequim no dia 30 de junho de 1998, o governo Clinton adotou uma posição bastante cautelosa frente à China, no intuito de evitar nova deterioração de suas relações. Entretanto, a cautela da Casa Branca não pôde evitar que a embaixada chinesa em Belgrado

fosse acidentalmente bombardeada por uma aeronave norte-americana em maio de 1999, provocando a indignação do governo chinês. Buscando recuperar o relacionamento com Pequim, Washington endossou a disposição chinesa em dar continuidade às negociações com Taiwan em outubro de 1999, a fim de tratar temas políticos e não técnicos, como esperava o governo taiwanês. O Presidente Lee, insatisfeito com a forma como as negociações seriam conduzidas, resolveu adiantar-se ao encontro dos negociadores e, em 9 de julho de 1999, declarou à rádio alemã Deutsche Welle que:

“os dois lados do Estreito de Taiwan estão sob administrações separadas de diferentes governos (...) Desde o estabelecimento da RPC, a China comunista nunca governou Taiwan, Penghu, Kinmen ou Matsu, os quais tem estado sob a jurisdição da República da China (...) Desde nossas reformas constitucionais de 1991, temos designado os laços através do estreito como de nação-a-nação, ou ao menos como laços especiais de Estado-a-Estado, antes do que laços internos dentro de “uma China”, entre um governo legítimo e uma grupo rebelde, ou entre governo central e local (...)”¹⁵⁷

Essa declaração ficou conhecida como a “teoria de dois Estados” em função da maneira como Lee descreveu as relações através do estreito. Sem dúvida, a escolha de Lee por uma rádio alemã não foi aleatória, pelo contrário, ele fez essa escolha em função do histórico da Alemanha na segunda metade do século XX, quando foi governada como Estado dividido.¹⁵⁸ Em 12 de julho, o presidente do Conselho para Assuntos do Continente (CAC – Taiwan), declarou que, daquele momento em diante, os documentos taiwaneses não fariam qualquer referência ao princípio de “uma China”. Além disso, tanto o governo quanto o

¹⁵⁷ Shirley A. Kan. China/Taiwan: Evolution of the “one China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei. March 12, 2001. Washington D.C: Congressional Research Service – Report for Congress. (Tradução nossa).

¹⁵⁸ Bush, 2005, pp. 220-221.

KMT, afirmaram em uníssono que a declaração do Presidente Lee era fruto de uma reflexão elaborada, que vinha sendo discutida dentro do governo e do partido a mais de um ano. A RPC exigiu que Taiwan voltasse atrás em sua “teoria de dois Estados” e retornasse à política de “uma China”. Além disso, o governo chinês também respondeu com o adiamento indefinido das negociações entre a SEF e a ARATS, previstas para o final de 1999 e, dispôs mais tropas na costa chinesa do estreito.¹⁵⁹ Com isso, criou-se uma atmosfera de crise entre Taipei e Pequim, o que levou o governo Clinton, no dia 21 de julho, a reafirmar que:

“Nós favorecemos a política de “uma China”; nós favorecemos o diálogo através do estreito. O entendimento que temos tido com Taiwan e China é que as diferenças entre eles devem ser resolvidas pacificamente. Se isso não for o caso, sob o Taiwan Relations Act deveremos ver isso com a maior preocupação.”¹⁶⁰

Em vista da pressão norte-americana e chinesa, no dia 22 de julho, o CAC emitiu um comunicado explicando que na entrevista à rádio alemã, o Presidente Lee queria dizer apenas que através do estreito há uma “relação especial de Estado-a-Estado”, o que no entanto, não significava o abandono da política de “uma China”.¹⁶¹ Em 1º de agosto de 1999, o CAC divulgou um artigo onde o governo taiwanês tentou explicar de maneira mais elaborada o sentido da declaração de Lee. Assim, consta no documento que:

¹⁵⁹ Sheng, 2002, pp. 11-13.

¹⁶⁰ Shirley A. Kan. China/Taiwan: Evolution of the “one China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei. March 12, 2001. Washington D.C: Congressional Research Service – Report for Congress. (Tradução nossa).

¹⁶¹ Taipei Seeks Peace and Parity. July 22, 1999. Released by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC.

“Taiwan e a China continental sempre discordaram em suas respectivas definições de ‘uma China’. (...) em 1992, os dois lados alcançaram um acordo sobre ‘uma China, com cada lado tendo direito a sua respectiva interpretação’ (...) Entretanto, Pequim unilateralmente abandonou esse acordo nos últimos anos (...) Na estrutura do acordo de 1992, temos sempre mantido que o conceito de **‘uma China’ refere-se ao futuro antes do que ao presente**. Os dois lados ainda não estão unificados, mas são iguais e separadamente governados. Ambos existem atualmente. Portanto, os dois lados podem ser definidos como partilhando uma ‘relação especial de Estado-a-Estado’, até a unificação.”¹⁶²

De fato, Taiwan abandonou a política de “uma China” com a “teoria de dois Estados” e com a subsequente declaração do CAC. No entanto, o retorno ao princípio de “uma China” sob o “consenso de 1992”, foi a melhor saída encontrada pelo governo taiwanês para evitar o agravamento da crise com a China e, ainda conservar alguma margem de manobra, pois alegando estar sob o “consenso de 1992”, Taiwan podia afirmar que mantinha o princípio de “uma China”, mas que o entendia apenas como uma condição futura. Evidentemente, a liderança chinesa não viu a solução taiwanesa como ideal, porém, com ela retornou-se a níveis aceitáveis de tensão nas relações através do estreito.¹⁶³

Em 21 de fevereiro de 2000, a China divulgou seu segundo Livro Branco sobre Taiwan. Nele, a liderança chinesa respondeu ao Presidente taiwanês, pois consta no documento que desde o início dos anos noventa, Lee gradualmente tem afastado Taiwan do princípio de “uma China”, além de ter investido pesadamente no aprimoramento das forças armadas taiwanesas e na aquisição de sofisticados armamentos norte-americanos¹⁶⁴. De acordo com o Livro Branco, essas duas

¹⁶² Parity, Peace, and Win-Win: the Republic of China’s position on the “Special State-to-State Relationship”. August 1, 1999. Released by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC. (Tradução nossa).

¹⁶³ Sheng, 2002, pp. 15-16.

¹⁶⁴ Ver no Apêndice (p.147) a tabela referente aos gastos militares de Taiwan.

linhas de ação dão mostra de que, ao longo de seu governo, Lee procurou afastar Taiwan da reunificação, aproximando-a da independência.¹⁶⁵ No ponto chave do documento, a liderança chinesa assevera que:

“(...) se ocorrer uma grave reviravolta que conduza à separação de Taiwan da China, ou se houver uma ocupação ou invasão estrangeira em Taiwan, ou se as autoridades de Taiwan, **indefinidamente**, recusarem-se a pacificamente resolver o problema da unificação através de negociações, então o governo chinês será forçado a adotar todas as medidas drásticas possíveis, incluindo o uso da força, para salvaguardar a soberania da China e sua integridade territorial e, cumprir a grande missão de unificar a China (...).”¹⁶⁶

O Livro Branco trouxe um elemento novo para a questão de Taiwan, pois pela primeira vez a China afirmou que não poderia esperar indefinidamente pela reunificação. Até então, a RPC sustentava que empregaria a força contra Taiwan somente se o governo taiwanês declarasse independência, ou seja, o uso da força pela China seria uma reação. Com a afirmação de que não esperaria indefinidamente, Pequim passou a acenar com a possibilidade do emprego preventivo da força, na medida que somente a liderança chinesa pode dizer se o prazo de Taiwan está esgotado, porque só a RPC pode determinar o que significa “indefinidamente”.

Em seu discurso de posse como o 10º Presidente da RC, realizado em 20 de maio de 2000, o Presidente Chen sinalizou para a liderança chinesa que durante seu governo não seriam tomadas medidas unilaterais que alterassem o status quo entre as duas margens do estreito e, assim afirmou que:

¹⁶⁵ The One-China Principle and the Taiwan Issue, Feb. 21, 2000. Released by the Taiwan Affairs Office and the Information Office of the State Council.

¹⁶⁶ Ibid. (Tradução nossa).

“(…) não declararei independência, não mudarei o título nacional, não promoverei a inclusão da dita descrição de “Estado a Estado” na constituição e, não promoverei um referendo para mudar o status quo no que diz respeito a questão da independência ou unificação. Além disso, está fora de questão a abolição das Diretrizes para a Unificação Nacional e do Conselho para a Unificação Nacional.”¹⁶⁷

Posteriormente, essas garantias de Chen à Pequim ficaram conhecidas como os “Cinco Não”. A postura do Presidente taiwanês foi o resultado da pressão do governo norte-americano, pois após a eleição o diretor do AIT teve vários encontros com Chen e, especula-se inclusive que o Departamento de Estado tenha fornecido ao governo chinês o discurso do Presidente taiwanês, a fim de receber a “aprovação” de Pequim.¹⁶⁸ Apesar do tom moderado do novo Presidente taiwanês, poucas horas após seu discurso, a China divulgou uma declaração afirmando que ele havia sido evasivo quanto à política de “uma China”, pois Chen havia declarado apenas que “os líderes dos dois lados possuem sabedoria e criatividade suficiente para, conjuntamente, lidar com a questão de uma futura ‘uma China’ ”. Além disso, a RPC também exigiu que Chen aderisse ao “consenso de 1992” para que as negociações fossem retomadas, o que seria um problema para o Presidente, pois a aceitação do consenso significaria a adoção do princípio de “uma China”, algo que o PDP nunca reconheceu. Apesar dessa dificuldade, em junho Chen anunciou que estava disposto a aceitar o “consenso de 1992”, porém, não da maneira que Pequim o entendia, ou seja, com Taiwan sendo um

¹⁶⁷ Taiwan Stands Up: Advancing to an Uplifting Era. Inaugural Address by Chen Shui-bian, May 20, 2000. Released by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC. (Tradução nossa). O título do discurso de Chen faz uma clara alusão ao discurso proferido por Mao na Praça da Paz Celestial em 1º de outubro de 1949, na proclamação da RPC. O discurso de Mao intitulava-se “A China ergueu-se”.

¹⁶⁸ Chu, 2003, p. 976.

governo local sob a RPC. A liderança chinesa não aceitou as condições de Chen e o impasse persistiu.¹⁶⁹

Em 18 de julho de 2000, o vice-Premier da RPC, Qian Qichen, anunciou uma modificação na definição de Pequim da política de “uma China”. A posição tradicional do governo chinês era que “Taiwan é uma parte da China”. No entanto, Qian declarou que “há somente uma China no mundo; o continente (RPC) e Taiwan pertencem à China”. Com essa sutil modificação, a liderança chinesa sinalizava a Taiwan que estava disposta a flexibilizar a política de “uma China”, a fim de conduzir o governo taiwanês de volta à mesa de negociações, pois segundo Pequim a aceitação da política de “uma China” era um pré-requisito para o reatamento das conversações.¹⁷⁰

A Nova Corrente havia censurado o Presidente pelas concessões feitas no discurso de 20 de maio e, após a declaração de junho, os radicais ameaçaram romper com o partido. A despeito das críticas da Nova Corrente, ala da vice-Presidente, Chen persistiu com seu discurso moderado e, em 31 de dezembro de 2000, durante a celebração do ano novo, afirmou que:

“A integração de nossas economias, comércio e cultura, podem ser um início para, gradualmente, construirmos fé e confiança um no outro. Isso em retorno, pode ser a base para uma nova estrutura de paz permanente e **integração política** entre os dois lados (...).”¹⁷¹

¹⁶⁹ Bush, 2005, pp. 62-63.

¹⁷⁰ Shirley A. Kan. China/Taiwan: Evolution of the “one China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei. March 12, 2001. Washington D.C: Congressional Research Service – Report for Congress.

¹⁷¹ Bridging the New Century: New Year’s Eve Address. By Chen Shui-bian. December 31, 2000. Released by Office of the President, Taipei, ROC. (Tradução nossa).

Aventando a possibilidade de uma futura “integração política”, Chen conseguiu inflamar a Nova Corrente e boa parte de seu eleitorado Hoklo, que interpretou a posição do Presidente como um sinal de fraqueza diante da RPC.¹⁷²

4.2 A inclinação inicial de Washington em favor de Taipei

No final de 2000, o republicano George W. Bush foi eleito Presidente dos Estados Unidos, trazendo significativas mudanças na política norte-americana para Taiwan logo nos primeiros meses de sua administração. Em 1º de abril de 2001, um avião de espionagem da Marinha norte-americana colidiu com um caça chinês, caindo na ilha Hainan, território da RPC. O piloto chinês morreu no choque e os tripulantes norte-americanos sobreviveram, mas ficaram detidos na China por onze dias, enquanto o governo chinês se recusava a entregar os tripulantes e a aeronave, apesar da exigência do Presidente Bush de que a tripulação e o avião fossem liberados imediatamente e incondicionalmente.¹⁷³

No dia 23 de abril, o Presidente Bush autorizou a venda de um grande pacote de armamentos a Taiwan, o maior desde 1992.¹⁷⁴ Em 25 de abril, durante entrevista concedida a emissora de televisão ABC, o entrevistador perguntou ao Presidente se, em caso de um ataque chinês a Taiwan, os Estados Unidos reagiriam com força militar para defender ilha?. O Presidente respondeu que o governo norte-americano faria “o que fosse preciso para ajudar Taiwan a se

¹⁷² Bush, 2005, pp. 67-68.

¹⁷³ “President Discusses American Plane and Crew in China”. News Releases, White House. April 3, 2001.

¹⁷⁴ Sheng, 2002, pp. 97-98. Ver no Apêndice (p.147) a lista dos armamentos oferecidos pelos Estados Unidos a Taiwan, em abril de 2001.

defender”. No mesmo dia, em entrevista a *Associated Press*, o Presidente afirmou que o emprego da força militar pelos Estados Unidos na questão de Taiwan “é claramente uma opção”. A posição do governo Bush demonstrava a inclinação de Washington em favor de Taipei, tanto em função do alto volume e qualidade dos armamentos oferecidos, quanto ao fato do TRA não prever – explicitamente – o emprego das forças armadas norte-americanas na defesa de Taiwan. Com isso, o Presidente Bush afastou-se da posição tradicional da Casa Branca, pois desde 1979 Washington vinha adotando uma postura de “ambigüidade estratégica” quanto ao uso da força militar na defesa de Taiwan. Em 28 de abril, o vice-Presidente Richard Cheney, em entrevista a Larry King (CNN), declarou que a “ambigüidade pode ser exatamente a coisa errada a fazer na questão de Taiwan”.¹⁷⁵

Ainda em abril, o Almirante norte-americano Dennis Blair, Comandante-em-Chefe do Comando do Pacífico, realizou uma viagem secreta a Taiwan. Também durante o mês de abril, uma delegação da Marinha norte-americana foi enviada a Taiwan, no intuito de fornecer às forças armadas taiwanesas uma série de códigos de comunicação, através dos quais os militares taiwaneses terão um canal de comunicação direta com sua contra-parte norte-americana. Tal dispositivo é vital em um cenário de emprego conjunto da força militar contra qualquer alvo. No início de maio, o Comitê de Relações Internacionais da Câmara norte-americana, aprovou uma lei que concede a Taiwan o status de “aliado maior extra-OTAN”. No fim de maio a lei foi aprovada pelo plenário da Câmara. Vale ressaltar que

¹⁷⁵ Sheng, 2002, p. 105; Kerry B. Dumbaugh. Taiwan: recent developments and U.S policy choices. CRS Report for Congress, March 17, 2005. Washington D.C: Congressional Research Service, p. 11. (Tradução nossa).

pouquíssimos países desfrutam dessa condição, entre eles estão: Coreia do Sul; Japão; Egito; Austrália; Israel. A elevação de Taiwan a esse status significa que ela tem prioridade na ordem de recebimento de materiais militares e que ela tem direito de participar de pesquisas e projetos conjuntos.¹⁷⁶

Em junho de 2001, o governo norte-americano propôs que as negociações entre China e Taiwan fossem retomadas para tratar de temas técnicos, sem abordar a política de “uma China”. Essa atitude de Washington foi surpreendente, em primeiro lugar, porque ela nunca havia solicitado que o diálogo fosse retomado, pois os Estados Unidos nunca tomou para si o papel de mediador da disputa. Em segundo lugar, porque desde que o diálogo entre SEF e ARATS começou, a intenção de Taiwan tem sido tratar de temas técnicos, sem precisar passar pelos assuntos políticos.¹⁷⁷

No mês de julho, o Secretário de Estado Colin Powell foi mandado a China pelo Presidente Bush, no intuito de dissipar a atmosfera de crise instaurada entre Washington e Pequim. Em termos concretos, a viagem de Powell teve pouco significado para o governo chinês, pois a despeito da disposição do Secretário de Estado em mudar o rumo das relações entre China e Estados Unidos, o Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, continuava negando-se a receber no Pentágono seu homólogo chinês. Além disso, ainda em julho, Rumsfeld não permitiu ao Comandante em Chefe do Comando do Pacífico receber um grupo de professores universitários chineses, que pretendiam encontrar-se com o Comandante no Hawaii. O mais importante na viagem de Powell foi a exposição de um grave

¹⁷⁶ Sheng, 2002, pp. 104-105.

¹⁷⁷ Ibid., p. 97.

dissenso dentro da administração Bush, pois enquanto Rumsfeld negava-se a cumprir sequer a praxe entre os dois países, Powell buscava reverter a política norte-americana de enfrentamento com a China.¹⁷⁸

A despeito da viagem do Secretário de Estado, a administração Bush tornou evidente que a China não seria mais vista como uma “parceira estratégica”, como foi durante o governo anterior, pelo contrário, pois ainda durante a campanha eleitoral de 2000 o Presidente Bush havia anunciado que em seu governo a China seria uma “concorrente estratégica”.¹⁷⁹ A expressão “parceira estratégica” traduzia a disposição da administração Clinton em “engajar” a RPC nos regimes e organizações internacionais, a fim de enquadrá-la nas normas políticas e econômicas da comunidade internacional, pois “o objetivo de longo prazo dos EUA com o engajamento político e econômico da China é a emergência de uma sociedade aberta, que combine uma economia de mercado com instituições democráticas”¹⁸⁰. O governo Clinton adotou esta postura a despeito das críticas de muitos políticos republicanos e diversos acadêmicos, os quais sustentavam que a China deveria ser “contida”, de maneira semelhante ao que foi feito com a União Soviética.¹⁸¹

Tanto democratas quanto republicanos, acreditam que a China será uma ameaça para os Estados Unidos no futuro, em função de seu rápido e sustentado crescimento econômico, essa é a premissa fundamental que orienta as duas estratégias diante de Pequim. O fato de haver duas grandes estratégias

¹⁷⁸ Jia, 2002, pp. 5-6.

¹⁷⁹ Sheng, 2002, pp. 95-96; Oliveira, 2002, p. 85.

¹⁸⁰ Swaine & Minxin, 2002, p. 4. (Tradução nossa).

¹⁸¹ Lai, 2003(b), p. 324. Ver também Shambaugh, 1996.

concorrentes, indica que democratas e republicanos discordam da tática a ser empregada para alcançar seu objetivo, ou seja, para neutralizar a ameaça que a China representará em um futuro próximo. Os democratas acreditam que se a RPC tornar-se uma democracia, ela não representará uma ameaça para os Estados Unidos. Por outro lado, os republicanos afirmam que a democratização da China não é garantia de relações não-conflituosas, pois crêem que independentemente do regime político da China ela desafiará os Estados Unidos. Apesar dos republicanos não acreditarem que a democratização da RPC anulará sua ameaça, eles apóiam a evolução política do regime chinês, pois isso é consistente com os valores norte-americanos e, principalmente, porque acreditam que a democratização poderia reduzir a velocidade do crescimento econômico chinês.¹⁸²

É importante destacar que a mudança da orientação do governo norte-americano sob o Presidente Bush não significou a adoção de uma estratégia de contenção da China, mas sim algo próximo a uma terceira via, sugerida pela Rand Corporation em 1999. De acordo com essa terceira via, os Estados Unidos deveriam perseguir um misto de contenção e engajamento.¹⁸³ Essa abordagem sugere o aumento dos laços econômicos e políticos entre Estados Unidos e China, mas recomenda que o governo norte-americano seja menos solícito em temas sensíveis como direitos humanos. Além disso, a abordagem da Rand também sugere que a Casa Branca imponha sanções sobre as companhias chinesas que violam as leis internacionais de controle de exportação (não sobre o Estado), ou

¹⁸² Jia, 2002, pp. 12-13.

¹⁸³ Ibid, p. 325.

que exportam material nuclear, ou que impedem a realização dos grandes interesses dos Estados Unidos na região. Essa seria a dimensão de “engajamento” da estratégia. Ao passo que o fortalecimento dos laços bilaterais de segurança entre os Estados Unidos e os vizinhos da China, a fim de frustrar as intenções da RPC de tornar-se o hegemom regional, representaria o aspecto de “contenção” da estratégia da Rand.¹⁸⁴ Quanto a Taiwan, essa abordagem sugere que:

“(…) se a China tornar-se uma potência democrática e amigável, os EUA poderiam tornar-se favoráveis à reunificação; é claro que, sob essas circunstâncias a opinião dos taiwaneses também poderia tornar-se mais favorável a reunificação. Por outro lado, se a China tornar-se hostil, os Estados Unidos deveriam adotar uma política de incremento da independência *de facto* de Taiwan.”¹⁸⁵

4.3 Washington e Pequim: unidas na “Guerra ao Terrorismo”

Com os atentados de 11 de setembro, as relações entre China e Estados Unidos sofreram uma significativa mudança, pois a cooperação do governo chinês no combate ao terrorismo passou a ser de grande valia para Washington. Em primeiro lugar, porque os serviços de inteligência da China possuíam importantes informações a serem compartilhadas com a inteligência norte-americana. Em segundo, porque os Estados Unidos precisavam do apoio chinês no CS da ONU¹⁸⁶. Em terceiro, porque o governo norte-americano necessitava da

¹⁸⁴ Khalilzad et al., 1999, pp. 72-74.

¹⁸⁵ Ibid, p. 75. (Tradução nossa).

¹⁸⁶ No dia 12 de setembro de 2001, o CS da ONU aprovou a resolução 1368, condenando os ataques terroristas de 11 de setembro contra os Estados Unidos. No dia 28 de setembro, o CS aprovou a resolução 1373, convocando a comunidade internacional para o combate ao terrorismo. Demonstrando seu apoio aos Estados Unidos, a China votou a favor das duas

cooperação de Pequim para acabar com as exportações chinesas de produtos sensíveis, especialmente as de mísseis e de material nuclear. E, acima de tudo, porque os Estados Unidos precisavam de uma China disposta a cooperar e não de uma China obstrucionista ou mesmo confrontacionista, em um momento onde grande parte dos recursos financeiros e humanos do governo norte-americano estavam sendo canalizados para o combate ao terrorismo.¹⁸⁷

Já para Pequim, os atentados representaram uma oportunidade impar para reduzir a tensão com Washington e melhorar as relações entre as duas capitais, pois após o 11 de setembro, a estratégia norte-americana – que tinha a China como alvo – teve de ser rapidamente reavaliada, para enfrentar o desafio do terrorismo internacional. Além disso, a liderança chinesa estava consciente de que se decidisse apoiar os Estados Unidos em sua nova “cruzada”, poderia alterar a política norte-americana para Taiwan e assim, frustrar os planos dos independentistas taiwaneses.¹⁸⁸

Após a RPC anunciar seu apoio aos Estados Unidos na “Guerra ao Terrorismo”, alguns membros do governo Bush – como o Secretário de Estado Colin Powell – perceberam o apoio chinês como a oportunidade para construir uma cooperação sustentável com a China, com o que, segundo eles, os Estados Unidos poderiam obter futuros avanços do regime chinês em matéria de liberalização política. Já os “falcões” da administração Bush¹⁸⁹ receberam com

resoluções, assim como todo o CS. (Security Council of the United Nations. Resolution 1368 (2001), 12 September 2001; 1373 (2001), 28 September 2001).

¹⁸⁷ Shirley Kan. U.S – China Counter-Terrorism Cooperation: issues for U.S policy. CRS Report for Congress. May 12, 2005. Washington D.C: Congressional Research Service, pp. 1-2, 6.

¹⁸⁸ Swaine, 2003, pp. 2-3.

¹⁸⁹ Entre eles poderíamos citar o Vice-Presidente Richard Cheney, o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, o sub-Secretário de Defesa Paul Wolfowitz, a Assessora de Segurança

desconfiança a atitude chinesa, pois de acordo com sua percepção, nada poderia ser melhor para a China do que ver seu “grande inimigo” enfrentando sérios problemas. No entanto, eles logo concluíram que a postura chinesa se devia a falta de escolha, em vista do maciço apoio dispensado aos Estados Unidos pela comunidade internacional. Apesar dos “falcões” terem aceitado a cooperação chinesa, eles continuaram a ver a China como uma ameaça aos Estados Unidos, devendo ser combatida no médio e longo prazo.¹⁹⁰ No *Quadrennial Defense Review* (QDR) de 30 de setembro de 2001, se evidencia a continuidade dessa visão, pois o Departamento de Defesa assevera no documento que:

“(...) os Estados Unidos não irão enfrentar um competidor à altura em um futuro próximo, mas existe o potencial para que potências regionais desenvolvam capacidades suficientes para ameaçar a estabilidade em regiões importantes para os interesses dos EUA. Em particular, a Ásia está emergindo como uma área suscetível de competição militar de grande escala. (...) Manter um equilíbrio estável na Ásia será uma tarefa complexa. Existe a possibilidade de que um competidor militar com uma formidável base de recursos surja na região. O litoral do leste asiático – da Baía de Bengala ao Mar do Japão – representa uma área particularmente desafiadora.”¹⁹¹

Nacional, Condoleezza Rice. A corrente política a que pertencem os “falcões” é o Neoconservadorismo. Segundo Peter Demant os neoconservadores “não constituem um grupo homogêneo, mas se encontram na confluência de uma variedade de características e de grupos: universalistas progressistas, culturalistas, a esquerda cristã, etc. Têm em comum uma ideologia bastante coesa que enfatiza uma preocupação com a posição global dos EUA como baluarte anticomunista e como protótipo de sociedade justa, avançada e promissora de liberdade, modelo a ser promovido no exterior tanto por motivos éticos quanto de segurança. (...) Têm uma visão evolucionista e linear da história humana, em que os EUA ocupam a posição de sociedade mais avançada e ‘guia’ das demais, semelhante ao papel que a União Soviética tinha na cosmovisão comunista (...) embora esteja implícito um certo determinismo no pensamento neoconservador, os neocons são essencialmente voluntaristas em questões internacionais: decisões humanas corretas trazem progresso, decisões erradas levam a catástrofes.” (Demant, 2005, pp. 38, 41)

¹⁹⁰ Jia, 2002, p. 16.

¹⁹¹ Quadrennial Defense Review Report. September 30, 2001. Washington D.C: Department of Defense, p. 4. (Tradução nossa). Apesar do documento não nomear claramente a China, ele sem dúvida refere-se a ela, pois na área que se estende da Baía de Bengala ao Mar do Japão, só a China tem uma “formidável base de recursos” e pode ser um “competidor militar” a altura dos Estados Unidos, uma vez que o Japão não tem uma base significativa de recursos naturais e, embora tenha bons recursos financeiros, é um aliado tradicional da Casa Branca. Já a Índia, embora conte com expressivos recursos naturais,

Os “falcões” dominaram a formulação da política norte-americana para a China durante os primeiros nove meses do governo Bush. O Secretário de Estado, por sua vez, possuía uma visão diferente acerca da postura que Washington deveria adotar diante de Pequim. Com isso, a visão de Powell e a dos “falcões” concorreram dentro da Casa Branca não apenas durante os meses que antecederam o 11 de setembro, mas durante todo o primeiro mandato do Presidente. Com o 11 de setembro, a abordagem de Powell ganhou credibilidade diante da Presidência e, logo que recebeu apoio do Vice-Presidente, passou a ter mais peso na formulação da política de Washington para Pequim. É importante salientar que a visão do Secretário de Estado não era completamente distinta da percepção dos “falcões”, pois Powell concordava com Rumsfeld e Cheney em vários pontos relativos a China. Porém, ele postulava o aumento da cooperação com Pequim, especialmente, em vista da desconfiança produzida entre as duas capitais com o incidente do avião norte-americano de espionagem (abril de 2001). O Secretário de Estado sustentava que o governo norte-americano e o chinês deveriam enfrentar juntos os problemas em comum.¹⁹²

A mudança de abordagem da Casa Branca para a China se fez evidente a partir da Conferência de Cúpula da APEC, realizada em outubro de 2001, na cidade de Xangai. O encontro foi monopolizado pelo Presidente Bush em torno do tema da “Guerra ao Terrorismo”. O Presidente norte-americano aproveitou a oportunidade para agradecer o rápido e firme apoio da China a “cruzada” dos

precisará de mais algumas décadas para possuir recursos financeiros a altura da China ou do Japão. (Yu, 2002, p. 9)

¹⁹² Swaine, 2003, pp. 1-2.

Estados Unidos contra o terrorismo. Além disso, Bush enfaticamente afirmou que a China não era, de nenhum modo, um inimigo dos Estados Unidos, mas ao invés disso, um amigo. O Presidente Jiang, por sua vez, declarou que “recebia bem uma positiva presença dos Estados Unidos na região”.¹⁹³ O encontro da APEC foi um importante ponto de inflexão nas relações entre Washington e Pequim, pois consolidou sua drástica mudança. Em dezembro de 2001, o governo Bush anunciou o abandono do tratado *Anti-Ballistic Missile* (ABM), assinado em 1972 com a União Soviética. A China se opôs à iniciativa da Casa Branca, mas o fez de forma muito branda. O governo chinês expressou sua preocupação com as conseqüências que isso traria para o equilíbrio de poder mundial, sobretudo, porque a denúncia do tratado foi motivada pelo desejo dos Estados Unidos de implementar dois sistemas antimísseis balísticos, sendo um deles destinado a salvaguardar o território norte-americano (National Missile Defense – NMD) e, outro a proteger o território dos aliados de Washington no pacífico (Theater Missile Defense – TMD).¹⁹⁴

No dia 11 de dezembro, a China tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), após quinze anos de negociações. Sua entrada na organização foi possível graças ao apoio da União Européia e dos Estados Unidos, obtido em novembro de 1999. A decisão do governo Clinton de apoiar a entrada da China na OMC era consistente com sua estratégia de “engajamento” político e econômico da RPC. E, embora isso não fosse consistente com a

¹⁹³ Apud., Yu, 2002, p. 2. (Tradução nossa).

¹⁹⁴ Jia, 2002, pp. 7-8.

estratégia do governo Bush, passou a sê-lo após o 11 de setembro.¹⁹⁵ Em 1º de janeiro de 2002, Taiwan também tornou-se membro da OMC, o que foi possível em virtude da OMC não ser uma organização reservada somente a Estados e, principalmente, graças ao consentimento chinês.¹⁹⁶

Durante o mês de janeiro de 2002, os chineses descobriram que o avião oficial do Presidente Jiang havia sido grampeado pelo serviço de inteligência norte-americano. Logo após a descoberta a informação veio a público. E, mesmo a notícia tendo saído do círculo restrito da alta cúpula chinesa, o governo da RPC decidiu não censurar publicamente os Estados Unidos por essa ação, havendo apenas conversas privadas sobre o assunto.¹⁹⁷

Em fevereiro de 2002, o Presidente Bush viajou a Pequim novamente e, encontrou com Jiang Zemin nos dias 21 e 22. Essa foi a segunda viagem do Presidente norte-americano a China em apenas quatro meses. Nos dois dias da visita de Bush a Pequim, nenhum avanço concreto foi feito entre os dois países, mas o Presidente Bush convidou o Presidente Jiang para visitá-lo em outubro do mesmo ano e, o Vice-presidente norte-americano, Richard Cheney, convidou o

¹⁹⁵ Wayne M. Morrison. China and the World Trade Organization. CRS Report for Congress. August 6, 2003. Washington D.C: Congressional Research Service. Para detalhes sobre os impactos sociais da entrada da China na OMC, ver Fewsmith, 2001.

¹⁹⁶ Wayne M. Morrison. Taiwan's Accession to the WTO and its Economic Relations with the United States and China. CRS Report for Congress. May 16, 2003. Washington D.C: Congressional Research Service. A China concordou com o ingresso de Taiwan na OMC, porque a liderança chinesa confia na atração econômica de seu país para obter pacificamente a reunificação e, segundo seu ponto de vista, a entrada conjunta na OMC aumentará o comércio através do estreito, pois obrigará Taiwan a remover a proibição das "três ligações diretas" e de investimento direto chinês. Para Taiwan, a entrada na OMC teve grande significado político, pois ela forneceu ao governo taiwanês o "(...) acesso a um fórum onde ele pode lidar com a China diretamente e como igual, através de um processo mediado. Adicionalmente, às disputas entre dois membros da OMC, outros membros interessados podem se juntar à disputa. Assim, em uma disputa comercial entre Taipei e Pequim, membros como os Estados Unidos, UE, e Japão podem formalmente entrar nas discussões." (Mastel, 2001, p. 54.) Tradução nossa.

¹⁹⁷ Jia, 2002, p. 8.

então Vice-presidente chinês, Hu Jiantao, para encontrá-lo na Casa Branca em abril do mesmo ano. Em fevereiro de 2002, completou-se o 30º aniversário do Comunicado de Xangai, em 1972. Assim, apesar de não ter havido avanços significativos entre os dois governos, no tocante à não-proliferação¹⁹⁸ e a Coréia do Norte¹⁹⁹, a visita do Presidente Bush a Pequim em pleno aniversário do Comunicado de 1972, teve um valor simbólico relevante, pois com esse gesto, implicitamente, a Casa Branca reiterou que buscava desenvolver e manter relações cooperativas com o governo chinês. A liderança chinesa, reconhecendo a disposição do governo norte-americano, prontamente aquiesceu aos convites feitos por Bush e Cheney a Jiang e Hu.²⁰⁰

Apesar da atmosfera de cooperação alcançada com o encontro entre os líderes de Washington e Pequim, Jiang confessou a Bush que estava preocupado com a possibilidade de que os Estados Unidos viessem a invadir o Iraque, uma vez que esse país havia sido incluído no “eixo do mal” pelo Presidente norte-americano. Para reduzir a ansiedade chinesa, Bush afirmou a Jiang que não pretendia atacar o Iraque e, garantiu que se isso viesse a ser necessário, o governo chinês seria consultado antes de sua decisão final.²⁰¹

¹⁹⁸ Em fevereiro de 2002, a China ainda não havia implementado o Acordo de novembro de 2000, assinado por Jiang e Clinton, no qual Pequim se comprometia a cessar suas vendas de mísseis e tecnologias avançadas de armas e, emitir um regime de controle de exportação de materiais passíveis de emprego militar. Com a viagem do Presidente Bush a Pequim em fevereiro de 2002, o governo norte-americano conseguiu apenas uma promessa da China de que em pouco tempo, seria emitido um regime de controle de exportação dos materiais indicados em 2000. (Kerry Dumbaugh. *President Bush's 2002 State Visits in Asia: implications*. CRS – Report for Congress. March 11, 2002. Washington D.C: Congressional Research Service, p. 8).

¹⁹⁹ O Presidente Bush pediu ao Presidente Jiang que avisasse a liderança norte-coreana de que os Estados Unidos estavam dispostos a reatar as negociações. (Ibid., p. 8).

²⁰⁰ Ibid., pp. 6-8.

²⁰¹ Ibid., pp. 9-10.

Sobre Taiwan, o Presidente norte-americano declarou que a política dos Estados Unidos é de “uma China” e, reafirmou a oposição de seu governo a qualquer alteração unilateral no status quo entre China e Taiwan. No entanto, para o governo taiwanês, a declaração de Bush não provocou grande impacto, pois em 28 de janeiro de 2002, o Diretor do *American Institute in Taiwan*, Richard Bush, já havia avisado ao Presidente Chen que os “Estados Unidos não iriam fazer concessões a Taiwan, no intuito de ganhar o apoio contínuo da RPC na campanha antiterror”.²⁰²

A despeito da nova política da Casa Branca para Pequim, em dezembro de 2001 Bush permitiu a Chen realizar uma “visita de trânsito” aos Estados Unidos, nessa ocasião o Presidente taiwanês reuniu-se com cerca de vinte e cinco parlamentares norte-americanos em Nova York. Em janeiro de 2002, novamente o Presidente norte-americano concedeu uma “visita de trânsito” a uma alta autoridade taiwanesa, dessa vez foi a vice-Presidente Annette Lu que se encontrou com congressistas norte-americanos.²⁰³ E, em março de 2002, a Presidência permitiu ao Ministro da Defesa de Taiwan participar – em caráter “não-oficial” – de uma Conferência em Washington, intitulada “*The United States – Taiwan Defense Summit, 2002*”, organizada pelo *U.S – Taiwan Business Council*. Nessa visita inédita desde o fim das relações oficiais entre Washington e Taipei, o Ministro taiwanês reuniu-se a portas fechadas com o sub-Secretário de Defesa,

²⁰² Ibid., p. 8 (Tradução nossa).

²⁰³ Kerry B. Dumbaugh. Taiwan: recent developments and U.S policy choices. CRS Report for Congress, March 17, 2005. Washington D.C: Congressional Research Service, pp. 11-12.

Paul Wolfowitz, por cerca de duas horas.²⁰⁴ Em seu discurso na Conferência, Wolfowitz declarou que:

“Como o Presidente Bush e outros têm dito, **os Estados Unidos estão comprometidos a fazer o que for preciso para ajudar Taiwan a defender-se.** Nossa posição é clara. Não apoiamos a independência de Taiwan, mas nos opomos ao uso da força.”²⁰⁵

Além disso, em 1º de maio de 2002, o Departamento de Defesa e seu homólogo taiwanês estabeleceram uma unidade para a coordenação das novas relações militares entre Washington e Taipei. Essa unidade foi denominada de “*U.S. – Taiwan Military Cooperation Group*” e, é responsável pela implementação de todos os programas de cooperação militar entre Estados Unidos e Taiwan.²⁰⁶

4.4 O fim da moderação do Presidente taiwanês: a reação chinesa e norte-americana

Em vista do aprimoramento das relações políticas entre China e Estados Unidos, Pequim decidiu dar continuidade ao isolamento político-diplomático de Taiwan. Assim, em julho de 2002, pouco antes de Chen assumir a presidência do partido, a RPC anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas com a pequena República de Nauru, que recentemente havia rompido os vínculos diplomáticos com Taiwan. Para Chen, isso significava que a despeito de sua moderação - o que lhe trazia severos custos políticos, dentro e fora do partido -

²⁰⁴ Taiwan Strait I: what's left of “one China”? International Crisis Group. Asia Report Nº 53, 2003, pp. 27-28.

²⁰⁵ Apud., Brookes, 2003, p. 2. (Tradução nossa).

²⁰⁶ Swaine, 2004(c), p. 9.

Pequim se mantinha não apenas indisposta a fazer concessões, como ainda continuava cooptando os poucos Estados que ainda mantinham relações oficiais com o governo taiwanês.²⁰⁷ Deste modo, no dia 3 de agosto de 2002, durante o 29º Encontro Anual da Federação Mundial das Associações Taiwanesas (FMAT)²⁰⁸, em Tóquio, o Presidente Chen abandonou a moderação afirmando que:

“Taiwan não é uma parte de outro país, nem é um governo local ou província de outro país. Taiwan pode nunca ser outra Hong Kong ou Macau, porque Taiwan sempre foi um Estado soberano. Em suma, Taiwan e China permanecem em lados opostos do estreito, **há um país em cada lado**. Isso deveria estar claro.”²⁰⁹

Essa declaração ficou conhecida como “um país em cada lado”, e representou uma importante reviravolta nas relações entre Taiwan e Estados Unidos, pois do ponto de vista de Washington, o Presidente taiwanês estava no caminho certo com seu discurso moderado, porque em função do 11 de setembro, a Casa Branca precisa da cooperação chinesa no combate ao terrorismo e, para tanto, as relações através do estreito devem permanecer calmas e estáveis. Reconhecendo o risco contido em sua declaração, Chen decidiu enviar a Washington a presidente do CAC, Tsai Ing-wen, no intuito de explicar ao governo norte-americano que o discurso não representava uma alteração unilateral no status quo, segundo a representante taiwanesa tratava-se apenas de uma

²⁰⁷ Bush, 2005, pp. 68-69.

²⁰⁸ A FMAT é uma organização pró-independência. Em seu encontro anual reúnem-se os militantes da independência espalhados pelo mundo.

²⁰⁹ Opening Address of the 29th Annual Meeting of the World Federation of Taiwanese Associations, August 3, 2002. Released by Office of the President of the Republic of China, Taipei, ROC. (Tradução nossa).

“afirmação extemporânea”, que nada alterava as relações entre Taiwan e China. A RPC reagiu furiosamente ao discurso de Chen e comparou sua declaração com a “teoria de dois Estados” de Lee. Entretanto, a liderança chinesa percebeu que se o Presidente taiwanês persistisse com seu discurso independentista, ela poderia extrair do governo norte-americano alguma concessão contra Taiwan.²¹⁰

Na mesma ocasião, em 3 de agosto, Chen se afastou de mais um dos compromissos assumidos no discurso de 20 de maio de 2000, pois sua opinião quanto ao emprego de referendo mudou significativamente. Deste modo, Chen afirmou a seus expectadores em Tóquio e Taipei²¹¹ que:

(...) A decisão de mudar o status quo de Taiwan não pode ser tomada por qualquer país, ou organização, ou partido político, ou indivíduo isolado. Somente as 23 milhões de pessoas de Taiwan têm o direito de decidir o futuro, o destino e, o status de Taiwan. Esse é nosso ideal de longo prazo e objetivo comum. E, quando a necessidade surgir, como essa decisão será tomada? Ela será tomada através de referendo. Um referendo é um direito humano básico, e assim um direito básico das 23 milhões de pessoas de Taiwan, um direito que não pode ser negado. Sinceramente convoco e encorajo a todos para refletir sobre a importância e a urgência de dar início a uma legislação de referendo.²¹²

Sobre esse ponto do discurso de Chen, a liderança chinesa respondeu que se Taiwan planejava empregar um referendo para declarar independência, isso certamente precipitaria a guerra no estreito. Além disso, o governo chinês também sugeriu que um referendo legítimo sobre o status de Taiwan deveria contar com o voto dos 1,3 bilhões de chineses que vivem no continente.²¹³

²¹⁰ Bush, 2005, p. 222; Lai, 2003(a), p. 3.

²¹¹ O Encontro da FMAT foi, integralmente, transmitido para Taipei através de vídeo conferência.

²¹² Opening Address of the 29th Annual Meeting of the World Federation of Taiwanese Associations, August 3, 2002. Released by Office of the President of the Republic of China, Taipei, ROC. (Tradução nossa).

²¹³ Lai, 2003(a), p. 4.

Durante a reunião anual dos Ministros de Defesa da região Ásia-Pacífico, realizada em Cingapura no dia 2 de julho de 2002, Wolfowitz voltou a afirmar que os Estados Unidos fariam “o que fosse preciso para ajudar Taiwan a defender-se de um ataque chinês”.²¹⁴ A declaração do sub-Secretário norte-americano, sem dúvida, contribuiu para a radicalização de Chen, pois aumentou a confiança do líder taiwanês nos Estados Unidos, fazendo-o crer que poderia responder enfaticamente a cooptação chinesa dos Estados que mantém relações oficiais com Taiwan.

Em 17 de setembro de 2002, a Casa Branca divulgou a *National Security Strategy* (NSS), onde os Estados Unidos reafirmaram sua disposição em aprimorar as relações políticas com Pequim, a fim de dar continuidade à cooperação na “Guerra ao Terrorismo”. Assim, consta no documento que:

“O relacionamento dos Estados Unidos com a China é uma parte importante de nossa estratégia para promover uma estável, pacífica e próspera Ásia-Pacífico. Recebemos bem a emergência de uma China forte, pacífica e próspera. (...) Há áreas nas quais temos profundos desacordos. Nosso compromisso com a autodefesa de Taiwan – sob o *Taiwan Relations Act* – é uma delas. (...) Trabalharemos para diminuir as diferenças onde elas existem e, não as deixaremos impedir a cooperação.”²¹⁵

Na NSS não há nada semelhante ao apresentado pelo Pentágono em setembro de 2001 no QDR, onde a China foi identificada como o desafio de longo prazo dos Estados Unidos. No documento de 17 de setembro, a Casa Branca afirma que o grande desafio do governo norte-americano é o terrorismo

²¹⁴ Taiwan Strait I: what’s left of “one China”? International Crisis Group. Asia Report Nº 53, 2003, p. 29.

²¹⁵ The National Security Strategy of the United States of America. September 17, 2002. Washington D.C: White House, p. 27-28. (Tradução nossa).

internacional, a proliferação de armas de destruição em massa e, os “Estados Bandidos”, os quais apóiam e financiam o terrorismo. Na NSS, a China foi posta na seção destinada a estabelecer as diretrizes para as “ações cooperativas com os outros principais centros de poder”. Embora a RPC não tenha sido apresentada na NSS como uma ameaça aos Estados Unidos, a Casa Branca fez várias críticas ao governo chinês, afirmando que:

“O desenvolvimento democrático da China é crucial para o futuro. Porém, um quarto de século após o início do processo de remoção das piores características do legado Comunista, os líderes da China ainda não fizeram a próxima série de escolhas fundamentais sobre o caráter de seu Estado. (...) Com o tempo, a China descobrirá que a liberdade política e social é a única fonte de grandeza. (...) Somente permitindo ao povo chinês pensar, reunir-se e cultivar livremente, pode a China alcançar seu potencial completo.”²¹⁶

Além disso, poucos meses antes da divulgação da NSS, o Presidente Bush havia dado um importante passo nas relações militares entre Estados Unidos e Taiwan, pois o governo norte-americano promoveu o abandono do sistema tradicional de venda de armamentos a Taiwan. Pelo sistema antigo, a venda de armamentos estava restrita a uma única negociação por ano, com o novo procedimento, Taiwan pode solicitar e comprar artigos de defesa e treinamento militar quantas vezes quiser, bastando apenas haver a autorização do Presidente norte-americano para a realização do negócio.²¹⁷

4.5 A complexa cooperação política entre Estados Unidos – China e o referendo taiwanês

²¹⁶ Ibid., pp. 27-28. (Tradução nossa).

²¹⁷ Brookes, 2003, p. 5.

Em 25 de outubro de 2002, Jiang foi recebido por Bush em seu rancho no Texas. Nessa ocasião, o Presidente norte-americano não apenas reiterou o compromisso dos Estados Unidos com os três Comunicados Conjuntos, como também afirmou que a política norte-americana de “uma China” se sustenta sobre a premissa de uma resolução pacífica da disputa entre Pequim e Taipei.²¹⁸ Cumpre destacar, que o governo norte-americano nunca havia posto a resolução pacífica do impasse como um pressuposto para a manutenção da política de “uma China”, pois no Comunicado de 1972 – quando a Casa Branca adotou tal política – Washington apenas declarou que “reafirma seu interesse com uma resolução pacífica da questão de Taiwan pelos próprios chineses”.²¹⁹ Já os comunicados de 1979 e 1982, apenas reafirmam o compromisso dos Estados Unidos com o Comunicado de 1972.

Poucos dias após o encontro de Bush e Jiang no Texas, Rumsfeld retomou as *Defense Consultative Talks* com o ELP e, em outubro do ano seguinte, recebeu no Pentágono o Gen. Cao Gangchuan, Ministro da Defesa da RPC. Apesar da retomada do diálogo militar entre Washington e Pequim, o Secretário de Defesa decidiu não retribuir a visita a seu homólogo chinês.²²⁰

Ainda durante o encontro de 25 de outubro, Jiang afirmou a Bush que não vetaria – CS da ONU – a ação norte-americana no Iraque. Em 8 de novembro, a

²¹⁸ Taiwan Strait I: what's left of “one China”? International Crisis Group. Asia Report N° 53, 2003, p. 27.

²¹⁹ Joint Communiqué between U.S – PRC, February 28, 1972. (Tradução nossa). Por “chineses” o governo norte-americano se referiu a RPC e ao governo do KMT, então no poder em Taiwan.

²²⁰ Shirley Kan. U.S. – China Military Contacts: issues for congress. CRS Report for Congress. May 10, 2005. Washington D.C: Congressional Research Service, p. 3.

China votou no CS a favor da resolução 1441, a qual deu ao Iraque “uma última oportunidade de cumprir suas obrigações de desarmamento”.²²¹ Porém, como em janeiro de 2003 tornou-se evidente que França e Rússia vetariam à invasão do Iraque, a China pôde expressar sua verdadeira posição, passando a apoiar verbalmente os opositores da ação norte-americana.²²²

Em dezembro de 2002, Jiang propôs ao governo norte-americano um importante passo na desmilitarização do Estreito de Taiwan. O Presidente chinês sugeriu que os mísseis dispostos na costa chinesa do estreito – mirados em Taiwan – poderiam ser deslocados da região, desde que os Estados Unidos suspendessem a venda de armamentos ao governo taiwanês. O Presidente Bush não respondeu a oferta chinesa, mas vários Acadêmicos norte-americanos se pronunciaram afirmando em uníssono que a proposta de Pequim não era equilibrada, pois os mísseis retirados poderiam ser rapidamente recolocados na costa do estreito, especialmente porque uma parcela significativa desses mísseis é disparada através de lançadores móveis. Já a venda de armas, segundo os mesmos Acadêmicos, é um procedimento muito mais complexo e demorado, pois em geral os artigos de defesa demoram meses para serem entregues e, em alguns casos, demoram anos até chegar as mãos do comprador.²²³

No dia 20 de maio de 2003, com a aproximação da eleição presidencial de 2004, o Presidente Chen decidiu fazer um novo pronunciamento versando sobre a

²²¹ Security Council of the United Nations. Resolution 1441 (2002), 8 November 2002, p. 3. (Tradução nossa).

²²² Tkacik, 2003(b), p. 7.

²²³ Yuan, 2004(b), p. 28. Os submarinos a diesel comprados por Taiwan dos Estados Unidos, dão uma boa idéia do tempo que pode envolver a aquisição de material bélico, pois os submarinos serão entregues, provavelmente, em 2010, tendo a oferta norte-americana sido feita em 2001.

criação de uma legislação de referendo e, sugeriu que na primeira consulta popular, fosse perguntado aos taiwaneses se eles apoiavam a entrada de Taiwan na Organização Mundial da Saúde (OMS).²²⁴ No dia 28 de setembro, o Presidente fez um anúncio semelhante, propondo que após a aprovação da legislação de referendo – então já em trâmite no Yuan Legislativo – fosse realizada uma consulta para verificar se os taiwaneses concordavam com o estabelecimento de uma nova constituição. Segundo Chen, o ingresso na OMS era fundamental para o recebimento de auxílio técnico da organização²²⁵, ao passo que a nova constituição serviria para corrigir as deficiências do sistema político taiwanês. Em ambos os casos, Pequim respondeu que se opunha a realização dos referendos. No primeiro caso, porque a OMS é uma organização internacional reservada a Estados. No segundo, porque a formulação de uma nova constituição poderia ser apenas um subterfúgio de Chen para alterar o nome do governo da ilha – de RC para República de Taiwan – como querem os radicais do PDP e, do ponto de vista da China, tal mudança no título nacional representaria uma declaração de independência.²²⁶

Em 25 de agosto, o governo chinês divulgou seus “Regulamentos sobre Controle de Exportação de Mísseis, itens relacionados e tecnologias”, cumprindo assim o acordo de novembro de 2000, assinado entre Clinton e Jiang. Os Estados Unidos tinham grande interesse na publicação desses “regulamentos”, pois eles seriam um importante instrumento para o controle norte-americano das

²²⁴ Shih, 2004(b), p. 7.

²²⁵ Durante o surto de “gripe aviária” que acometeu Taiwan em meados de 2003, a OMS teve de pedir permissão a Pequim para auxiliar o governo de Taipei a lidar com a doença. Para os radicais do PDP, isso representou uma grande humilhação. (Peterson, 2004, p. 25)

²²⁶ Bush, 2005, pp. 222-223.

exportações chinesas de materiais sensíveis, ou seja, tecnologias e produtos utilizados na produção ou no transporte de Armas de Destruição em Massa (ADMs). No dia seguinte, o sub-Secretário de Estado, Richard Armitage, anunciou que havia sido incluído no rol dos grupos terroristas perseguidos pelos Estados Unidos o “Movimento Islâmico do Turquestão Leste” (MITL), em outras palavras, o movimento separatista Uighur de Xinjiang. Até então, o MITL era visto pelo governo norte-americano como um grupo de “freedom fighters”.²²⁷ Ao que tudo indica, a criminalização do MITL por Washington serviu como moeda de troca com Pequim.

No mês de novembro, com a lei de referendo em vias de aprovação pelo YL, o Presidente Chen voltou a abordar o tema do referendo. Assim, no dia 29 ele declarou que convocaria um “referendo defensivo”, realizado juntamente com a eleição presidencial, em março de 2004. No referendo, os taiwaneses deveriam responder se eram favoráveis ou não ao orçamento especial de defesa que estava tramitando no congresso. Com esse orçamento especial, seriam adquiridos dos Estados Unidos importantes sistemas de defesa antimíssil, o que segundo o Presidente era urgente, em vista do aumento constante dos mísseis chineses mirados em Taiwan. Chen decidiu fazer esse anúncio antes mesmo da aprovação da lei, em função da viagem do Premier chinês aos Estados Unidos, prevista para início de dezembro.²²⁸ Assim, no dia 9 de dezembro, o Premier chinês, Wen Jiabao, encontrou-se com o Presidente Bush na Casa Branca e, ao lado de Wen, Bush afirmou que:

²²⁷ Kerry Dumbaugh. China – U.S. Relations. CRS Report for Congress. November 21, 2002. Washington D.C: Congressional Research Service, pp. 4, 15.

²²⁸ Bush, 2005, p. 223.

“A política do governo dos Estados Unidos é ‘uma China’, baseada nos três Comunicados e no *Taiwan Relations Act*. Nos opomos a qualquer decisão unilateral da China ou de Taiwan de alterar o status quo. E, as declarações e as ações realizadas pelo líder de Taiwan indicam que ele pode estar disposto a tomar decisões unilaterais para alterar o status quo, o que nos opomos.”²²⁹

Ao anunciar que o governo norte-americano se opunha a qualquer alteração unilateral no status quo, o Presidente Bush demonstrou seu apoio à posição chinesa no tocante ao referendo proposto por Chen. Porém, essa atitude de Washington não representou uma nova concessão a Pequim, pois a Casa Branca apenas reafirmou seu discurso tradicional diante da questão de Taiwan. Apesar do Presidente Bush não ter feito nenhuma concessão extraordinária à China, a liderança chinesa evidenciou, mais uma vez, que para frustrar as ações independentistas de Taiwan, Pequim deve manter boas relações com Washington, pois sem o apoio norte-americano, dificilmente Taiwan irá declarar independência.²³⁰ Além disso, como observa Michael Swaine:

“(...) a China precisa de estáveis – se não afáveis – relações com Washington para dar continuidade ao seu desenvolvimento econômico, para manter a estabilidade regional, para atingir um maior poder e influência na Ásia-Pacífico, para minimizar os esforços que visam frear a emergência da China e, para evitar um conflito por Taiwan.”²³¹

²²⁹ “President Bush and Premier Wen Jiabao Remarks to the Press”. December 9, 2003. News Releases, White House. (Tradução nossa).

²³⁰ Swaine, 2004(b), p. 77.

²³¹ Swaine, 2004(b), p. 72. (Tradução nossa).

No dia 31 de dezembro de 2003, o Presidente taiwanês assinou a lei de referendo, conforme aprovada pelo Yuan Legislativo poucos dias antes.²³² Segundo a versão final da lei, a capacidade do Presidente da República de convocar uma consulta popular foi severamente limitada, enquanto que o Yuan Legislativo concentrou a maior parte do poder de convocar tal consulta, pois nessa ocasião a aliança pan-azul detinha a maioria na casa. Apesar da manobra do KMT-PPP para limitar o poder de Chen, o Presidente taiwanês conseguiu manter a capacidade de convocar referendos em questões de segurança nacional, especificamente, em casos de ameaça externa à soberania da RC.²³³

Em meados de janeiro de 2004, Chen anunciou que convocaria dois “referendos defensivos”. Um para verificar se havia apoio popular ao orçamento especial de defesa, outro para saber se os taiwaneses concordavam com a retomada das negociações com a China, a fim de estabelecer um arranjo político capaz de produzir “paz e estabilidade” nas interações através do estreito. Os Estados Unidos continuaram a desencorajar a realização do referendo, ao passo que RPC continuou a rotular de “ação provocativa” a consulta popular.²³⁴

Ainda em janeiro, o Presidente da Junta de Chefes de Estado Maior, Gen. Richard Myers, foi enviado a China para encontrar-se com o Ministro Cao, uma vez que o Secretário de Defesa ainda não se dispunha a retribuir a visita de sua contra-parte chinesa.

²³² “President Chen Signs the Referendum Law”. December 31, 2003. News Releases, Office of the President, Taipei, ROC.

²³³ Peterson, 2004, p. 26.

²³⁴ Ward, 2004, p. 2.

No dia 25 de fevereiro, o Departamento de Estado divulgou o *The Country Reports on Human Rights Practices 2003*. No relatório, o Departamento de Estado concluiu que o governo chinês continuava a cometer sérios e numerosos abusos aos direitos humanos. Esse documento irritou profundamente a liderança chinesa, de tal forma que em 30 fevereiro, Pequim respondeu com o inédito *Human Rights Record of the United States in 2003*, o qual denunciou os crimes do governo norte-americano, citando os episódios de racismo ocorridos dentro dos Estados Unidos e, a agressão militar contra o Iraque.²³⁵

4.6 O novo “aviso” de Pequim a Taipei e a proposta do Presidente taiwanês de reengenharia constitucional

Em 17 de maio de 2004, após a reeleição de Chen, Pequim emitiu uma importante declaração condenando as “ações independentistas” do Presidente taiwanês. No documento, a liderança chinesa afirmou que Chen havia descumprido cada uma de suas cinco promessas feitas no discurso de posse em 2000 (“cinco não”), pois:

“Ele disse que não declararia ‘independência’, mas tem reunido em torno de si todos os tipos de separatistas para atividades pela ‘independência de Taiwan’. Ele disse que não mudaria o dito ‘título nacional’ de Taiwan, mas tem incessantemente clamado pela ‘retificação do nome de Taiwan’ e pela ‘desunificação’. Ele disse que não pressionaria pela inclusão da dita descrição de ‘Estado-a-Estado’ na ‘constituição’, mas tem difundido uma proposição separatista de ‘um país em cada lado’. Ele disse que não promoveria ‘referendo para mudar o status quo em relação à questão de unificação ou independência’, mas tem tentado, por todos os meios possíveis, promover a ‘independência de Taiwan’ através de referendo. Ele disse que não havia dúvida quanto a abolição do

²³⁵ Yuan, 2004(a), p. 60.

'Conselho para Unificação Nacional' e das 'Diretrizes para a Unificação Nacional', mas há muito os engavetou, deixando-os existir apenas em nome."²³⁶

Apesar da reprovação de Pequim às ações de Taipei, o governo chinês sugeriu que se a liderança de Taiwan reconhecesse o fato de que atualmente existe apenas "uma China"²³⁷, as negociações poderiam ser retomadas "em pé de igualdade". Essa era uma demanda antiga de Taiwan, apresentada pela primeira vez no início dos noventa e, para ressaltá-la o documento não fez menção alguma a fórmula de "um país, dois sistemas", uma vez que o governo taiwanês alega que essa proposta traz em si o princípio de subordinação entre governo central e local. Além disso, a declaração sugere que se adotado o princípio de "uma China", as "três ligações"²³⁸ diretas poderiam ser estabelecidas; a cooperação econômica poderia ser aprofundada; o aumento do "espaço internacional" de Taiwan seria concedido, desde que proporcionalmente a seu status político; e seriam estabelecidos mecanismos para o desenvolvimento de confiança mútua através do estreito, especialmente, em questões militares.²³⁹ O governo chinês também reafirmou sua disposição em usar a força contra Taiwan, caso ela declarasse independência. Assim, a liderança chinesa asseverou que:

²³⁶ "Statement on Cross-Strait Ties". May 17, 2004. Released by Taiwan Affairs Office of the State Council, Beijing, PRC. (Tradução nossa).

²³⁷ Nessa ocasião, a liderança chinesa conceituou "uma China" de acordo com sua definição flexibilizada, segundo a qual, tanto Taiwan quanto RPC são parte da China, ao invés de Taiwan ser uma parte da RPC.

²³⁸ Desde janeiro de 2001, estão em vigor as "três mini-ligações", feitas entre a costa sul da China e as ilhas taiwanesas de Matsu e Quemoy. Assim, o documento de 17 de maio refere-se a "três ligações diretas" plenas, ou seja, entre a China e a ilha principal do arquipélago taiwanês.

²³⁹ "Statement on Cross-Strait Ties". May 17, 2004. Released by Taiwan Affairs Office of the State Council, Beijing, PRC.

“Para o povo chinês nada é mais importante e mais sagrado que a salvaguarda da soberania e da integridade territorial de seu país. (...) se os líderes de Taiwan moverem-se temerariamente para provocar maiores incidentes pela ‘independência de Taiwan’, o povo chinês irá esmagar completamente sua conspiração, **a qualquer custo**.”²⁴⁰

A expressão “a qualquer custo” é algo novo nos “avisos” chineses a Taiwan, e indica a forte resolução da China em “salvaguardar sua integridade territorial”. Sem dúvida, tamanha resolução é resultado do significativo aumento do poderio militar chinês. Em 2003, o orçamento de defesa da RPC era de aproximadamente 25 bilhões de dólares. E, desde meados dos anos noventa, a China tem investido pesadamente na aquisição de mísseis balísticos da Rússia, capazes de atingir as bases norte-americanas localizadas em Okinawa, Coréia do Sul, Guan e, as bases dos aliados de Washington na região, tais como Tailândia, Cingapura, Filipinas. Além disso, em 2000 a marinha do ELP adquiriu vários *Destroyers* armados com mísseis Sunburn, projetados pelos russos especialmente para afundar os porta-aviões norte-americanos.²⁴¹

No dia 20 de maio de 2004, em seu discurso de posse como Presidente reeleito, Chen reafirmou seu compromisso com os “cinco não”. Além disso, clamou pela união nacional, pois em função de sua estreita vitória, a aliança pan-azul levantou suspeitas sobre o resultado e sobre a imparcialidade da Comissão Eleitoral, responsável pela apuração dos votos. No entanto, como visto acima, para Pequim os “cinco não” de Chen não tinham mais nenhum valor. O Presidente taiwanês também afirmou que continuaria buscando o aumento do espaço de Taiwan na comunidade internacional, ou seja, o ingresso da RC na OMS. Chen

²⁴⁰ Idem. (Tradução nossa).

²⁴¹ Dunn III, 2002, p. 87.

também propôs a criação de um “Comitê para a Paz e o Desenvolvimento através do Estreito”. Esse Comitê seria multipartidário e, deveria produzir as novas “Diretrizes” para orientar o governo taiwanês em suas relações com Pequim. Ao que parece, esse Comitê desempenharia função semelhante a do Conselho para Unificação Nacional. O Presidente ainda pediu a China que retomasse as negociações no intuito de discutir-se a criação de uma “estrutura de paz e estabilidade” entre as duas margens do estreito, bem como, medidas para o desenvolvimento da confiança mútua em questões militares.²⁴²

Porém, o tópico mais importante do discurso de 20 de maio, refere-se a formulação da nova constituição. Chen anunciou que formaria um “Comitê de Reforma Constitucional”, composto por membros da situação, da oposição, por acadêmicos e representantes dos vários segmentos sociais de Taiwan. O objetivo do Comitê será “produzir o mais alto grau de consenso social sobre o escopo e o procedimento da reforma constitucional”. Segundo Chen, o projeto de reengenharia constitucional visa:

“(…) aumentar a boa governança e aumentar a eficiência administrativa, assegurar uma sólida fundação para o democrático governo da lei e, fomentar a estabilidade e a prosperidade da nação no longo prazo. Há muitos problemas em nossa atual constituição que precisam ser enfrentados, entre os quais o mais imediato e óbvio inclui: ter uma separação de poder de três ou cinco ramos; adotar um sistema de governo presidencial ou parlamentar; eleger o Presidente por maioria simples ou absoluta; reter ou abolir a Assembléia Nacional; suspender ou abolir o governo provincial; reduzir a idade mínima para votar; modificar os requisitos do serviço militar obrigatório (...)²⁴³

²⁴² “Paving the way for a Sustainable Taiwan”. May 20, 2004, by Chen Shui-bian. Released by Government Information Office, Taipei, ROC.

²⁴³ Ibid. (Tradução nossa).

O Presidente propôs que os temas mais preocupantes a Pequim – soberania nacional, território nacional, questão entre unificação/independência – “sejam excluídos do presente projeto de reengenharia constitucional” porque “o consenso sobre esses temas ainda precisa ser alcançado”. Em grande medida, essa decisão de Chen foi motivada pela posição de Washington, pois em 22 de abril de 2004, o sub-Secretário de Estado para o Leste Asiático, James Kelly, havia declarado que os Estados Unidos não se opunham ao projeto de reengenharia constitucional apresentado pelo Presidente taiwanês, desde que a nova constituição não tocasse no tema da soberania de Taiwan e na questão da independência/unificação.²⁴⁴ O Presidente Chen ainda afirmou em seu discurso de posse que esperava entregar ao povo de Taiwan uma nova constituição em 2008, ao término de seu segundo mandato. Por fim, sugeriu que após a nova constituição entrar em vigor, a Assembléia Nacional fosse abolida, para que os taiwaneses, através de referendo, possam aprovar ou rejeitar as subseqüentes revisões constitucionais.²⁴⁵

Em agosto de 2004, o Yuan Legislativo aprovou uma emenda constitucional que retirou o poder da Assembléia Nacional de ratificar emendas constitucionais e, determinou que as emendas sejam ratificadas por meio de referendo. Em termos práticos, a Assembléia nunca foi um entrave para a ratificação de emendas, no entanto, a nova lei diz que metade de todos os votantes de Taiwan deve aprovar a emenda constitucional, o que limita a possibilidade de novas ratificações, pois para os referendos de março de 2004, menos da metade dos votantes sequer

²⁴⁴ Bush, 2005, p. 316.

²⁴⁵ Ibid.

compareceram às urnas.²⁴⁶ Apesar dessa dificuldade, para Chen isso é só o começo, pois o que lhe importa é consolidar uma política de referendo, no intuito tanto de enfraquecer o poder da aliança pan-azul no Yuan Legislativo, quanto de estabelecer um instrumento para declarar independência, ou para ao menos ter a capacidade de fazê-lo, o que se constituiria em um valioso trunfo contra a RPC, especialmente, por ser um trunfo democrático. Em função disso, a China se opõe ao emprego de referendo em Taiwan, pois teme que futuramente esse dispositivo seja usado para declarar independência.²⁴⁷

Durante sua viagem a Pequim, em fins de outubro, o Secretário Colin Powell declarou que “Taiwan não é um Estado soberano e que os Estados Unidos apóiam a reunificação pacífica de Taiwan com a China.”²⁴⁸ Não há dúvida de que Powell fez essa afirmação no intuito de tranquilizar a liderança chinesa, pois Chen e o PDP haviam voltado a radicalizar o discurso em torno da questão da independência e da identidade taiwanesa, uma vez que se aproximavam as eleições legislativas de dezembro. O Secretário foi duramente criticado pelo Pentágono e pela Casa Branca, pois os Estados Unidos nunca haviam declarado serem favoráveis a reunificação, pois nos três Comunicados Conjuntos o governo norte-americano apenas demonstrou seu interesse na resolução pacífica da questão de Taiwan. Além disso, a posição tradicional de Washington é de que os Estados Unidos “não apóiam a independência”, apenas o Presidente Clinton havia ido mais longe do que isso, quando afirmou a Jiang em 1995 – na carta secreta –

²⁴⁶ Romberg, 2004, p. 6.

²⁴⁷ Ibid., p. 4.

²⁴⁸ Kerry B. Dumbaugh. Taiwan: recent developments and U.S policy choices. CRS Report for Congress, March 17, 2005. Washington D.C: Congressional Research Service, p. 15. (Tradução nossa).

que o governo norte-americano “se opõe a independência”. Com sua declaração, Powell foi ainda mais longe do que o Presidente Clinton conseguiu ir.

4.7 A sucessão da liderança chinesa

Jiang Zemin foi eleito Secretário Geral do partido em fins de 1989, na 4ª Plenária do 13º Comitê Central. Nessa ocasião, Deng Xiaoping afirmou que Jiang era o núcleo da Terceira Geração da liderança chinesa, pois segundo Deng ele próprio representava o cerne da Segunda Geração, ao passo que Mao Zedong seria o núcleo da Primeira Geração.²⁴⁹ Embora Jiang tenha assumido um dos cargos mais importantes da RPC, Deng permaneceu como presidente da CMC do PCC (chefe das forças armadas) até o 14º Congresso Nacional do partido, realizado no final de 1992. Nessa ocasião, Deng foi substituído por Jiang na presidência da CMC.²⁵⁰

Em novembro de 2002, foi realizado em Pequim o 16º Congresso do partido, onde o vice-presidente Hu Jintao sucedeu Jiang Zemin como Secretário Geral do partido. Segundo determinação do próprio Deng, institucionalizada em 1982, durante o 12º Congresso Nacional do PCC, os membros da liderança chinesa deveriam retirar-se de suas funções oficiais, tanto no Estado quanto no partido, após completarem 70 anos de idade. Em 2002, Jiang já contava 76 anos, o que significa que ele deveria ter se retirado em novembro de 1997, no 15º

²⁴⁹ Fewsmith, 2002, p. 35.

²⁵⁰ Oliveira, 2003, p. 7.

Congresso, quando ainda tinha 71 anos. Entretanto, o 15º Congresso fez uma concessão a Jiang, permitindo sua permanência no poder por mais cinco anos.²⁵¹

Durante o 10º Congresso Nacional do Povo (órgão do Estado), realizado em março de 2003, Hu foi eleito Presidente da República. Apesar da ascensão de Hu, Jiang continuou desempenhando um papel central na política chinesa, pois ele decidiu permanecer como presidente da CMC do PCC. Em setembro de 2004, durante a 4ª Plenária do 16º Comitê Central do partido, Jiang retirou-se da presidência da CMC, transferindo o cargo a Hu. Com isso, Hu passou a deter os três cargos mais importantes da RPC, o que o elevou à condição de núcleo da Quarta Geração. Cabe destacar que isso não concede poderes ilimitados a Hu, pois o poder na RPC está concentrado no Comitê Permanente do Politburo (CPP).²⁵² Desde novembro de 2002, o CPP (ou Comitê Permanente do Birô Político) é composto de nove membros, o Secretário Geral do partido e mais oito. Esses nove membros são escolhidos dentro do Politburo (25 pessoas desde 2002). Os membros do Politburo são selecionados no Comitê Central (200 pessoas) e, os membros do Comitê são escolhidos no Congresso Nacional do partido (4000 pessoas), realizado a cada cinco anos.²⁵³ É importante ressaltar que o CPP não toma decisões através de votação, mas sim de consenso e quando o consenso não é alcançado, cabe ao Secretário Geral do partido (líder do Comitê) tomar a decisão, o que não significa que ele possa desconsiderar a correlação de forças dentro do CPP.²⁵⁴

²⁵¹ Fewsmith, 2002, pp. 27-28.

²⁵² Bush, 2005, pp. 186-187; Gill, 2003, p. 32.

²⁵³ Fewsmith, 2002, p. 27; Oliveira, 2003, p. 2.

²⁵⁴ Bush, 2003, p. 81.

Tabela 3: Membros do Comitê Permanente do Politburo desde 2002

Membros	Ano de nascimento
Hu Jintao	1942
Wu Bangguo	1941
Wen Jiabao	1942
Jia Qinglin	1940
Zeng Qinghong	1939
Huang Ju	1938
Wu Guanzheng	1938
Li Changchun	1944
Luo Gan	1935

Fonte: Fewsmith, 2003, p. 10.

Mesmo após sua saída da cena política, Jiang continua exercendo um papel fundamental na tomada de decisão em temas delicados como a questão de Taiwan, pois ele conseguiu colocar um grande número de seus “protegidos” tanto no Politburo quanto no seletivo CPP. Para se ter uma idéia, seis dos nove membros do CPP são aliados de Jiang e, como o próximo Congresso do partido ocorrerá somente em fins de 2007, Hu terá de governar até lá sob a sombra de Jiang. Além disso, apenas Luo Gan terá entrado na casa dos 70 anos em 2007 – o que o obrigará a retirar-se da cena política – e, isso significa que não há muitas chances de haver uma renovação expressiva dentro do CPP em 2007.²⁵⁵

Na transição de 2002-2003, outros importantes membros da Quarta Geração ascenderam ao primeiro escalão da RPC, entre eles estão: Wen Jiabao, eleito Premier em março de 2003, substituindo Zhu Rongji; Wu Bangguo, eleito

²⁵⁵ Fewsmith, 2003, p. 8.

presidente do Congresso Nacional do Povo em 2003, posição anteriormente ocupada por Li Peng; e Zeng Qinghong, eleito vice-Presidente da República em março de 2003.

Os membros da Quarta Geração diferenciam-se das gerações passadas por vários aspectos, um deles é que todos os seus membros filiaram-se ao partido depois da proclamação da RPC, ou seja, não são parte da “velha guarda” que lutou na guerra civil. Outro fato importante, é que a Quarta Geração viveu as amarguras econômicas e políticas da era Maoísta, particularmente, durante o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. O próprio Hu Jintao, em 1968, foi mandado para a distante e miserável província de Gansu, onde trabalhou até o fim dos anos setenta. Além disso, os membros da Quarta Geração, diferentemente de seus predecessores, são tecnocratas, com alta formação em ciência e economia. Somados, esses aspectos competiram para a formação de uma geração bastante pragmática²⁵⁶, com uma liderança consciente das privações sofridas pelos chineses, especialmente, os das províncias interioranas.²⁵⁷

Nos meses subseqüentes à sua eleição, Hu adotou o lema de “primeiro as massas”, no intuito de aproximar-se destas “massas”, o que aliás nunca foi buscado por Jiang. Sem dúvida, a opção de Hu por essa abordagem tem profundas razões práticas, o que se torna evidente à luz da crise de legitimidade sofrida pelo regime, graças à corrupção endêmica, ao aumento do desemprego, aos altos impostos – que em muitas regiões rurais são cobrados sob coerção

²⁵⁶ O termo “pragmático” é empregado aqui como o contrário de “ideológico”. Essa conceituação está em conformidade com a chamada “Teoria do Gato”, apresentada por Deng no final dos anos setenta. Segundo Deng, “um gato, seja branco ou preto, é um bom gato desde que saiba pegar o rato”. A metáfora de Deng se opunha frontalmente ao cânone maoísta, de que “o importante é ser vermelho”. (Suisheng, 2005/06, p. 134 – tradução nossa).

²⁵⁷ Gill, 2003, pp. 28-29.

policial – e, ao baixo investimento em saúde e educação básica. Em 1993, o regime contabilizava cerca de 8,700 protestos e passeatas contra as autoridades do governo e, em 1999 o número de protestos e manifestações havia subido para cerca de 32,000.²⁵⁸

Se vistos no longo prazo, observa-se que os problemas de legitimidade do regime são o resultado de duas transições enfrentadas pela China, uma de natureza econômica e outra de caráter político. A transição da economia planificada para a economia de mercado foi um processo bastante desestabilizador da sociedade chinesa, pois com um rápido crescimento econômico, associado a abertura para o mercado, as expectativas de consumo da população tendem a crescer muito mais rapidamente que seu poder de compra e, isso tende a aumentar o sentimento de privação material, fornecendo o ambiente ideal para o crescimento da instabilidade social. Embora se possa dizer que essa transição foi completada com sucesso, suas conseqüências ainda estão sendo administradas pelo governo chinês.²⁵⁹

Ao lado da transição econômica da China, há a transição de um modelo de liderança assentada sobre o carisma pessoal do líder e sobre seus feitos míticos na fundação do Estado, para um modelo de liderança técnico-burocrática. No primeiro tipo de liderança, o líder é forte, enquanto que as instituições são fracas. Já na segunda versão, os líderes são fracos e as instituições fortes. Os líderes técnico-burocratas ascendem politicamente através de várias instituições e seu poder delas deriva, ao contrário da liderança carismática. Assim, as instituições

²⁵⁸ Lam, 2003, p. 59; Minxin, 2002, pp.103-108.

²⁵⁹ Jia, 2002, pp. 9-10.

criam os líderes técnico-burocratas, enquanto que os líderes carismáticos criam as instituições, sem, contudo, submeter-se a elas. A estabilidade política é perfeitamente possível tanto sob a liderança carismática quanto sob a liderança técnico-burocrática. No entanto, durante a transição de um modelo para o outro tende a haver instabilidade política, pois quando os líderes carismáticos saem de cena, deixam para trás instituições fracas, enquanto que os líderes técnico-burocratas dependem delas, pois seu poder advém delas. Com isso, a autoridade dos novos líderes tende a ser bastante vulnerável politicamente, limitando sua capacidade de resposta aos problemas sociais mais graves.²⁶⁰

A Quarta Geração ainda tem que enfrentar o problema do crescente nacionalismo chinês. Até hoje, o PCC tem conseguido utilizar o nacionalismo como uma força para ganhar o apoio popular em determinados momentos. Porém, a liderança chinesa já percebeu que o crescimento do nacionalismo é uma faca de dois gumes, pois se esse sentimento não for devidamente manejado ou satisfeito, pode facilmente tornar-se uma força de contestação do regime, prejudicando tanto a estabilidade política quanto o crescimento econômico do país, ou seja, os maiores objetivos da RPC.²⁶¹ O nacionalismo predominante²⁶² na China é um “nacionalismo pragmático”, que em matéria de política internacional:

“(…) busca uma abordagem de política externa que defenda o interesse nacional da China, trabalhando para desenvolver relações cooperativas com as grandes potências (...) As táticas do nacionalismo pragmático são flexíveis e sua estratégia sutil. Eles evitam parecer confrontacionistas, contudo, eles não se comprometem com demandas

²⁶⁰ Ibid.

²⁶¹ Suisheng, 2005/06, p. 142.

²⁶² Na China há também o nacionalismo étnico, existente ainda entre as minorias étnicas, como os Uyghur, os tibetanos e os mongóis.

estrangeiras que envolvam o interesse vital da China ou questões históricas sensíveis, tais como disputas territoriais com o Japão ou a reclamada independência de Taiwan. O nacionalismo pragmático é assim, mais reativo do que proativo, no sentido em que os líderes pragmáticos apelam ao nacionalismo quando tem de responder a pressões externas que possam erodir, corroer ou por em perigo o interesse nacional da China.”²⁶³

Até fins de 2004, a transição geracional da liderança chinesa não trouxe alterações substantivas à política de Pequim para Taipei. Em primeiro lugar, porque Jiang completou sua saída da cena política somente em setembro de 2004, o que retardou a consolidação da liderança de Hu. Em segundo, porque Pequim não permite muitas inovações em temas sensíveis como a questão de Taiwan.

Como observado acima, a política da Casa Branca para a China, por vezes, parece ter entrado em contradição com algumas ações e declarações do Departamento de Defesa. No entanto, a contradição é apenas aparente, pois com a disputa entre a abordagem do Departamento de Estado e a do Departamento de Defesa, o governo norte-americano produziu uma política que buscava equilibrar as novas e cooperativas relações político-diplomáticas entre Washington e Pequim, com a nova cooperação militar entre Washington e Taipei. Essa política dupla é uma solução bastante perigosa, pois tende a supervalorizar o que é feito, em detrimento daquilo que é dito pelos representantes do Estado. Em outras palavras, o Presidente Bush contribui pouco para a estabilidade das relações através do estreito ao afirmar que se apunha a independência de Taiwan, pois enquanto ele reiterava essa posição, o Pentágono – sob os auspícios da Presidência – continuava aprimorando a cooperação militar com Taiwan,

²⁶³ Suisheng, 2005/06, p. 139. (Tradução nossa).

produzindo algo muito semelhante a antiga aliança militar entre Estados Unidos e RC. Com essa política dupla, a Casa Branca produziu um ambiente propício para erros de cálculo, tanto de Pequim quanto de Taipei, o que contribui apenas para a instabilidade no Estreito de Taiwan.

CONCLUSÃO

Seis décadas atrás Estados Unidos e China uniram-se para enfrentar o Japão. Há trinta anos alcançaram a normalização de suas relações político-diplomáticas. Atualmente, Pequim e Washington têm mais e melhores condições de manter relações políticas e militares cooperativas, pois suas diferenças são consideravelmente menores. Em primeiro lugar, porque a nova liderança chinesa não vê o governo norte-americano através de filtros ideológicos. Em segundo, porque a interdependência econômica entre Estados Unidos e China é muito mais profunda do que na época da normalização e, essa dependência mútua tende a desestimular soluções belicosas. Em terceiro, porque o poder militar de Pequim e Washington, atualmente, é consideravelmente superior e menos assimétrico do era há trinta anos, contribuindo para o fortalecimento da dissuasão militar entre os dois países. Apesar desses elementos competirem para a estabilidade das relações entre o governo norte-americano e o chinês, persiste a disputa entre Pequim e Taipei, um velho problema da Guerra Fria. Ao longo dos anos noventa, a questão de Taiwan ganhou maior complexidade, transformando-se no principal ponto de discórdia entre Estados Unidos e China. Isso porque, a democratização da RC tornou suas relações com Washington e Pequim consideravelmente voláteis, pois muitas das “ações independentistas” do governo taiwanês foram manobras eleitoreiras para atender as demandas de uma população cada vez mais ciente de sua identidade taiwanesa, ou para atender os radicais do PDP.

Além disso, no médio e longo prazo, o emprego eleitoreiro – atualmente feito pelo PDP e UST – do discurso da identidade pode significar uma inclinação maciça da população taiwanesa em favor da independência jurídica, o que torna as próximas décadas não muito promissoras para as relações entre Taiwan, China e Estados Unidos.

Com a revisão da política de “uma China”, Taiwan conseguiu alarmar a liderança chinesa, pois as versões taiwanesas da política de “uma China” tornaram evidente a Pequim que Taipei estava afastando-se da reunificação para buscar a independência. Essa nova realidade conduziu os Estados Unidos e a China a uma confrontação política e militar em 1995-96, o que para o bem dos três atores foi apenas uma “confrontação fria”, onde nenhum tiro foi disparado contra a outra parte. Mesmo assim, esse foi o momento no pós-Guerra Fria em que o governo norte-americano e o chinês estiveram mais próximos de uma conflagração bélica.

Taiwan tornou-se um tema ainda mais complexo quando foi eleito o Presidente George W. Bush, porque em seu primeiro mandato prevaleceu a visão neoconservadora – fortemente anticomunista. Em virtude disso, a Casa Branca perseguiu uma nova política para Pequim e Taipei, pois tentou equilibrar a cooperação política com o governo chinês – em vista do cenário de combate ao terrorismo – com o rápido aprofundamento da cooperação militar com Taiwan. Durante sua administração, o Presidente Clinton não buscou intensificar as relações dos Estados Unidos com Taiwan e China ao mesmo tempo, pois se durante os dois primeiros anos de seu mandato ele fortaleceu a relação política com Taiwan, após a crise de 1995-96 ele mudou completamente sua orientação,

passando a privilegiar o relacionamento político com a RPC. O Presidente George H. Bush procedeu de forma similar a Clinton, na medida em que o governo Bush (pai) aprofundou suas relações apenas com uma das partes. A conduta desses dois Presidentes norte-americanos destaca a singularidade da política de George W. Bush para Taiwan e China. Essa política contribuiu para agravar a incerteza e a insegurança da liderança chinesa, pois quanto mais se aprofundavam as relações militares entre Washington e Taipei, menor era a confiança de Pequim nas declarações do Presidente Bush. E, isso resultou no enfraquecimento da cooperação político-diplomática entre Estados Unidos e RPC, como visto no início de 2003, quando o governo chinês não apoiou a ação norte-americana no Iraque e alinhou-se verbalmente com França e Rússia.

A essa altura, somos tentados a perguntar se, de fato, há uma solução pacífica para a questão de Taiwan? Cremos que uma tal solução é possível, desde que alguns passos sejam tomados por Pequim, pois afinal é a China que deseja a reunificação. O primeiro deles consistiria em um substantivo esforço chinês para obter a reunificação, pois a RPC vem apenas tentando garantir que Taiwan não declare independência. No segundo passo, Pequim teria de adotar um novo padrão de relacionamento com Taipei, no intuito de ganhar “os corações e as mentes” dos taiwaneses, uma vez que a constante ameaça do uso da força contra a população da ilha apenas contribui para afastar a reunificação de seu horizonte. Com essa segunda iniciativa – que traria resultados concretos a médio e longo prazo – a China teria boas condições de alcançar a reunificação pacífica, mesmo sob a fórmula de “um país, dois sistemas”, pois esse modelo é inaceitável ao governo de Taiwan, não necessariamente aos taiwaneses. Em outras palavras,

para obter a reunificação pacífica a China precisa investir pesadamente em seu “*soft power*”.

Ao invés disso, Pequim está investindo na ameaça militar, pois a nova “Lei Anti-Secessão”, aprovada pelo Congresso Nacional do Povo em 14 de março de 2005, obriga o Estado chinês a empregar “meios não pacíficos” contra Taiwan, caso seja declarada independência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUER, James E. **The Shanghai Communiqué is Obsolete: time for a change.** Journal of International Security Affairs, Summer 2004, pp. 5-13.

BROOKES, Peter. **U.S. – Taiwan Defense Relations in the Bush Administration.** Heritage Foundation. Heritage Lectures, Nº 808, November 2003.

BUSH, Richard C. **PRC Foreign Policy and Security Behavior: decision-making problems.** Journal of International Security Affairs, Winter 2003, pp. 77-88.

_____. **Untying the Knot: making peace in the Taiwan Strait.** Brookings Institution Press, 2005, 416 p.

_____. **At Cross Purposes: the relations between United States and Taiwan since 1942.** Armonk: M.E Sharpe, 2004, 285 p.

BUZAN, Barry & WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security.** Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2003, 564 p.

CEPIK, Marco & Martins, José Miguel. **E agora, Taiwan?** in: Política Internacional. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004, pp. 61-67.

CHAN, Steve. **Extended Deterrence in the Taiwan Strait: learning from rationalist explanations in international relations.** Asian Affairs, Fall 2004, pp. 166-191.

CHENG, Joseph S. & TAM, Camoes C. K. **The Taiwan Presidential Election and Its Implications for Cross-straits Relations: a political cleavage perspective.** Asian Affairs, Spring 2005, pp. 3-23.

CHRISTENSEN, Thomas J. **The Contemporary Security Dilemma: deterring a Taiwan Conflict.** The Washington Quarterly, Autumn 2002, pp. 7-21.

_____. **Posing Problems without Catching Up: China's rise and challenges for U.S security policy.** International Security. Spring 2001, pp. 5-40.

CHU, Yun-han. **Power Transition and the Making of Beijing's Policy towards Taiwan.** China Quarterly. Vol. 176, 2003, pp. 960-980.

CHU, Yun-han & LIN, Jih-Wen. **Political Development in 20th-Century Taiwan: state building, regime transformation and the construction of national identity.** China Quarterly. Vol. 165, 2001, pp. 102-129.

CHUNG, Chien-peng. **China's "War on Terror"**: September 11 and Uighur separatism. *Foreign Affairs*, July/August, 2002, pp. 8-12.

DEMANT, Peter. **"Exportação da democracia"**: hegemonia do modelo neoconservador na política estadunidense para o oriente médio? *Cena Internacional*. Ano 7, Nº 2, 2005, pp. 28-59.

DUNN III, Richard J. **Within the Arc of Crisis**: shaping our future security relationship with China. *Journal of International Security Affairs*, Summer 2002, pp. 85-91.

FEIGENBAUM, Evan A. **China's Challenge to Pax Americana**. *The Washington Quarterly*, Summer 2001, pp. 31-43.

FEWSMITH, Joseph. **Generational Transition in China**. *The Washington Quarterly*, Autumn 2002, pp. 23-35.

_____. **The Political and Social Implications of China's Accession to the WTO**. *China Quarterly*. Vol. 167. 2001, pp. 572-591.

_____. **The Sixteenth National Party Congress**: the succession that didn't happen. *China Quarterly*. Vol. 173. 2003, pp. 1-16.

GARVER, John W. **Face Off**: China, the United States and Taiwan's democratization. Seattle: University of Washington Press, 1997, 193p.

GILL, Bates. **Limited Engagement**. *Foreign Affairs*, July/August 1999, pp. 65-76.

_____. **Chinese Leadership Transition**. In: FLANAGAN, Stephen J. & MARTI, Michael E. *The People's Liberation Army and China in Transition*. Institute for National Strategic Studies – National Defense University. Washington D.C: NDU Press, 2003, pp. 27-41.

GOLDSTEIN, Avery. **The Diplomatic Face of China's Grand Strategy**: a rising power's emerging choice. *China Quarterly*. Vol. 168, 2001, pp. 835-864.

GOLDSTEIN, Steven M. **The United States and the Republic of China, 1949 – 1978**: suspicious allies. Asia Pacific Research Center – Stanford University, 2000, 60 p.

GOLDSTEIN, Steven M. & SCHRIVER, Randall. **An Uncertain Relationship**: the United States, Taiwan and the Taiwan Relations Act. *China Quarterly*. Nº 165, March 2001, pp. 147-172.

GUANGCHENG Xing. **China and Central Asia**. In: Allison, Roy & Jonson, Lena (Editors). *Central Asian Security: the new international context*. London: Royal

Institute of International Affairs; Washington, D.C: Brookings Institution Press, 2001, pp. 152-170.

HSIEH, John Fuh-sheng. **Whither the Kuomintang?** China Quarterly, N° 168, December 2001, pp. 930-943.

INOGUCHI, Takashi & BACON, Paul. **Empire, Hierarchy and Hegemony: American grand strategy and the construction of order in the Asia-Pacific.** International Relations of the Asia-Pacific. Vol 5, 2005, pp. 117-132.

JAKOBSON, Linda. **A Greater Chinese Union.** The Washington Quarterly, Summer 2005, pp. 27-39.

JIA Qingguo, **Impact of 9/11 on Sino-U.S Relations:** a preliminary assessment. Center for Northeast Asian Policy Studies, Brookings Institution, July 2002, 20p.

KEMENADE, WILLEM van. **Taiwan, Voting for Trouble?** The Washington Quarterly, Spring 2000, pp. 135-151.

_____. **Taiwan:** domestic gridlock, cross-strait deadlock. The Washington Quarterly, Autumn 2001, pp. 55-70.

KHALILZAD, Zalmay et al. **The United States and a Rising China.** Santa Monica, C.A: Rand Corporation, 1999, 134p.

KLARE, Michael T. **Oil Wars in the South China Sea.** In: Resource Wars: the new landscape of global conflict. New York: Henry Holt and Company, 2002, pp. 109-137.

LAI, David. **A Referendum on Taiwan's Future:** no easy exit. Issues & Insights Vol. 3 – N° 6. Pacific Forum of the Center for Strategic and International Studies. September 2003(a), pp. 1-18.

_____. **U.S – China Relations:** a new start. In: FLANAGAN, Stephen J. & MARTI, Michael E. The People's Liberation Army and China in Transition. Institute for National Strategic Studies – National Defense University. Washington D.C: NDU Press, 2003(b), pp. 323-338.

LAM, Willy Wo-lap. **Taking Stock:** Hu Jintao's first months in office. Journal of International Security Affairs, Summer 2003, pp. 57-63.

LIEBERTHAL, Kenneth. **Preventing a War over Taiwan.** Foreign Affairs, March/April, 2005, pp. 53-63.

MASTEL, Greg. **China, Taiwan, and the World Trade Organization.** The Washington Quarterly, Summer 2001, pp. 45-56.

McDEVITT, Michael. **Linking Democracy and Security: the case of Taiwan.** Journal of International Affairs, Winter 2003, pp. 89-97.

_____. **Taiwan: the tail that wags dogs.** Asia Policy, N. 1. Seattle: National Bureau of Asian Research, January 2006, pp. 69-93.

MINXIN Pei. **China's Governance Crisis.** Foreign Affairs, September/October 2002, pp. 96-109.

MURATA Koji. **The U.S – Japan Alliance and Taiwan.** In: United States – Japan Strategic Dialogue: beyond the defense guidelines. Issues & Insights Vol. 1, N° 1. Pacific Forum of Center for Strategic and International Studies, May 2001, pp. 136-144.

NAN Li. **The Central Military Commission and Military Policy in China.** In: Mulvenon, James C. & Yang, Andrew N. D. (ed). The People's Liberation Army as Organization: Reference Volume v1.0. Santa Monica, CA: Rand Corporation, 2002, pp. 45-94.

NATHAN, Andrew J. **What's Wrong with American Taiwan Policy.** The Washington Quarterly, Spring 2000, pp. 93-106.

O'HANLON, Michael. **Why China Cannot Conquer Taiwan.** International Security, Fall 2000, pp. 51-86.

OLIVEIRA, Amaury P. de. **Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização.** Revista Brasileira de Política Internacional, n 2, 2003, pp. 2-24.

_____. **China – Estados Unidos: concorrentes estratégicos.** Política Externa. Vol. 10. N° 4. Mar/Abr/Mai, 2002, pp. 82-93.

PETERSON, Andrew. **Dangerous Games across the Taiwan Strait.** The Washington Quarterly, Spring 2004, pp. 23-41.

PILLSBURY, Michael (Editor). **Chinese Views of Future Warfare.** National Defense University, Washington, DC: NDU Press, 1997, 421p.

_____. **China: debates the future security environment.** National Defense University, Washington, DC: NDU Press, 2000, 420p.

PINTO, Paulo A. P. **Taiwan – um futuro formoso para a ilha?** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

POLLACK, Jonathan D. **American Perceptions of Chinese Military Power.** U.S. Naval War College, 2000, 23 p.

RIGGER, Shelley. **Taiwan Rides the Democratic Dragon.** The Washington Quarterly, Spring 2000, pp. 107-118.

_____. **The Democratic Progressive Party in 2000:** obstacles and opportunities. China Quarterly, N° 168, December 2001, pp. 944-959.

ROMBERG, Alan D. **“China’s Sacred Territory, Taiwan Island:”** some thoughts on American policy. The Henry L. Stimson Center. Occasional Paper 44, 2002, 12p.

_____. **Cross Strait Relations:** avoiding war, managing peace. CAPS Papers n. 38. Chinese Council of Advanced Policy Studies, November 2004, 19p.

ROSS, Robert S. **The Geography of the Peace:** east Asia in the twenty-first century. International Security, Spring 1999, pp. 81-118.

_____. **Navigating the Taiwan Strait:** deterrence, escalation dominance, and U.S – China relations. International Security. Fall 2002, pp. 48-85.

_____. **The 1995 – 96 Taiwan Strait Confrontation:** coercion, credibility, and the use of force. International Security. Fall 2000, pp. 87-123.

SCOBELL, Andrew. **Show of Force:** the PLA and the 1995 – 1996 Taiwan Strait crisis. Stanford University. Asia - Pacific Research Center, 1999, 24p.

SHAMBAUGH, David. **Containment or Engagement of China:** calculating Beijing’s responses. International Security. Fall 1996, pp. 180-209.

_____. **The Pinnacle of the Pyramid:** the Central Military Commission. In: Mulvenon, James C. & Yang, Andrew N. D. (ed). The People’s Liberation Army as Organization: Reference Volume v1.0. Santa Monica, CA: Rand Corporation, 2002, pp. 95-121.

_____. **A Matter of Time:** Taiwan’s eroding military advantage. The Washington Quarterly. Spring 2000, pp. 119-133.

SHENG Lijun. **China and Taiwan:** cross-strait relations under Chen Shui-bian. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2002, 164 p.

SHIH, Erich. **Taiwan’s Military Transformation:** evolution and implications. Center for Northeast Asian Policy Studies at Brookings Institution, 2004, pp. 67-82.

_____. **The Conduct of U.S – Taiwan Relations 2000 – 2004.** The Brookings Institution, Center for Northeast Asian Policy Studies, 2004(b), 23p.

SHLAPAK, David A.; ORLETSKY, David T.; WILSON, Barry A. **Dire Strait: military aspects of China – Taiwan confrontation and options for U.S policy.** Santa Monica, C.A: Rand Corporation, 2000, 87p.

SOEYA Yoshihide. **Taiwan in Japan's Security Considerations.** China Quarterly, N. 165, March 2001, pp. 130-146.

SUETTINGER, Robert L. **Beyond Tiananmen: the politics of U.S – China relations, 1989-2000.** Brookings Institution Press, 2003, 533 p.

_____. **China's Foreign Policy Leadership: testing time.** China Leadership Monitor N° 9. 2004, 9p.

SUIHENG Zhao. **China's Pragmatic Nationalism: is it manageable?** The Washington Quarterly. Winter 2005/06, pp. 131-144.

SUTTER, Robert. **Why Does China Matter?** The Washington Quarterly. Winter 2003/04, pp. 75-89.

_____. **China and Japan: trouble ahead.** The Washington Quarterly. Autumn 2002, pp. 37-49.

SWAINE, Michael D. & MULVENON, James. **Taiwan's Foreign and Defense Policies: features and determinants.** Rand Corporation, 2001, 172 p.

SWAINE, Michael D. & MINXIN Pei. **Rebalancing United States – China Relations.** Carnegie Endowment for International Peace. Policy Brief, February 2002.

SWAINE, Michael D. **Trouble in Taiwan.** In: Foreign Affairs, March/April 2004(a).

_____. **China: Exploiting a Strategic Opening.** In: Tellis, Ashley J. and Wills, Michael. (ed.) Strategic Asia 2004–05: Confronting Terrorism in the Pursuit of Power. Seattle: The National Bureau of Asian Research, 2004(b), pp. 67-102.

_____. **Deterring Conflict in the Taiwan Strait: the successes and failures of Taiwan's defense reform and modernization program.** Carnegie Endowment for International Peace. Carnegie Papers, N° 46, July 2004(c), 31p.

_____. **Reverse Course? the fragile turnaround in U.S – China relations.** Carnegie Endowment for International Peace. Policy Brief, February 2003.

Taiwan Strait I: what's left of "one China". Asia Report N° 53. Beijing; Taipei; Washington; Brussels: International Crisis Group, June 2003, 72p.

TKACIK, John. **Taiwan Politics and Leadership.** In: FLANAGAN, Stephen J. & MARTI, Michael E. The People's Liberation Army and China in Transition. Institute

for National Strategic Studies – National Defense University. Washington D.C: NDU Press, 2003(a), pp. 219-234.

_____. **Time for Washington to Take a Realistic Look at China Policy.** Heritage Foundation. Background, Nº 1717, December 2003(b), 20p.

TUCKER, Nancy B. **If Taiwan Chooses Unification, Should the United States Care?** The Washington Quarterly, Summer 2002, pp. 15-28.

_____. **The Taiwan Relations Act and the Three Communiqués: contradictions and coherence in U.S policy.** Journal of International Security Affairs, Summer 2004, pp. 49-55.

VIZENTINI, Paulo F. & RODRIGUES, Gabriela. **O Dragão Chinês e os Tigres Asiáticos.** Porto Alegre: Novo Século, 2000.

WANG, Vincent Wei-cheng. **How Chen Shui-bian Won: the 2004 Taiwan presidential election and its implications.** Journal of International Security Affairs, Summer 2004, pp. 33-42.

WARD, Adam. **Tensions over Taiwan: presidential elections and referenda.** Strategic Comments. International Institute for Strategic Studies, Vol. 10, Issue 1, February 2004.

WATSON, Cynthia A. **The PLA and the Taiwan Issue.** In: FLANAGAN, Stephen J. & MARTI, Michael E. The People's Liberation Army and China in Transition. Institute for National Strategic Studies – National Defense University. Washington D.C: NDU Press, 2003, pp. 211-218.

WHITING, Allen S. **China's Use of Force, 1950 – 1996, and Taiwan.** International Security. Fall 2001, pp. 103-131.

WORTZEL, Larry M. **Taiwan and American Interests.** Journal of International Security Affairs, Summer 2002, pp. 93-101.

WU Xinbo. **To be an Enlightened Superpower.** The Washington Quarterly, Summer 2001, pp. 63-71.

_____. **The Promise and Limitations of a Sino – U.S. Partnership.** The Washington Quarterly, Autumn 2004, pp. 115-126.

_____. **The End of the Silver Lining: a Chinese view of the U.S – Japanese Alliance.** The Washington Quarterly, Winter 2005-06, pp. 119-130.

YONG Deng. **Hegemon on the Offensive: Chinese perspectives on U.S global strategy.** Political Science Quarterly. Fall 2001, pp. 343-365.

YONG Deng & MOORE, Thomas G. **China Views Globalization: toward a new Great-Power politics.** The Washington Quarterly, Summer 2004, pp. 117-136.

YUAN Peng. **U.S. – China Relations: two possibilities, one option.** In: Bush, Richard; Yanagi, Sharon; Scott, Kevin (Eds.). *Brookings Northeast Asia Survey – 2003/2004.* Washington D.C: Brookings Institution Press, 2004(a), pp. 51-65.

_____. **The Taiwan Issue in the Context of New Sino-U.S Strategic Cooperation.** Center for Northeast Asian Policy Studies at Brookings Institution, 2004(b), 29p.

YU Bin. **United States – China Relations and Regional Security after September 11.** Issues & Insights. Vol. 2. N° 2. Pacific Forum of Center for Strategic and International Studies, Honolulu: Hawaii, April 2002, 19p.

FONTES

“Always in My Heart”, by President Lee Teng-hui. Disponível em: www.news.cornell.edu/campus/Lee/Lee_Speech.html .

Anti-Secession Law. Adopted by National People’s Congress on March 14, 2005. Disponível em: <http://taiwansecurity.org/News/2005/CD-140305.htm> .

“Bridging the New Century: New Year’s Eve Address”, by Chen Shui-bian. December 31, 2000. Released by Government Information Office, Taipei, ROC. Disponível em: <http://www.gio.gov.tw/taiwan-website/4-oa/chen/press891231.htm> .

Charter of the Association for Relations Across the Taiwan Straits. Released by Taiwan Affairs Office, State Council, PRC. Disponível em: <http://www.gwytb.gov.cn:8088/index.asp> .

China and the World Trade Organization. By Wayne M. Morrison. CRS Report for Congress. August 6, 2003. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/23371.pdf> .

China/Taiwan: Evolution of the “one China” Policy – Key Statements from Washington, Beijing, and Taipei. By Shirley A. Kan. CRS Report for Congress. March 12, 2001. Washington, D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://www.ncseonline.org/nle/crsreports/international/inter-71.cfm> .

China – U.S. Relations. By Kerry Dumbaugh. CRS Report for Congress. November 21, 2002. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/15584.pdf> .

“China will never tolerate Taiwan’s independence”. People’s Liberation Army Daily. July 9, 2004. Disponível em: http://english.pladaily.com.cn/english/pladaily/2004/07/09/20040709001004_TodayHeadlines.html .

Constitution of the People’s Republic of China. Adopted on December 4, 1982. Disponível em: <http://english.people.com.cn/constitution/constitution.html> .

Democratic Progressive Party. White Paper on China Policy for the 21st Century. November 30, 1999. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/dpp01.htm> .

Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights and Civil Liberties 2005. Freedom House. Disponível em: www.freedomhouse.org/ .

Guidelines for National Unification, March 14, 1991, published by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC. Disponible em: www.mac.gov.tw/english/index1-e.htm .

“Independence Declaration leads to War”. November 19, 2003. People’s Liberation Army Daily. Disponible em : http://english.pladaily.com.cn/english/pladaily/2003/11/19/20031119001004_TodayHeadlines.html .

Joint Communiqué between U.S – PRC, February 28, 1972. Disponible em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/Shanghai.htm> .

Joint Communiqué between U.S – PRC, January 1, 1979. Disponible em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/Joint.htm> .

Joint Communiqué between U.S – PRC, August 17, 1982. Disponible em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/817.htm> .

Legislative Yuan: a brief history. Published by Press Office, Legislative Yuan, Taipei, ROC. Disponible em: www.ly.gov.tw/ly/en/01 .

Major Events across the Taiwan Straits, published by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC. Disponible em: <http://www.mac.gov.tw/english/index1-e.htm> .

Memorandum on the Situation in Taiwan, April 18, 1947. By General Chen Yi. Disponible em: http://www.taiwandocuments.org/228_01.htm .

Military Power of the People’s Republic of China, The. Annual Report to Congress. Washington D.C: Office of the Secretary of Defense, 2005. Disponible em: www.dod.mil/news/Jul2005/d20050719china.pdf .

Mutual Defense Treaty between United States of America and the Republic of China, Washington December 2, 1954. Disponible em: <http://www.taiwandocuments.org/mutual01.htm> .

National Security Strategy for a New Century, A. October 1998. Washington, D.C: White House. Disponible em: <http://clinton2.nara.gov/WH/EOP/NSC/html/documents/nssr.pdf> .

National Security Strategy of the United States of America, The. September 17, 2002. Washington D.C: White House. Disponible em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html> .

“One-China Principle and the Taiwan Issue, The”. Feb. 21, 2000. Released by the Taiwan Affairs Office and the Information Office of the State Council. Disponible em: <http://taiwansecurity.org/IS/White-Paper-022100.htm> .

Opening Address of the 29th Annual Meeting of the World Federation of Taiwanese Associations, by Chen Shui-bian. August 3, 2002. Released by Office of the President of the Republic of China, Taipei, ROC. Disponible em: www.gio.gov.tw/taiwan-website/4-0a/20020803/2002080301.html .

“Parity, Peace, and Win-Win: the Republic of China’s position on the ‘Special State-to-State Relationship’.” August 1, 1999. Released by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC. Disponible em: www.mac.gov.tw/english/index1-e.htm .

“Paving the way for a Sustainable Taiwan.” By Chen Shui-bian. May 20, 2004. Released by Government Information Office, Taipei, ROC. Disponible em: www.gio.gov.tw/taiwan-website/5-gp/pi2004 .

“President Bush and Premier Wen Jiabao Remarks to the Press.” December 9, 2003. News Releases, White House. Disponible em: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/12/20031209-2.html> .

President Bush’s 2002 State Visits in Asia: implications. March 11, 2002. By Kerry Dumbaugh. Congressional Research Service – Report for Congress. Disponible em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/9185.pdf> .

“President Chen Signs the Referendum Law.” December 31, 2003. News Releases, Office of the President, Taipei, ROC. Disponible em: http://www.president.gov.tw/en/prog/news_release/document_content.php?id=1105497794&pre_id=1105497794&q_category_number=145&category_number_2=145 .

“President Discusses American Plane and Crew in China.” April 3, 2001. News Releases, White House. Disponible em: www.whitehouse.gov/news/releases/2001/04/20010403-3.html .

Quadrennial Defense Review Report. September 30, 2001. Washington D.C: Department of Defense. Disponible em: <http://www.defenselink.mil/pubs/qdr2001.pdf> .

“Relations Across the Taiwan Straits.” Published by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC, July 1994. Disponible em: <http://www.mac.gov.tw/english/index1-e.htm> .

Security Council of the United Nations. Resolution 1368 (2001), 12 September 2001. Disponible em:

<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/533/82/PDF/N0153382.pdf?OpenElement> .

Security Council of the United Nations. Resolution 1373 (2001), 28 September 2001. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/557/43/PDF/N0155743.pdf?OpenElement> .

Security Council of the United Nations. Resolution 1441 (2002), 8 November 2002. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/682/26/PDF/N0268226.pdf?OpenElement> .

“Six Assurances” to Taiwan, by Ronald Reagan, July 1982. Disponível em: www.taiwandocuments.org/assurances.htm .

“Statement on Cross-Strait Ties.” Released by Taiwan Affairs Office & Information Office, State Council, Beijing, PRC, May 17, 2004. Disponível em: http://english.peopledaily.com.cn/200405/17/eng20040517_143467.html .

“Taipei Seeks Peace and Parity.” July 22, 1999. Released by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC. Disponível em: <http://www.mac.gov.tw/english/index1-e.htm> .

Taiwan: major U.S arms sales since 1990. By Shirley A. Kan. CRS Report for Congress. May 27, 2005. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/48794.pdf> .

Taiwan’s Accession to the WTO and its Economic Relations with the United States and China. By Wayne M. Morrison. CRS Report for Congress. May 16, 2003. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/23370.pdf> .

“Taiwan Question and Reunification of China, The”. Published by Taiwan Affairs Office & Information Office, State Council, Beijing, PRC, August 1993. Disponível em: <http://english1.peopledaily.com.cn/whitepaper/7> .

Taiwan: recent developments and U.S policy choices. By Kerry B. Dumbaugh. CRS Report for Congress, March 17, 2005. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/44122.pdf> .

Taiwan Relations Act, April 10, 1979, Public Law 96-8, Congress of U.S. Disponível em: <http://www.taiwansecurity.org/IS/TRA.htm> .

Taiwan's Year Book 2005. Published by Government Information Office, Executive Yuan, Taipei, ROC. Disponível em: <http://www.gio.gov.tw/taiwan-website/5-gp/yearbook/p054.html> .

“Taiwan Stands Up: Advancing to an Uplifting Era.” Inaugural Address by Chen Shui-bian, May 20, 2000. Released by Mainland Affairs Council, Executive Yuan, Taipei, ROC. Disponível em: www.mac.gov.tw/english/index1-e.htm .

Treaty of Peace between the Republic of China and Japan, April 28, 1952. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/taipei01.htm> .

Treaty of Peace with Japan. September 8, 1951, article 2(b). Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/sanfrancisco01.htm> .

Treaty of Shimonoseki, April 17, 1895. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/shimonoseki01.htm> .

United States Security Strategy for the East Asia-Pacific Region, The. Washington, D.C: Department of Defense, 1998. Disponível em: <http://www.defenselink.mil/pubs/easr98/> .

U.S – China Counter-Terrorism Cooperation: issues for U.S policy. By Shirley Kan. CRS Report for Congress. May 12, 2005. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: www.fas.org/sqp/crs/row/RS21995.pdf .

U.S. – China Military Contacts: issues for congress. By Shirley Kan. CRS Report for Congress. May 10, 2005. Washington D.C: Congressional Research Service. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/48835.pdf> .

APÊNDICE

Tabela 1: As capacidades militares de Taiwan e China – Forças terrestres (dados referentes a 2004)

	China	Taiwan
	Total	Total
Pessoal militar em atividade	1,6 milhões	200 mil
Exércitos	18	0
Divisões/Brigadas de Infantaria	20/20	0/25
Divisões/Brigadas de Cavalaria	10/10	0/5
Divisões/Brigadas de Infantaria Mecanizada	5/5	0/3
Divisões/Brigadas de Artilharia	5/15	0/0
Divisões/Brigadas de Marines	0/2	1/3
Tanques	6,500	1,900
Peças de Artilharia	11,000	4,400

Fonte: The Military Power of the People's Republic of China. Washington D.C: Office of the Secretary of Defense, 2005, p. 43.

Tabela 2: As capacidades militares de Taiwan e China – Forças aéreas (dados referentes a 2004)

	China	Taiwan
	Total	Total
Pessoal militar em atividade	420,000	68,000
Aviões de Caça	1,500	420
Bombardeiros	780	0
Aeronaves de Transporte	500	40

Fonte: The Military Power of the People's Republic of China. Washington D.C: Office of the Secretary of Defense, 2005, p. 44.

Tabela 3: As capacidades militares de Taiwan e China – Forças navais (dados referentes a 2004)

	China	Taiwán
	Total	Total
Pessoal militar em atividade	290,000	60,000
Destroyers	21	6
Fragatas	43	21
Navios de desembarque (pesados)	20	12
Navios de desembarque (médios)	23	4
Submarinos a diesel	51	4
Submarinos nucleares	6	0
Barcos de patrulha costeira (armados com mísseis)	51	50

Fonte: The Military Power of the People's Republic of China. Washington D.C: Office of the Secretary of Defense, 2005, p. 44.

Tabela 4: O arsenal de mísseis da China (dados referentes a 2004)

	Lançadores/Mísseis	Alcance estimado
CSS-4 ICBM	20/20	8,460 km
CSS-3 ICBM	10-14/20-24	5,470 km
CSS-2 IRBM	6-10/14-18	2,790 km
CSS-5 MRBM	34-38/19-23	1,770 km
JL-1 SLBM	10-14/10-14	1,770 km
CSS-6 SRBM	70-80/230-270	600 km
CSS-7 SRBM	100-120/420-460	300 km
DF-31 ICBM	Em desenvolvimento	7,250 km
DF-31A ICBM	Em desenvolvimento	11,270 km

Nota: Intercontinental Ballistic Missile (ICBM); Intermediate-Range Ballistic Missile (IRBM); Medium Range Ballistic Missile (MRBM); Submarine-Launched Ballistic Missile (SLBM); Short-Range Ballistic Missile (SRBM).

Fonte: The Military Power of the People's Republic of China. Washington D.C: Office of the Secretary of Defense, 2005, p. 45.

Tabela 5: O orçamento de defesa de Taiwan (dados atualizados em 2005)

Ano fiscal	Orçamento de defesa (US\$ bil.)	% do PIB	% do gasto governamental
1994	9,8	3,8	24,3
1995	9,5	3,5	24,5
1996	9,5	3,4	22,8
1997	9,4	3,3	22,5
1998	8,2	3,2	22,4
1999	8,8	3,2	21,6
2000	12,9	2,9	17,4
2001	8,0	2,9	16,5
2002	7,5	2,7	16,4
2003	7,6	2,6	15,5
2004	7,9	2,5	16,6
2005	8,3	2,4	16,1

Nota: o ano fiscal de 2000 foi de 18 meses, indo de julho de 1999 a dezembro de 2000.

Fonte: Shirley A. Kan. Taiwan: major U.S arms sales since 1990. May 27, 2005. Report for Congress. Washington D.C: Congressional Research Service, p. 18.

Tabela 6: Armamentos oferecidos à Taiwan pelo governo Bush em 23 de abril de 2001.

Armamentos	Unidades
Submarinos a diesel.	8
Aeronaves Orion P-3C anti-submarino (AS)	12
Torpedos Mark-48 (AS)	54
Mísseis de cruzeiro Harpoon antinavio (lançados de submarinos)	44
Sistemas de artilharia Paladin M109 A6 autopropulsado	144
Veículos de assalto anfíbio AAV 7A1	54
Sistema eletrônico de contramedida AN/ALE-50 para F16s	Não especificado
Helicópteros rastreadores de mina MH-53	12
Destroyers classe Kidd	4
Sistema de defesa antimíssil PAC-3	Não especificado
Helicópteros Apache*	30

*Autorizado em maio de 2002.

Fonte: Shirley A. Kan. Taiwan: major U.S arms sales since 1990. May 27, 2005. Report for Congress. Washington D.C: Congressional Research Service, p. 6.